Politécnico da Guarda
Polytechnic of Guarda

Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico

Relatório de Estágio da Prática de Ensino Supervisionada

Adriana Gama de Oliveira Bispo

junho | 2017

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

Instituto Politécnico da Guarda

Mestrado em Ensino do 1.º e 2º Ciclos do Ensino Básico

Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclos do Ensino Básico

Adriana Gama de Oliveira Bispo

Junho de 2017

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

Instituto Politécnico da Guarda

Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclos do Ensino Básico

Percepções de Professores e Alunos do Ensino Fundamental em relação às causas da indisciplina em sala de aula.

Adriana Gama de Oliveira Bispo

Orientadora: Prof. Dra. Florbela Lages Antunes Rodrigues

Junho de 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

BISPO, ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA.

165 f.

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM RELAÇÃO ÀS CAUSAS DA INDISCIPLINA EM SALA DE AULA. SÃO LUÍS – MA: IPG/IUA

Dissertação – Mestrado em Educação

Instituto Politécnico da Guarda

1. Indisciplina 2. Escola 3. Aprendizagem 4. Percepções.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Todo Poderoso, pelo dom da vida, por sua luz, por ter me feito entender que sou capaz de conhecer, transformar e produzir um trabalho, por ser meu maior incentivador a não desistir dos meus objetivos e sonhos ao longo da minha caminhada. Por ter colocado no meu caminho muitos amigos queridos que me amam e apoiam em qualquer circunstância. "Tudo posso naquele que me fortalece". (Fil, 4:13)

Ao Instituto Politécnico da Guarda em Portugal, pela aprovação no curso e orientações.

Ao Instituto Universitário Atlântico, pelas aulas, pelo apoio ao trabalho e orientações.

À Professora Dra. Florbela Rodrigues, pela orientação, compreensão e apoio no trabalho.

À Profa Dra. Thelma Helena Costa Chahini, pelas significativas contribuições para a produção do trabalho científico.

Ao meu filho muito amado, João Gabriel Gama de Oliveira Bispo, tão pequeno, tão indefeso, que todos os dias, quando sorri para mim mesmo, sem entender por sua pouca idade, me dá força e coragem para enfrentar todos os obstáculos e continuar estudando de modo para que eu possa ter melhores condições para custear seu futuro.

Aos meus pais, Francisco Rodrigues de Oliveira Filho e Almicea Gama de Oliveira, pelo amor e apoio.

À Maria Regina Barros minha fiel escudeira e minha amiga que tanto me apoiou e me ajudou, a cuidar do meu filho pequeno e dos meus pais para que eu pudesse alcançar meus sonhos.

Ao amigo Raimundo Nonato Pinheiro Pires, aluno da mesma turma, colega de profissão, por acreditar em mim, me incentivar e me ajudar nos momentos mais difíceis do curso.

À minha amiga querida Heloísa Helena Gonçalves Guimarães, aluna da mesma turma, pelo incentivo a continuar no curso e não desistir, quando as dificuldades se apresentaram e pelo tempo gratificante de amizade e convívio profissional.

Aos meus amigos queridos, pelo apoio, quando eu precisei me afastar, um pouco do convívio social, para me concentrar nos estudos.

Resumo

Esta dissertação surgiu de uma pesquisa qualitativa desenvolvida através de constatações observadas ao longo do trabalho com crianças e adolescentes na função de Coordenadora Pedagógica e Professora no nível do Ensino Fundamental, no sistema municipal de ensino de São Luís do Maranhão. Constatamos por parte dos professores e dos alunos da instituição escolar uma imagem negativa dos conflitos e, sobretudo, o sentimento de impotência da comunidade escolar como um todo para lidar com alunos, cuja falta de atenção e, consequentemente, sua perspectiva negativa, pode ser objeto das situações de indisciplina na escola. Como decorrência dessa imagem, percebemos que essa dificuldade no trato com a indisciplina, por vezes, inviabiliza o andamento pedagógico, em que brigas, desentendimentos, agressões físicas e desacatos, têm exigido intervenções frequentes e muitas vezes sem sucesso por parte da escola. O interesse por esse estudo baseia-se a partir da observação dos diversos casos de indisciplina dentro do âmbito escolar. A partir dessa vivência, visualizamos a oportunidade de investigar como professores e alunos do Ensino Fundamental entendem como causas da indisciplina em todas as suas formas e organizamos este estudo em três capítulos. No primeiro capítulo, tratamos sobre a introdução e enquadramento institucional. No segundo capítulo, apresentamos a descrição da Prática de Ensino Supervisionado. No terceiro capítulo, enfatizamos as concepções teóricas, acerca da indisciplina, o processo educativo e a relação familiar e a partir de então, obtivemos dados necessários para a concretização do estudo sobre a percepção de professores e alunos, acerca indisciplina no âmbito de uma escola do ensino fundamental da Rede Municipal, na escola UEB João de Sousa Guimarães.

Palavras-chave: Indisciplina, escola, aprendizagem, percepções.

Abstract

This dissertation arose from a qualitative research developed through observations observed throughout the work with children and adolescents in the function of Pedagogical Coordinator and Teacher at the Elementary School level in the municipal education system of São Luís do Maranhão. We find that the teachers and students of the school institution have a negative image of the conflicts and, above all, the sense of helplessness of the school community as a whole to deal with students whose lack of attention and, consequently, their negative outlook can be object Of indiscipline situations in school. As a result of this image, we realize that this difficulty in dealing with indiscipline sometimes makes pedagogical progress impossible, in which fights, disagreements, physical assaults and disrespect have required frequent and often unsuccessful interventions by the school. The interest in this study is based on the observation of the various cases of indiscipline within the school context. From this experience, we visualize the opportunity to investigate how teachers and students of Elementary School understand as causes of indiscipline in all its forms and we organize this study in three chapters. In the first chapter, we deal with the introduction and institutional framework. In the second chapter, we present the description of the Supervised Teaching Practice. In the third chapter, we emphasize the theoretical conceptions about indiscipline, the educational process and the family relationship, and from then on, we obtained data necessary for the realization of the study about the perception of teachers and students, about indiscipline within a school of the Elementary school of the Municipal Network, at the UEB school João de Sousa Guimarães

Keywords: Indiscipline, school, learning, perceptions.

ÍNDICE

	INTRODUÇÃO	**1**
	CAPÍTULO 1 - Enquadramento institucional	**5**
1.1	Contexto histórico da cidade de São Luís do Maranhão	**6**
1.2	Caracterização da escola onde decorreu a PES	**8**
1.3	Caracterização da turma	**17**
1.3.1	Caracterização da turma de 5.º / 6°A da UEB João de Sousa Guimarães	**17**
	CAPÍTULO 2 - Descrição da prática de ensino supervisionado	**19**
2.1	Experiência de ensino/aprendizagem no Ensino Fundamental I e II	**20**
2.1.1	Ministração da aula disciplina MATEMÁTICA	**20**
2.1.2	Ministração da aula da disciplina HISTÓRIA	**21**
2.1.3	Ministração da aula da disciplina GEOGRAFIA	**22**
2.1.4	Ministração da aula da disciplina de LÍNGUA PORTUGUESA	**23**
	CAPÍTULO 3 - Concepções teóricas sobre a questão da indisciplina	**25**
3.1	O que se entende por indisciplina	**26**
3.2	A disciplina e a indisciplina no âmbito escolar	**35**
3.3	O processo educativo e a relação familiar	**44**
3.4	Procedimentos metodológicos	**54**
3.5	Percepções dos professores sobre indisciplina em sala de aula	**54**
3.6	Percepções dos alunos sobre indisciplina em sala de aula	**66**
3.7	Sugestões para o trabalho com a in(disciplina)	**72**
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	**75**
	BIBLIOGRAFIA	**79**
	APÊNDICES	**85**
	ANEXOS	**115**

Lista de Siglas e Acrónimos

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CNE – Conselho Nacional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SEMED – Secretaria de Educação do Município

UEB – Unidade de Ensino Básico

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNLP - Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa

PCS – Proposta Curricular de São Luís do Estado do Maranhão

PDE – Plano de Desenvolvimento Escolar

PES – Prática de Ensino Supervisionado

PPP- Projeto Político Pedagógico

Índice de Quadros e Apêndices

Quadro 1 – Estrutura Física da Ueb Prof. João de Souza Guimarães 13

Quadro 2 – Plano de Aula de Matemática 87

Quadro 3 – Relatório da PES de Matemática 88

Quadro 4 – Plano de Aula de História 94

Quadro 5 – Relatório da PES de História 95

Quadro 6 – Plano de Aula de Geografia 101

Quadro 7 – Relatório da PES de Geografia 102

Quadro 8 – Plano de Aula de Língua Portuguesa 108

Quadro 9 – Relatório da PES de Língua Portuguesa 109

Índice de Anexos

Anexo 1 – Projeto Político Pedagógico da Escola 116

Anexo 2- Fotos 147

INTRODUÇÃO

O interesse por esta temática surgiu, a partir da minha experiência, como Coordenadora Pedagógica, logo que ingressei no trabalho em Educação. Observava muito o comportamento dos alunos no cotidiano da sala de aula, e sempre me questionava, como poderia enfrentar a indisciplina, na escola já que este fenômeno é um dos grandes obstáculos pedagógicos, da atualidade e a cada dia se transforma, num pesadelo para toda a comunidade escolar.

Entendo hoje, a necessidade de um olhar mais aprimorado sobre a tríade autoridade e seu papel na instituição escolar, obediência e consentimento e embora as duas últimas pareçam sinônimos, seus conceitos separam as ações autoritárias, das intenções democráticas.

Nos dias atuais, nota-se a incompreensão do sentido da escolarização e um relativo desconhecimento da cultura escolar por parte dos alunos, e de sua inadequação, ora desconhecida, ora desconsiderada, por boa parte dos professores.

A cultura valorizada pela escola ao seu ideal de produção intelectual, artístico, social, estético etc., proporciona a produção, manutenção e fortalecimento de sua identidade, incomum com a vida de seus usuários, historicamente expropriados desse mesmo ideal de produção, cuja imposição, no universo escolar revela-se traumática e violento. Assim, o nível de escolarização das famílias dos alunos e suas vivências sociais destoam do grau de exigência da escola. Por outro lado, seu repertório cultural não se tornou ainda objeto de interesse da escola.

O contexto histórico é fruto de um contínuo processo de construção, camuflado ao longo do tempo e recebendo múltiplas influências, sobretudo, das classes dominantes que ditam seus ideais e valores. Esta percepção é essencial para que professores e alunos compreendam a complexidade da formação sociocultural brasileira e seu consequente impacto na educação.

Com a cultura de classes da escolarização, após o processo de democratização do acesso, iniciado no começo da década de 1970, nota-se a incompreensão do ideal de universalização por parte dos educadores, sobretudo, no que se refere às práticas e discursos que justificam o fracasso escolar, frequentemente culpando a família e o contexto social. Há a necessidade de um olhar crítico em relação aos fenômenos escolares e sociais como indisciplina, violência, mídia, democracia etc. Para os professores este olhar mais crítico e menos óbvio, pode levar a uma compreensão mais aprofundada, não só da realidade imediata, como também das razões da política educacional, fugindo, portanto, do risco da irreflexão. Desta forma, a Formação Continuada de professores é concebida como a responsável em fornecer os subsídios para esta abordagem crítica, sendo ela mesma, igualmente, objeto de análise, não somente teoricamente, mas também através da prática socializada, por todos envolvidos com a docência.

Vale ressaltar que para o entendimento das interfaces entre a cultura das classes populares e a cultura valorizada pela escola de modo a superar a hierarquia da segunda sobre a primeira e também a ideia de que a cultura acadêmica é irrelevante para as classes populares.

Quando o direito à Educação, à Cultura e à Informação, é compreendido como fundamentais ao pleno desenvolvimento do ser humano, bem como à construção de uma sociedade democrática e plural, este projeto entende a problematização dos conflitos como essêncial nas práticas escolares. Assim, visa a um levantamento de como este assunto é abordado e que tipos de intervenções práticas sofrem os conflitos, no dia-a-dia da escola e sua relação com a indisciplina.

No contexto escolar, a maioria dos docentes não sabe como agir corretamente, diante um ato indisciplinar do aluno, como compreendê-lo, como orientá-lo, quais as estratégias a serem construídas para combater, fora o cansaço e o desânimo que o profissional enfrenta, todos os dias.

A pesquisa aponta que as condutas indisciplinadas que mais preocupam os professores são as condutas destrutivas na sala de aula, porque elas perturbam-no e o impedem-no de exercer a sua real função. O problema muitas das vezes são as situações particulares que surgem e não se apresentam sempre, da mesma maneira. Às vezes, é um pequeno grupo de alunos que desestabiliza a dinâmica da aula, com condutas particulares, tais como as pequenas incivilidades: desafio verbal, a resistência às atividades propostas ou as brincadeiras insolentes em relação ao professor. Essas crianças tentam testar o poder do professor e descobrir, até onde podem chegar. Quando não consegue contornar a situação, o professor, inquieto e saturado, pode se expressar agressivamente, desqualificando o aluno que aparece como o mais provocador.

Em muitos casos alunos e professores se enfrentam e encaram-se como inimigos potenciais e estão sempre na defensiva. O problema é que a relação professor/aluno é desigual.

O adulto não pode se comportar igual a uma criança e a criança pode não ser "adultizada". Cada um tem seu papel e ambos ocupam lugares, que não são intercambiáveis. É preciso compreender que isso não significa que não possam colaborar e dialogar, mas se adulto e criança fossem iguais, para que existiria a escola? As condutas e situações de indisciplina geram angústia e quando há angústia não se pode estabelecer uma relação adequada entre professor e aluno; portanto, não se pode estabelecer um clima de trabalho e respeito mútuo.

Se os alunos tiverem na frente da turma um adulto que os respeita, que os escuta que os trata como pessoas que pensam e que têm o que dizer, e não apenas, como alunos que não sabem, situações angustiantes, provavelmente, não ocorrerão. Como deveria ser então, a relação entre aluno e professor?

O professor pode e deve intervir, a partir de necessidades reais, ou explicitadas, pelos alunos e não de acordo com suposições a propósito do que o aluno precisaria. Dessa maneira, inclusive os problemas de indisciplina poderiam ser vistos na sua significação. Não será o "problema" de conduta uma forma de os alunos pedirem limites, afeto, compreensão e amor?

Para a historiadora Estrela (1992), os atos de indisciplina podem ser agrupados em três categorias:

- O primeiro tipo de indisciplina caracteriza-se pela intenção de escapar do trabalho considerado fastidioso, pífio, desinteressante, ou muito difícil. Evitar o trabalho escolar é, para o aluno, a razão da indisciplina.

- A segunda forma de indisciplina tem como objetivo a obstrução. A indisciplina tende a impedir parcial, ou totalmente o normal desenvolvimento do curso dado pelo professor.

- A terceira modalidade da indisciplina é um protesto contra as regras e as formas de trabalho. Trata-se aqui de denunciar um contrato implícito que funciona na aula sem que a opinião dos alunos tenha sido levada em conta. Através da indisciplina, pretende-se renegociar as regras.

É importante entender que se pudermos determinar a natureza da indisciplina, as escolas poderão desenvolver uma política disciplinar que especifique estratégias de prevenção e de intervenção, tanto no âmbito da escola quanto da aula, como veremos no capítulo sobre os remédios contra a indisciplina.

É evidente que numa escola tradicional, a indisciplina seja tradicional. Essa escola caracteriza-se por ser um espaço ordenado e controlado, onde as diferentes atividades estão ritualizadas.

O movimento, o ato de tomar a palavra, o estudo, etc., respondem a rotinas estruturadas. Na escola tradicional, recomenda-se o silêncio, que é considerado, ao mesmo tempo, uma virtude social e uma disposição intelectual. O controle do corpo é constante.

A Escola Nova propõe outro tipo de disciplina, o autogoverno. Aqui, o conceito de disciplina responde a um sistema de normas que uma organização, (a escola, a turma), estabelece a si própria e, também, à obrigatoriedade ou não de cada membro dessa organização cumprir com pautas que, para assumi-las, devem ter sido elaboradas democraticamente e revisadas criticamente por todos os indivíduos participantes.

A ideia de disciplina implica que as normas podem ser reinterpretadas pelos atores e que os processos de negociação de significado das normas são necessários para estabelecer "marcos", provavelmente provisórios de consenso na escola. Essa forma de entender a disciplina na escola permite a convivência escolar democrática, que não exclui a possibilidade da emergência de situações de conflito. Essa ideia de disciplina inclui a transformação do

sistema escolar, que permite tanto aos professores quanto aos alunos exercer a responsabilidades. Assim, ou temos uma escola tradicional onde alunos permanecem passivos e aprendem por obrigação, ou temos uma escola nova onde os alunos são ativos e responsáveis pelo que se querem estudar.

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionários, junto a educadores e alunos de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de São Luís do Maranhão, com o intuito de buscar as percepções, concepções e opiniões sobre o assunto em foco.

Organizou-se este estudo em três capítulos. O primeiro versa sobre esta introdução e enquadramento institucional. No segundo apresenta-se a descrição da Prática de Ensino Supervisionado. No terceiro enfatizam-se as concepções teóricas, acerca da indisciplina, o processo educativo e a relação familiar. Dissertamos sobre procedimentos metodológicos realizados, a fim de obtermos os dados necessários para a concretização do estudo sobre a percepção de professores e alunos, acerca indisciplina no âmbito de uma escola do ensino fundamental da Rede Municipal. Para tal foi aplicado um questionário com 90 alunos divididos, em 3 turmas e 8 professores atuantes no ensino fundamental da unidade escolar, UEB João de Sousa Guimarães . Por fim, serão tecidas considerações finais, onde faremos uma reflexão a respeito do tema e sugestões sobre como trabalhar a indisciplina, em sala de aula.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

1.1 Contexto histórico da Cidade de São Luís do Maranhão

Este trabalho foi realizado na capital do Estado do Maranhão, São Luís que é a principal cidade do estado, situada em pleno Golfão Maranhense, à entrada da Baía de São Marcos, formada pelos estuários do Rio Anil e Bacanga. Foi fundada em 08 de setembro de 1612 na Ilha de Upaon- Açu (Ilha Grande) assim denominada pelos indígenas, onde foi construído um forte chamado Saint Louis, por uma expedição francesa incumbida de estabelecer uma Colônia, além da linha equatorial cujos componentes foram Daniel de La Touche - Sr. De La Ravardière e Francois de Rasilly - Sr. De Aunelles e Rasilly.

Com a expulsão dos franceses em 1621, São Luís passou ao domínio dos portugueses, sendo então elevada à sede do chamado Estado do Maranhão. Em 1641, foi ocupada por Holandeses que até fevereiro de 1644 permaneceram por aqui.

Devido à sua localização favorável à atividade portuária, São Luís tornou-se, no período colonial, importante centro de exportação de algodão e cana- de- açúcar.

Grande centro polarizador do comércio maranhense, a Praia Grande foi nos séculos XVIII e XIX a sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande porte do Estado, ali se instalando grandes firmas comerciais, que abasteciam São Luís e o interior do Maranhão. Era também, um dos maiores pontos de recepção de escravos para as fazendas de algodão ou para trabalharem em benefício da aristocracia rural que passou a habitar os grandes sobrados daquele espaço de opulência e riqueza.

No início da década de 60, com o surgimento da política do Governo Federal de interligar as capitais brasileiras através de rodovias, a estrutura comercial da Praia Grande declinou.

A Praia Grande faz parte do Centro Histórico da cidade de São Luís, onde as edificações têm características totalmente influenciadas pela arquitetura, portuguesa, sendo a maioria de três pavimentos, totalmente azulejados formando belos casarões, atualmente tombados pelo patrimônio histórico da União.

Um bairro tipicamente de pescadores, o Desterro é um dos mais antigos da cidade. Nesse local, no início da colonização portuguesa, houve uma pequena ermida de frente para o mar, dedicada a Nossa Senhora do Desterro. Foi o primeiro templo construído em São Luís, no século XVII.

Nesse bairro também está localizado o Convento das Mercês, onde funcionou o Corpo de Bombeiros e agora a Fundação da Memória Republicana.

A palavra Maranhão pode ter vários significados, como: grande mar, grande mentira, mexericos e águas que correm brigando. Frei Custódio de Lisboa diz que *Maranon* era o nome do atual rio Amazonas, como já lhe registra o descobrimento em 1499.

Alguns historiadores levantam a hipótese de que o norte do território que chamamos Maranhão tenha sido a primeira porção de terra brasileira a ser conhecida pelos europeus, antes de 1500. A grande dúvida está em quem chegou primeiro ao Maranhão. Existem alguns nomes apontados como prováveis descobridores, dentre eles destacam-se: Américo Vespúcio, Yanez Pinzon e outros.

O povoamento do Maranhão iniciou-se através do litoral onde os portugueses se concentraram e desenvolveram a agricultura de cana de açúcar. Com o desenvolvimento do plantio de cana, muitos engenhos foram construídos e inúmeras povoações surgiram em torno deles. Essas povoações deram origem às cidades de Santo Antônio de Alcântara, Itapecuru, Rosário, Icatu e outras.

A ocupação definitiva do interior só iniciou-se depois de vários anos de ocupação do litoral, através de três correntes principais de povoamento:

- Corrente dos Jesuítas

- Corrente Pastoral (sul do Estado, através dos piauienses, cearenses, sertanistas e vaqueiros)

- Corrente Agrícola (século XVIII, com o cultivo do algodão, que era inclusive exportado para a Inglaterra).

Expulsos da França Antártica, os franceses fazem uma segunda tentativa, desta vez em terras do Maranhão, conhecida pelos índios Tupinambás como Upaon Açu (Ilha Grande). Em 1612, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, chega ao Maranhão com uma expedição, com a finalidade de fundar uma colônia francesa, chamada França Equinocial, por se encontrar além da linha equinocial.

Principais fatos da presença francesa em São Luís:

- Primeira Missa - 12 de agosto de 1612
- Fundação de São Luís - 8 de setembro de 1612
- Principal confronto - Batalha de Guaxenduba
- Expulsão dos franceses – 1615

Em novembro de 1641, uma expedição holandesa sob o comando de Pierre Boas chegou ao Maranhão e tomou a cidade de São Luís, saqueando casas e igrejas. Em setembro de 1642, os maranhenses organizaram uma reação no vale do Itapecuru. A glória da expulsão dos

invasores coube ao Capitão Antônio Teixeira de Melo que, retornando à cidade em 28 de fevereiro de 1644, encontrou-a praticamente em ruínas.

É nesta zona que se situa UEB João de Sousa Guimarães, estabelecimento onde foi realizado a PES de 1º, 2°, 3º e 4.º Ciclos. A escola está localizada aproximadamente 20 quilômetros do centro da cidade. A sua proximidade permite o estabelecimento de uma rede de transportes públicos com ligação ao centro da cidade, embora a sua frequência seja considerada insuficiente. (PPP, 2009).

1.2 Caracterização da escola onde decorreu a PES

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a escola Unidade de Ensino Básico João de Sousa Guimarães, pertencente à rede municipal de educação está localizada na Divinéia que é uma antiga invasão, situada entre os bairros da invasão Vila Luizão, do Bairro Olho D'Água, (onde se localiza a praia do Olho D'água), da invasão Santa Rosa e do Bairro Habitacional Turu. Essa invasão foi fundada há aproximadamente 15 anos, e as famílias, em sua maioria de baixa renda, lutam por uma melhor qualidade de vida.

O Governo do Estado do Maranhão, através da Polícia Militar, instaurou uma Unidade Pacificadora permanente da polícia, prédio esse que fica ao lado da escola, onde foi feito o estágio, no intuito de combater o tráfico de drogas e a violência naquela região. Foi neste estabelecimento que decorreu a PES o 1º ciclo na turma A, do 4º ano de escolaridade, e no 3° ciclo no 6°ano A e 7°ano A da educação básica.

---

* Informações retiradas do site http://www.visitesaoluis.com/historia, https://sites.google.com/site/gepfpf/, http://designdeinteriores.blogspot.com/ 20 out.2016

Figura 1 - Fachada da **UEB Prof. João de Sousa Guimarães**
Fonte: Secretaria Municipal de São Luís-SEMED

MISSÃO:

O trabalho da escola compreende a reflexão das seguintes das seguintes questões: Que alunos queremos formar? Quais cidadãos queremos formar? E para que queremos formar? Para responder a estes questionamentos precisamos ter em mente, que queremos formar: um aluno criativo, participativo e que seja capaz de construir seu próprio conhecimento e consequentemente estaremos primando por um cidadão que dotado de visão crítica saiba exercer seus direitos e seus deveres sem extrapolar os dos seus semelhantes.

Toda e qualquer Instituição de Ensino deve fazer valer a sua função social. Sendo assim, nesta Unidade não poderia ser diferente, almejamos uma escola que exerça realmente a sua função social e que esteja de portas abertas para a comunidade diagnosticando os seus problemas e agindo justamente para a melhoria desta realidade. A partir de uma Proposta Pedagógica sintonizada com as rápidas mudanças do mundo globalizado oferecendo serviços de qualidade e acreditando numa educação transformadora que vise formar cidadãos críticos-reflexivos, capazes de enfrentar os desafios da pós-modernidade.

A inclusão social é outra característica da educação atual. Não podemos nos recusar em aceitar as diferenças em suas mais variadas formas. Precisamos construir uma sociedade mais igualitária e mais fraterna, e este desafio perpassa por uma escola inclusiva e acolhedora.

FILOSOFIA DA ESCOLA:

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola de 2010, a escola acredita no resgate os bons valores sociais e éticos e que contribua de forma positiva para o crescimento do País, que exerçam sua cidadania de forma consciente e saibam discernir sobre os seus direitos e deveres. Enfim esta Escola está em sintonia com a filosofia educacional brasileira expressa na LDB 9394/96, PCN'S e Proposta Curricular de São Luís/MA, porém vale ressaltar que ainda carece de políticas públicas voltadas para o investimento na Formação Continuada de Professores, projetos sociais significativos para a realidade local, como também no que se refere à infraestrutura das escolas da Rede Municipal. O salto qualitativo na educação pública de São Luís é visível, nos últimos anos as escolas públicas municipais se destacaram no cenário nacional. A merenda escolar feita e planejada por nutricionistas, os professores todos concursados e em processo de Formação Continuada, sem falar da estrutura física com escolas adequadas à inclusão social de pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, a UEB Profº. João de Souza Guimarães se orgulha de fazer parte deste grande projeto educacional para o município de São Luís, que busca garantir a formação de um alunado voltado para a leitura e a escrita.

CLIENTELA:

A UEB Profº João de Souza Guimarães está situada na comunidade da Divinéia, entretanto, recebe alunos das comunidades adjacentes, Vila Luizão, Sol e Mar, Turu e Alonso Costa. A escola começou a funcionar no dia 30 de agosto de 2007, pertencente à rede das

Escolas do Município de São Luís que estão sendo construídas, como homenagem póstuma ao ex-secretário de Educação e Cultura de 1986 a 1988, falecido em 14 de setembro de 2005.

RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS:

A relação escola e família, o Projeto Político Pedagógico aponta que é um dos aspectos mais desafiadores da realidade educacional uma vez que a participação direta destes, na educação dos filhos, repercute positivamente nos resultados das aprendizagens dos alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõem que as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Um estudo realizado pelo Convênio Andrés Bello - acordo internacional que reúne 12 países das Américas - chamado A Eficácia Escolar Ibero-Americana, de 2006, estimou que o "efeito família" é responsável por 70% do sucesso escolar.

No Brasil, o acesso em larga escala ao ensino se intensificou nos anos 1990, com a inclusão de mais de 90% das crianças em idade escolar no sistema. Para as famílias antes segregadas do direito à Educação, o fato de haver vagas, merenda e uniforme, representou uma enorme conquista. A escola foi criada para servir à sociedade. Por isso, ela tem a obrigação de prestar contas do seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos.

É papel da família, incentivar o comportamento de estudante nos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem e incentivando a pesquisa e a leitura. Na UEB Profº João de Souza Guimarães o acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos ocorre tanto no que se refere a reuniões periódicas, como também através de um monitoramento sistematizado onde os pais são convocados a comparecer na escola para colaborar na educação dos filhos, toda vez que os mesmos apresentam problemas de comportamento ou de rendimento escolar.

Com o intuito de indicar caminhos para a participação mais efetiva das famílias, o projeto *Educar para Crescer*, iniciativa da Editora Abril e da Universidade Anhembi Morumbi, lançou em 26 agosto de 2016 o *Guia da Educação em Família*, que será encartado em diversas publicações da editora. Esse material, assim como o folheto *Acompanhem a Vida Escolar dos Seus Filhos*, do Ministério da Educação, traz orientações simples sobre como os pais podem trabalhar com a escola. Entre as dicas, estão:

- ler para as crianças ou pedir para que elas leiam para eles;
- conversar sempre com os filhos sobre assuntos da escola;
- acompanhar as lições de casa e mostrar interesse pelos conteúdos estudados;

- verificar se o material escolar está completo e em ordem;
- zelar pelo cumprimento das regras da escola;
- participar das reuniões sempre que convocados;
- conversar com os professores.

Atitudes que favorecem o sucesso dos filhos

1. Fale sempre bem da escola para criar em seu filho uma expectativa positiva em relação aos estudos.
2. Abrace-o e deseje coisas boas a ele quando estiver de saída para a aula.
3. Na volta, procure saber como foi o dia dele, o que aprendeu e como se relacionou com todos.
4. Conheça o professor e converse com ele sobre a criança e o trabalho dela na escola.
5. Em caso de notas baixas, não espere ser chamado: vá à escola para saber o que está acontecendo.
6. Mantenha uma relação de respeito, carinho e consideração com todos os professores.
7. Resolva diretamente os problemas entre você, seu filho e o professor e só recorra a outros em último caso.
8. Crie o hábito de observar os materiais escolares e ajude nas lições de casa.
9. Quando seu filho estiver com problemas, compartilhe-os com a escola sem omitir fatos nem julgar atitudes.
10. Comente com amigos e parentes os êxitos escolares dele, por menores que sejam para reforçar a autoestima e a autoconfiança.

RECURSOS FÍSICOS

A UEB. Profº João de Souza Guimarães, é uma escola pública, funciona em prédio escolar situado à Av. Argentina nº 94 Delineia. É uma Unidade de Ensino que foi inaugurada no dia 30 de agosto de 2007, com uma boa estrutura física, capaz de atender à Comunidade Escolar. A escola conta atualmente com as seguintes dependências, todas padronizadas ao oferecimento de serviço educacional:

Dependências	Quantidade
DIRETORIA/SECRETARIA	01
SALAS DE AULAS	10
ALMOXARIFADO	01
BANHEIROS	04 (02 adaptado às pessoas com necessidades))especiais)
PÁTIO PARA RECREAÇÃO	01
COZINHA	01
BIBLIOTECA	01
REFEITÓRIO	01
ESTACIONAMENTO	01
SALA DE PROFESSORES	01
QUADRA POLIESPORTIVA	01

Quadro 1 Estrutura Física da UEB Profº João de Souza Guimarães

CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS:

A escola segue a metodologia Sócio Construtivista, pois, acreditamos na construção do conhecimento pelo aluno e atendemos ao que já está legitimado, na LDB 9394/96, PCN'S e na Proposta Curricular da SEMED. Desta forma, o professor é visto como profissional compromissado com o processo aprender-aprender onde busca alcançar a sua práxis-pedagógica dentro de um processo dialético promovendo as mudanças necessárias ao desenvolvimento de nossos educandos.

Em todos os nossos projetos educacionais, nosso papel é o de criar situações de aprendizagem e acompanhar a atuação do educando. Para tanto, a metodologia é uma ferramenta muito importante que contribui para uma aprendizagem significativa.

É nesse sentido que desenvolvemos uma metodologia, sócio construtivista, procurando sempre integrar a família, a escola e a comunidade, resgatando os valores sociais e o respeito pelo

O quadro de funcionários que atuam na escola compreende 01 diretor; 01 diretor adjunto; 02 coordenadores pedagógicos; 03 secretários; 02 coordenadores de anexo; 22 professores de 1° e 2º ciclos; 29 professores de 3° e 4° ciclos; 10 auxiliares de serviços gerais; 04 vigilantes e 06 merendeiras.

CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM:

Um dos grandes teóricos da Educação, David Ausubel especialista em Psicologia Educacional, publicou seus primeiros estudos sobre a teoria da aprendizagem significativa

em 1963 (*The Psychology of Meaningful Verbal Learning*) e desenvolveu sua ideia. Já percorrendo o final da década de 1970, Ausubel recebeu a contribuição de Joseph Novak, que progressivamente incumbiu-se de refinar e divulgar a teoria. A partir daí, contando com a contribuição de Novak, a teoria da aprendizagem significativa modificou o foco do ensino do modelo estímulo→ resposta→ reforço positivo para o modelo aprendizagem significativa→ mudança conceptual→ construtivismo. É importante ressaltar que a teoria de Ausubel é uma teoria de aprendizagem em sala de aula. Portanto, sua teoria fornece subsídios e favorece a compreensão das estratégias que o professor pode selecionar ou construir para efetivamente ensinar. No entanto, a responsabilidade pela aquisição de conhecimentos não depende apenas do professor. Ao contrário, depende muito do aluno. O papel do professor é ser o facilitador do processo, o do aluno é decidir se quer aprender ou não. Vale ressaltar que se os conteúdos não têm significado para o aluno, se não tem uma relação com a estrutura cognitiva, a aprendizagem será mecânica.

Acreditando na ideia onde o conhecimento prévio do aluno é a chave da aprendizagem significativa, capaz de desenvolver as várias habilidades e competências dos educandos nos aspectos: cognitivo, afetivo, físico, psicomotor e social, baseamos nossa postura educacional. O pesquisador dizia que quanto mais sabemos, mais aprendemos. Deste modo, consideramos os conteúdos curriculares não apenas como conceituais, mas também os procedimentais, atitudinais e factuais de acordo com a LDB 9394/96 e com a Proposta Curricular de São Luís – MA.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As capacidades apresentadas a seguir, como expectativas de aprendizagem, são as capacidades possíveis de serem desenvolvidas pela maioria dos alunos quando a proposta de ensino é organizada.

Evidentemente, a defesa de expectativas como as que aqui se seguem, não significa a padronização das possibilidades da criança, que, afinal de contas, é protagonista do seu processo de aprendizagem: há alunos/as que com certeza irão muito além do que está estabelecido e há os que talvez não tenham condições de conquistar o que se prevê. Isso é natural como se pode verificar, por exemplo, comparando-se uma criança que aprendeu a ler aos quatro ou cinco anos de idade e outra cuja família é analfabeta, sem escolaridade anterior e com um ritmo mais lento de aprendizagem.

No primeiro caso, certamente a criança irá superar em muito a expectativa, porque já terá chegado à escola com um conhecimento mais avançado do que o previsto para o final da Etapa.

E no segundo caso, pode ocorrer, embora não necessariamente, da criança não conseguir avançar conforme se espera, pois apresenta três características que, reunidas, tendem a tornar mais lento o processo de aprendizagem – o próprio ritmo de aprendizagem, a falta de escolaridade anterior e o fato de viver em um ambiente familiar pouco estimulante em relação à leitura e escrita, visto que a família é analfabeta.

Entretanto, a clareza a respeito dessas diferenças, naturais e inevitáveis, não justifica a não apresentação de indicadores de referência que dizem respeito à maioria e que podem orientar o trabalho pedagógico dos/as professores/as.

Na Rede Municipal de Educação de São Luís, as expectativas de aprendizagem colocadas para as duas primeiras Etapas não são indicadores de promoção/retenção, uma vez que são referências internas a um ciclo da escolaridade com progressão continuada, diferente da última Etapa, quando há a necessidade de decidir pela promoção ou retenção do/a aluno/a no ciclo.

Por essa razão, após a indicação das capacidades que se constituem em expectativas de aprendizagem, são apresentados também os critérios de avaliação, que, de modo geral, representam os 'mínimos' considerados aceitáveis para a promoção, tendo em conta essas capacidades.

Por essa razão, após a indicação das capacidades que se constituem em expectativas de aprendizagem, são apresentados também os critérios de avaliação, que, de modo geral, representam os 'mínimos' considerados aceitáveis para a promoção, tendo em conta essas capacidades.

A esse respeito, há algumas considerações importantes a fazer:

- o desempenho do/a aluno/a evidentemente deve ser analisado no conjunto – e não em um único componente curricular;
- é preciso ter em mente que, no caso de Educação Física, Arte e Ensino Religioso, não se admite que um eventual desempenho insatisfatório por parte do/a aluno/a se constitua em impedimento para avançar na escolaridade se ele tiver conceitos satisfatórios nos demais componentes curriculares;
- em se tratando de Ciências, História e Geografia, como os temas de estudo nem sempre são os mesmos nas diferentes escolas, os critérios de avaliação propostos neste documento são capacidades relacionadas a conceitos e temas mais amplos e essenciais dessas áreas de conhecimento e que, portanto, devem ser trabalhados com todos os/as alunos/as da Rede;
- a avaliação do desempenho dos/as alunos/as pressupõe ter em conta não só os resultados obtidos nos momentos específicos de avaliação, mas também (e

principalmente) o conhecimento prévio que eles tinham sobre aquilo que se pretendia ensinar, o percurso de aprendizagem de cada um e a qualidade das propostas (atividades, agrupamentos, intervenções) para poder redirecioná-las quando os resultados não forem satisfatórios. Dessa perspectiva, o processo de avaliação deve apoiar-se em três tipos de procedimento do/a professor/a:

- Análise das produções – observação criteriosa do conjunto de produções do/a aluno/a, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas;
- Análise do desempenho em atividades específicas de avaliação: verificação de como o/a aluno/a se sai nas situações planejadas especialmente para avaliar os seus conhecimentos prévios sobre o que se pretende ensinar e para avaliar o quanto aprendeu sobre o que já foi trabalhado.

Nesse caso é importante, em primeiro lugar, garantir que essas atividades sejam semelhantes às situações de aprendizagem propostas em sala de aula (isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas); em segundo lugar, é importante deixar claro o que se pretende avaliar (e por que razão), para que o/a aluno/a procure "dar o melhor de si" nesses momentos.

E, se o objetivo é verificar os conhecimentos que ele já construiu, devem ser atividades propostas para que realize sozinho e sem ajuda (a menos que se pretenda analisar justamente como o/a aluno/a procede em parceria com os demais colegas ou com a ajuda da professora).

A chamada 'prova' (uma atividade específica para avaliar) é, portanto, um dos instrumentos possíveis de avaliação, mas não o único e nem o mais adequado, a depender do tipo de conteúdo. A prova, se bem planejada, é um recurso que pode ser oportuno para avaliar o conhecimento do/a aluno/a sobre fatos e conceitos, mas nem sempre servirá para avaliar atitudes e procedimentos, que são conteúdos de grande importância no início da escolaridade.

A observação sistemática é essencial para avaliar atitudes e procedimentos e a análise das produções do/a aluno/a é necessária para verificar a evolução do seu conhecimento, sem o que não há como o/a professor/a atribuir conceitos ou notas de forma razoável.

Por fim, é importante destacar que, para avaliar adequadamente a aprendizagem, é preciso ter como referência três parâmetros, tomados simultaneamente como critério geral: o/a aluno/a em relação a ele mesmo, em relação ao que se espera dele e em relação aos demais colegas que tiveram as mesmas oportunidades escolares.

Avaliar o/a aluno/a em relação a ele mesmo significa considerar o que ele sabia antes do/a professor/a ensinar o que foi ensinado e comparar esse nível de conhecimento prévio com o que ele demonstra ter adquirido no processo.

Avaliar o/a aluno/a em relação ao que se espera dele pressupõe ter expectativas de aprendizagem previamente definidas e utilizá-las como referência para orientar as propostas de ensino e de avaliação (nesse sentido, este documento é um subsídio fundamental).

E avaliar o/a aluno/a em relação aos demais que tiveram as mesmas oportunidades escolares é apenas uma forma de complementar as informações obtidas a partir dos dois primeiros parâmetros: a comparação do desempenho dos/as alunos/as só tem alguma utilidade: se contribuir para entender melhor porque eles aprenderam ou não o que se pretendia ensinar. Tomar esses três parâmetros como referência é fundamental para avaliar de maneira justa.

1.3 Caracterização da turma

1.3.1 Caracterização da turma de 5.º / 6°A da UEB João de Sousa Guimarães

A turma do 5.º / 6° era composta por 40 alunos, 25 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. O nível de ensino das alunas é muito inferior e as mesmas encontram certa dificuldade no aprendizado. Essas alunas trabalham para complementar o sustento de suas famílias. Vale ressaltar, que elas têm muita vontade de aprender e são muito esforçadas, porém não tiveram oportunidade de frequentar a escola na juventude. Elas têm muita dificuldade na escrita, bem como no entendimento. Moram um pouco longe da escola.

Os jovens que estão matriculados não trabalham, são sustentados pelos pais, porém com idade ultrapassada para o ensino regular.

Os alunos são em sua maioria, “pessoas educadas”, têm interesse pelas tarefas, participavam ativamente das atividades propostas pelo professor e sentiam-se motivados para a aprendizagem.

O aproveitamento escolar da turma foi satisfatório, o que se podia notar pelo baixíssimo número de alunos atendido pelo plano de recuperação paralela da escola.

Os alunos, quase na totalidade, provinham de famílias em situação socioeconômica estável. De modo geral, os cidadãos que desempenhavam a função de apoio pedagógico, acompanhavam o desempenho dos discentes de maneira presente e dando total atenção a eles para que cumprissem seus deveres escolares propostos pelos professores.

Em relação à ocupação do tempo livre, grande parte da turma preenchia o seu tempo em atividades relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação, como jogar no

computador, navegar na internet, ver televisão, ou ouvir música. Consideravam também as atividades físicas como praticar esportes e culturais, como uma boa leitura. Ademais tinham alunos que ajudavam seus pais em afazeres diversos.

---

*As informações do texto foram retiradas do Projeto Político Pedagógico da escola, 2010 que foi baseado o estudo no site http://novaescola.org.br/ensino-fundamental/matriz_sao_luis.pdf .Consultado em 20 out. 2016

CAPÍTULO 2

DESCRIÇÃO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADO

2.1. Experiência de ensino/aprendizagem no Ensino Fundamental I e II

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, no título VI da Lei 9394/96 que se refere aos profissionais da educação encontramos:

> **Art. 61. A formação de profissionais da educação** de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas inclusive mediante a capacitação em serviço; **Art. 65. A formação docente,** exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas. (Lei 9394/96, grifo nosso)

Com o objetivo de esclarecermos o sentido, verifica-se que os termos "teorias e práticas" e "prática de ensino" foi realizado em diferentes perspectivas. A Resolução CNE/CP Nº. 2, 20021 estabelece que:

> **Art. 1º.** A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II- 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; (Resolução CNE/CP Nº. 2, 2002, grifo nosso).

A partir desta legislação, enfatizamos a importância de diminuirmos os "laços" que envolvem teoria e prática, possibilitando o desenvolvimento de uma práxis efetiva no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da U.E.B. João de Sousa Guimarães, município de São Luís do Maranhão – Brasil. Prática esta observada na ministração das aulas de Matemática, História, Geografia e Língua Portuguesa.

2.1.1 Ministração da aula disciplina MATEMÁTICA

O conteúdo programático foi sobre o tema "FRAÇÃO". Constantemente os professores de Matemática são questionados sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, como os conceitos são ensinados na escola. Questiona-se como se aprende Matemática hoje, diante dos avanços científicos e tecnológicos da sociedade atual. Questiona-se, portanto, a concepção do ensino e aprendizagem de Matemática existente nas escolas, nas salas de aulas, enfim, nas práticas docentes. Aprender e ensinar matemática são processos indissociáveis e devem ser constitutivos dos saberes associados à prática do professor de Matemática. Portanto, novas

formas de ensinar e aprender os conceitos matemáticos devem ser no atual contexto social uma das preocupações dos docentes.

> Sabe-se que a típica aula de matemática a nível de primeiro, segundo ou terceiro graus ainda é uma aula expositiva, em que o professor passa para o quadro negro, aquilo que ele julgar importante. O aluno, por sua vez, copia da lousa para o seu caderno e em seguida, procura fazer exercícios de aplicação, que nada mais são do que uma repetição na aplicação de um modelo de solução apresentado pelo professor. Essa prática revela a concepção de que é possível aprender matemática através de um processo de transmissão de conhecimento. Mais ainda, de que a resolução de problemas reduz-se a procedimentos determinados pelo professor. (D'Ambrósio, 1989, p.15).

Dada a análise acima citada, essa forma tradicional de dar aula também contribui para o desinteresse atrelado à falta de estímulo.

No momento da aula percebemos uma enorme dificuldade da turma com o conteúdo, que os mesmos ainda não conseguiram avançar nas quatro operações: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO. Mas antes de falar desse assunto, conversei com o professor titular e ele me orientou a tratar do mesmo, pois não causaria nenhum prejuízo a seu cronograma, pelo contrário, eu estaria ajudando-o. Consegui chamar os alunos ao quadro, pois o pouco conhecimento os deixou muito envergonhados.

A turma esteve muito atenta e utilizamos muitos exemplos do cotidiano dos alunos e alunas, o que facilitou o entendimento. Aliás, foi uma aula muito produtiva e divertida, por conta da participação de todos.

2.1.2 Ministração da aula da disciplina HISTÓRIA

O conteúdo programático abordado foi "LENDAS MARANHENSES". Mostramos aos alunos e alunas a diferença entre ficção, mito e realidade no conto das lendas maranhenses, caracterizando a época e suas principais características e período histórico. A ênfase maior foi o contexto político, que o Maranhão estava passando, considerando que as lendas aconteceram entre os séculos VII, VIII, XIX, período em que o Maranhão enfrentava grandes batalhas pela sua colonização e posse de terras. Fizemos os alunos despertarem e conhecerem as características dessa época. Antes, porém, talvez seja prudente, (ou até mesmo produtivo) um breve *tour* histórico/etimológico por esse contexto verbal. Lenda vem do latim legenda, "coisas para se ler", etimologicamente moldando-se ao feitio das narrativas e fatos desfigurados ou transfigurados pela imaginação popular. Para o homem primitivo, ou do povo, brota de complexos culturais e se destina a explicar, a mentalidade que não ultrapassou um certo grau de cultura, se preocupa com objetos que no céu e na terra são capazes de lhe causar espanto ou temor, forças da natureza, poder de certos homens, prognósticos, presságios, superstições. Esse

conteúdo pertence à grade curricular na Educação de Jovens e Adultos no capítulo de História do MARANHÃO. É comum sempre nos depararmos com duas versões da história: a verdadeira, factual e a lendária, muitas vezes as duas interpenetradas uma na outra, confundidas, de modo que se torna difícil (quando não impossível) dissociá-las, tal é à força da Tradição Popular. Para a primeira aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema. A princípio refletimos sobre os conceitos de lenda e mito e fizemos a leitura de algumas lendas da cultura popular maranhense.

Tais como, a lenda de Ana Jansen, a lenda da Manguda, do Milagre de Guaxenduba, da Serpente de São Luís, da Praia do Olho D'água, do Milagre de São João Batista e do Palácio das Lágrimas. Percebemos que os alunos já tinham ouvido sobre a de Ana Jansen e a da Serpente, mas não sabiam detalhes e as demais eles não sabiam nada. Os alunos se divertiram muito com as histórias fantasiosas e algumas engraçadas. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. O nível desses alunos é muito baixo e o cansaço atrapalha muito. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária.

Segundo Schmidt e Garcia (2008, p. 42) permitem que os investigadores,

> [...] vejam a escola não somente como um lugar de reprodução, mas também de criação, de produção de si própria, porque entendem que esta tem a capacidade de se auto definir e, assim, de se transformar, na mesma forma que a sociedade dispõe de uma capacidade de criação simbólica, que permite se construir e se reproduzir nos seus sentidos, bem como seu sistema de orientação das condutas.
>
> […] o domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. (Brasil, 1998, p.19).

2.1.3 Ministração da aula da disciplina GEOGRAFIA

O conteúdo programático abordado nas aulas, incidiu nos "ALIMENTOS". Os conteúdos relacionados ao tema da aula estão em coerência com a proposta curricular da disciplina, com a série e análise da Apostila utilizada na Educação de Jovens e Adultos. Para a primeira aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema. A princípio levantamos os conhecimentos prévios da turma acerca da origem e produção dos alimentos. Assistimos a um vídeo sobre a origem dos alimentos desde o Período Neolítico, do homem primitivo e a forma como esse homem começou a obter e cultivar seus alimentos. Após o vídeo, demos continuidade à aula expositiva e dialogada. Conversamos sobre as diversas formas de

extrativismo, agricultura e pecuária. Na oportunidade, relacionamos o tema a realidade e vida cotidiana dos alunos. Do cultivo de alimentos, produção até a chegada dos alimentos a mesa. Tratamos sobre importação e exportação de alimentos.

Refletimos sobre a enorme quantidade de alimentos produzidos diariamente no Brasil e no mundo e porque ainda contamos com dados estatísticos de mais de 1 milhão de pessoas no mundo todo que ainda passam fome. Em relação a isso refletimos sobre o Capitalismo que impera no mundo onde o lucro é o foco principal das grandes empresas, consequentemente a falta de interesse público em medidas e projetos sociais de combate a fome no mundo, considerando terras inférteis. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais.

O nível desses alunos é muito baixo e qualquer novidade trás estímulo e acréscimo positivo. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária.

Para Attico Chassot, o ensino na área das ciências deve contribuir para a *"*compreensão de conhecimentos, procedimentos e valores que permitam aos estudantes tomar decisões e perceber tanto as muitas utilidades da ciência e suas aplicações na melhora da qualidade de vida, quanto as limitações e consequências negativas de seu desenvolvimento". (Chassot, 2003, p. 99).

2.1.4 Ministração da aula da disciplina de LÍNGUA PORTUGUESA

O conteúdo programático abordado foi "GÊNERO TEXTUAL – A NARRATIVA DAS LENDAS MARANHENSES."

O gênero textual "Narração"**,** é um dos diversos gêneros, é uma modalidade em que se conta um fato, fictício ou não, que ocorreram num determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Então planejamos utilizar os textos narrativos das Lendas Maranhenses para aprendermos sobre esse gênero.

Existem muitos outros gêneros textuais que ao longo do bimestre serão trabalhados, pois esse conteúdo pertence à grade curricular na Educação de Jovens e Adultos e os conteúdos não fugiam ao contido na apostila. Para a primeira aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema.

A princípio refletimos sobre os conceitos de lenda e mito e fizemos a leitura de algumas lendas da cultura popular maranhense. Tais como, a lenda de Ana Jansen, a lenda da Manguda, do Milagre de Guaxenduba, da Serpente de São Luís, da Praia do Olho D'água, do Milagre de São João Batista e do Palácio das Lágrimas. Percebemos que os alunos já tinham ouvido sobre a de Ana Jansen e a da Serpente, mas não sabiam detalhes e as demais eles não sabiam nada. Os alunos se divertiram muito com as histórias fantasiosas e algumas engraçadas.

Observamos que houve aprendizado dos alunos sobre o que é narrativa. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. O nível desses alunos é muito baixo e o cansaço atrapalha muito. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental/Língua Portuguesa (PCNLP):

> O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. (Brasil, 1998, p.19).

CAPÍTULO 3

CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO DA INDISCIPLINA

3.1 O que se entende por indisciplina

É perceptível, que comumente na literatura educacional, os conceitos “êxito” ou “fracasso” estão intrinsecamente relacionados a indicadores definidos de aprovação ou reprovação de alunos, baseado apenas na restrita visão de avanço escolar fundamentado em um sistema de ensino quantificado pela atribuição de notas.

O conhecimento, nessa premissa assume o caráter de um conteúdo determinado e taxativo para que se possa estereotipar o aluno como sendo bom ou ruim, logicamente, que um dos objetivos principais da escola é a transferência do saber, obstante não se restringe somente a isso, “não há escola que não inclua entre seus objetivos educativos a preparação das crianças e adolescentes para a vida em sociedade” (Silva, p. 713, 2007).

Dessa forma, podemos ratificar que a transmissão do conhecimento consiste no eixo norteador do ofício escolar, porém renegar historicamente sua função de núcleo de socialização é renegar a própria evolução da educação.

Ampliando a dimensão de sentidos que as expressões "sucesso" e "fracasso" escolar, denotam, temos assim, um novo “olhar” para um problema tão enraizado em sala de aula: a problemática na socialização dos estudantes, por conseguinte, na prática da indisciplina juvenil.

> Se o fracasso na socialização dos estudantes não aparece com muita frequência nas estatísticas educacionais é porque, por um lado, isso impõe a construção rigorosa de índices para medi-lo e, por outro, porque a função de instrução é colocada como finalidade fundamental das escolas. Isso acaba conferindo menor importância à produção de indicadores que evidenciem outras formas de fracasso escolar (Afonso, 1998, apud Silva &Matos, 2014, p.713).

Autores como Aquino (1996) e Parrat-Dayan (2012), atentam para que se visualize a indisciplina como ponto crucial e indicador de fracasso no processo de socialização dos alunos, enquanto sujeitos históricos, ímpares e consequentemente um forte entrave no processo ensino-aprendizagem.

Sendo assim, entendemos que é humanamente impossível desassociar o processo de escolarização com as relações interpessoais, posto que seja da natureza do indivíduo ser social e, dessa forma, interagir com outros membros de sua coletividade.

Um ponto crucial a ser abordado sobre o tema em questão é a ruptura do antigo paradigma em que a indisciplina é uma manifestação restrita às camadas mais desfavoráveis, sendo, pois, produto da pobreza e desestrutura familiar, mas há inúmeros casos de indisciplina em escolas da rede privada, cujos autores veem de famílias com boas condições econômicas, deixado bem claro que a indisciplina independe de classe social.

> Enfim, fatos dessa ordem indicam que a indisciplina procede desde a universidade e escolas cuja clientela tem maior poder aquisitivo, a escolas de "periferia", por atenderem o segmento da sociedade com menor poder aquisitivo. Assim, o fenômeno indisciplina escolar fragiliza explicações sustentadas em diferenças de classes sociais (Boarini, 2013, p.124).

Expandindo a análise sobre a indisciplina de forma mais abrangente, temos que estar atentos também para que não a analisemos sobre um olhar unidirecional, ou seja, apenas como um problema do Brasil ou demais países americanos.

Luís Picado (2009), doutor em Psicologia da Educação, abordou esse assunto dentro da percepção cognitiva e comportamental, ratificando que o enfoque passou da análise dos alunos perturbadores para análise das relações dinâmicas e pedagógicas em sala de aula, continuando o seu estudo, Picado defende que ao invés do isolamento do aluno indisciplinado, devemos é apurar o porquê desse comportamento, suas perspectivas em relação aos professores e sua escola.

Compreendemos que a indisciplina não possui nacionalidade, posição social ou raça definida, mas que deve sim ser tratada como questão central nas discussões educacionais, tornando-a visível para a sociedade e consequentemente, expondo a fragilidade das instituições familiares, religiosas e educativas.

> Falar alto na sala de aula, insultar o professor, não responder: a indisciplina nas salas de aula aumentou, embora esteja longe de atingir proporções preocupantes em Portugal. Mas, porque são "atitudes de baixo impacto, mas elevada frequência", professores e pais partilham uma percepção muito negativa e inflacionada do problema [...] Para prevenir o problema, mais do que apostar tudo na reação punitiva, seria necessário que os professores aprendam a gerir uma turma (Faria, p.65, 2013).

Não devemos perder a sensibilidade sobre essa questão e precisamos ter a plena consciência que a escola, a família e o aluno não podem ser isolados da realidade vigente, mas sim relacionados diretamente com um período histórico marcado pelo egocentrismo, artificialidade nos relacionamentos e perda de valores sociais (Boarini, 2013).

Podemos analisar a indisciplina a partir da construção do discurso de Foucault (2006), que emprega o termo acontecimento como sendo algo não esperado para determinado comportamento. Desta forma, o modelo tradicional de disciplina escolar "sofre" ataques que rompem com a rotina preestabelecida na sala de aula e geram novos discursos e transformações, o aluno passa de coadjuvante para autor de suas próprias ações e consequências.

Segundo Foucault, o ambiente escolar reproduz, hierarquiza, pune e recompensa, reproduzindo uma concepção que perdura desde o século XVIII.

> Essa ligação entre corpo, cultura, disciplina, história e sociedade foi perfazendo uma ideia, ou talvez um ideal, de sujeito como aquele capaz de observar-se, decifrar-se, interpretar-se, descrever-se, julgar-se, e se autogovernar. É importante pensar a escola como parte desse processo que liga, em relações de poder, professores e alunos, diretores e professores, diretores e alunos, alunos e alunos, comunidade e escola (Ferrari &Almeida, 2012, p.867).

Fontana (1988) citado por Picado (2009) enfoca que os problemas de indisciplina perpassam pelo o nível de tolerância do professor, visto que uma ação pode ser considerada como um ato grave por um docente ou como mera irritação por outro, não obstante, o aluno conhecedor do perfil de cada professor, sabe quais atitudes são mais toleráveis por um do que por outro.

Em casos, em que a maioria da turma é respeitosa uns com os outros, mas o problema encontra-se centralizado em um único aluno, retomamos a ideia inicial de Picado (2009), doutor em Psicologia, que propõe trazer para si esse aluno, tentando compreender seus motivos para não conformidade às regras.

Atentamos que há uma gama de variáveis que influem significativamente com o domínio e a empatia do professor com sua sala de aula: a idade dos discentes, o clima escolar, autoestima, currículos poucos atrativos, má gestão de tempo, infraestrutura inadequada, desmotivação profissional, etc.

O comportamento indisciplinado pode revelar um prisma dos conflitos internos das instituições educacionais e, sobretudo, indicar e expor uma realidade em que impera insatisfação com a qualidade de ensino disponibilizado.

> Temos que reconhecer que no Brasil a democratização do acesso ao Ensino Fundamental e Médio é um fato incontestável. Todavia a qualidade de ensino mantém-se distante da democratização do saber. A defasagem do ensino no período inicial e médio da escolarização, sobretudo na rede pública de ensino, parece esvanecer seu significado formativo. No esvaziamento do sentido político-formativo, outras promessas passam a ocupar a finalidade da educação escolar, por exemplo, ascensão econômica e social, ingresso nas universidades públicas etc. (Rangel, Carvalho, & Diniz, 2011 apud Boarini, 2013, p. 125).

Estrela (1992) identifica duas situações que permitem traçar de forma mais fidedigna a percepção acerca da indisciplina escolar a partir do modelo educacional reproduzido internamente na escola. Assim, em uma escola tradicionalista, a disciplina é condição preponderante para obtermos a ordem, a aquisição do conhecimento, visto que o saber é transmitido pela palavra e sendo dessa forma, sua recepção só pode ser possível através do silêncio e da obediência dos alunos.

Por sua vez, na escola moderna, a noção de disciplina é regida por conceitos democráticos e de autonomia dos indivíduos, estes são disciplinados porque tem a consciência que é necessária à organização para se alcançar um objetivo. Os alunos são responsáveis juntamente com seus professores na formulação das regras e penas a serem empregadas, ocorre o cooperativismo escolar.

> A construção da autonomia é essencial, pois é ela que contribui com o processo de ensino-aprendizagem, oferece a oportunidade para que os alunos se disciplinem sem imposições e oferece a oportunidade para que os professores e alunos construam suas relações sem conflitos no interior das salas de aula (Jesus&Maia, 2010, p.3).

Saviani (2008) apresenta outra visão sobre as práticas pedagógicas baseadas na Pedagogia Tradicional e na Pedagogia Nova.

Contrariamente, alguns autores que veem o tradicionalismo apenas como uma educação repressora, Saviani pontua que esta ideia essencialmente é a mais democrática de todas, posto que, prioriza o direito à educação a todo e qualquer indivíduo, independente de classe social, sendo uma consequência das lutas de classes ao acesso do conhecimento sistematizado, neste tocante, a escola deveria exercer seu papel de instituição de instruir e formar cidadão para vida em sociedade, em contra partida, a Pedagogia Nova seria um "mascaramento" da dominação burguesa contra o proletariado, "legitima as desigualdades, legitima a dominação, legitima a sujeição, legitima os privilégios" (Saviani, 2008, p. 41).

Obviamente, os dois modelos possuem claras lacunas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, bem como na forma de manter a disciplina escolar, cabe em relação a este ponto uma ressalva, este autor não defendia nenhuma das duas classes, apenas as analisou de acordo com suas origens históricas.

Estrela (1992, p. 13) conclui que, a indisciplina escolar é "uma manifestação que decorre da sociedade e do seu sistema de ensino, tão antigo como a própria escola e tão inevitável como ela".

As transformações sociais, políticas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, proporcionaram significativas mudanças na vida pessoal e profissional dos indivíduos em todas as faixas etárias e camadas sociais. Na contemporaneidade, exigem-se das pessoas uma postura mais proativa e dinâmica aliado há conhecimentos multidisciplinares.

A educação, por conseguinte, também evoluiu com o passar dos anos, a fim de acompanhar essas mudanças e formar cidadãos preparados para atuar na sociedade.

Nessa perspectiva, Perrenoud (2010, p.69) enfatiza que a prática da docência passa por um período turbulento, na qual, a escola é cobrada para desempenhar sua função com maior eficácia, disseminando conteúdos que contemplem os temas transversais, ética, educação sexual, etc., e ao mesmo tempo, que é influenciada com problemas "além de seus muros": violência; falta infraestrutura; recursos financeiros, etc.

O discurso pedagógico dos últimos anos, sempre elenca os problemas de aprendizagem como a principal fonte de inquietação dos educadores, todavia, além deste, há outro muito presente na realidade da sala de aula: a indisciplina escolar. Dessa forma, a indisciplina se expande numa variabilidade de ações que vão desde não querer emprestar uma borracha ao colega até a existência de ameaças e/ agressões contra o professor e alunos.

A literatura discorre que as principais causas para o seu estabelecimento são os fatores biológicos, familiares e sociais, visto que atuam diretamente no estágio de maturidade

psicológica do ser humano. Como já observamos, a indisciplina escolar está presente tanto nas escolas públicas quanto nas privadas.

Tornar-se necessário também, compreender que este é o resultado da transgressão das regras morais e convencionais.

O primeiro tipo são as regras morais, construídas socialmente com base em princípios que visam o bem comum, ou seja, em princípios éticos. Por exemplo, não "xingar" e não bater. Sobre essas, não há discussão: elas valem para todas as escolas e em qualquer situação.

O segundo tipo são as chamadas regras convencionais**,** definidas por um grupo com objetivos específicos. Aqui entram as que tratam do uso do celular e da conversa em sala de aula, por exemplo. Nesse caso, a questão não pode ser fechada. Ela varia de escola para escola ou ainda dentro de uma mesma instituição, conforme o momento. Afinal, o diálogo durante a aula pode não ser considerado indisciplina se ele se referir ao conteúdo tratado no momento certo.

> É na distinção entre moralidade e convenção que podemos começar a trilhar um caminho promissor. Na prática, separar uma coisa da outra não é fácil. Frequentemente, mistura-se tudo em extensos regimentos que pouco colabora para manter o bom funcionamento da instituição e o clima necessário à aprendizagem em sala de aula (Revista Nova Escola, 2012, p.1).

Garcia (1999) aponta ainda que, a ocorrência desta na sala de aula, estremece as relações interpessoais: entre o professor e seus alunos, gerando conflitos profundos e prejudiciais a ambos.

Quando refletimos sobre essa temática, automaticamente, nos reportamos à relação do aluno x professor, contudo antes de nos centramos nas questões psicológicas e comportamentais que levam um jovem a ser indisciplinado no cotidiano escolar, faremos uma breve reflexão acerca do papel da escola, enquanto instituição difusora de regras morais.

Historicamente, nos séculos iniciais, a educação era de responsabilidade dos núcleos familiar, religioso e da comunidade. Com o advento das unidades escolares ocorre uma ruptura desse comportamento, cabendo a esta disponibilizar saberes e preparar para a vida social.

> Vemos, então, que ao longo da sua história, a escola vem assumindo cada vez mais características próprias, envolvendo desde aspectos relacionados com a comunidade onde está inserida, com os valores morais e éticos preservados por ela, configurando-se uma instituição onde as condições histórico-sociais são determinantes. O que se espera da escola é que a mesma prepare os indivíduos para a vida política, social e para o trabalho, desenvolvendo suas habilidades (Golba, 2009, p.834).

Sendo a escola, um local de transmissão cultural, é notório que a mesma crie sua própria cultura escolar, isto é, o conjunto de regras, diretrizes e condutas que a norteia. Logicamente, os alunos que convivem neste ambiente, incorporam esses valores, tornando-se parte integrante desta, da mesma forma que existem os que contestam plenamente essa cultura, personificados como indisciplinados.

A complexidade desse tema abrange também, a própria gênese do que é a disciplina.

Para Kant citado por La Taille (1996), é fundamental que o homem seja disciplinado, tendo em vista que, essa é que faz com que se controle a essência selvagem humana. Vai além da transmissão de bons modos, é a transformação da conduta humana.

> Permanecer parado e quieto num banco escolar é, para Kant, necessário, não para possibilitar o bom funcionamento da escola, mas para ensinar a criança a controlar seus impulsos e afetos. Não que, levantando, andando, falando, não pudesse se alfabetizar, mas não conseguiria se humanizar (La Taille, 1996, p.10).

Outros defensores da cultura da disciplina são Alain e Durkheim, citados por Parrat-Dayan (2012), os quais são representantes do ensino tradicional, em contraponto Piaget, também citado por Parrat-Dayan (2012), aponta a "autodisciplina", não sendo imposta, mas partindo da própria motivação do indivíduo em busca do equilíbrio emocional.

Cabe aqui, dando continuidade ao estudo, elencar recortes históricos que compreendem a questão da disciplina na história educacional do Brasil entre os séculos XVI e XX, assim como, abordar de que forma a indisciplina era enfrentada nesse período.

Documentos oficiais remetem que a História da Educação no país, inicia-se no ano 1549, a partir da chegada dos primeiros jesuítas, comandados por Manuel da Nobrega e cuja missão era converter os nativos indígenas a fé católica, o que foi determinante para a instituição de escolas e seminários em todo o território brasileiro. Este objetivo era nitidamente uma alternativa para expandir o catolicismo, que estava em decadência na Europa, e perpetuar um sistema de dominação dos indígenas pela religião.

Registros da época indicam claramente a preocupação dos religiosos com a questão da disciplina, a qual era conseguida a partir da vigilância constante e na utilização de medidas, muitas vezes violentas, para conter comportamentos tidos como não apropriados. Entre as medidas utilizadas estavam o castigo físico, legitimada de acordo com a idade e gravidade do ato realizado (Barbosa, 2012).

As punições abrangiam uma escala hierárquica, de acordo com o grau de amadurecimento do indivíduo, paradoxalmente, quanto menor a idade maior era a gravidade do castigo. Assim, para os pequenos, eram permitidos os açoites; os médios apenas palmeteados e por fim, os maiores tinham apenas repressão verbal.

Com a evolução dos tempos, as ações disciplinadoras ficaram mais sutis, mas ainda incorporadas na prática pedagógica, dessa forma, o final do século XVI, foi publicado o *Ratio Studiorum,* um plano de ensino que moldava o currículo trabalhado e como deveriam funcionar as escolas da época. Evidencia-se neste, uma seleção rigorosa de textos que enalteciam a fé católica, o incentivo a docilidade dos corpos e a total submissão dos discentes (Barbosa, 2012).

Notadamente, a educação era opressora, com atitudes como a inadequação ao regimento, a comunicação entre os discentes, o questionamento, etc., eram compreendidas como atitudes de indisciplina e por quanto, violentamente controlada.

Em 1759, ocorre a expulsão dos missionários jesuítas, todavia não acontece uma substancial mudança na concepção do controle à indisciplina.

Nesse século, especificamente, o docente ensinava de forma individualizada cada aluno, sendo que, enquanto estava com um aluno, os demais deveriam se comportar de forma estritamente silenciosa. Para tanto, eram utilizados métodos coercitivos para a obtenção desse comportamento.

No início do século XIX, houve adoção de um novo método de educação, o lancasteriano que empregava a ministração das aulas para todos os alunos, ao mesmo tempo, em conformidade dos ideais iluministas da época. Contudo, mesmo nesse método, sobrevivem os resquícios de monitoramento e punição aos alunos infratores.

De acordo com Gontard citado por Bastos (2005, p.39), as punições eram estabelecidas a partir do grau do ato cometido: "fica em quarentena em um banco particular; em isolamento em um gabinete especial, durante a aula; em solitária, [...] as sanções mais graves, que fugiam do controle do monitor, e mesmo do professor, são registrados no livro negro".

A literatura da época ressalta que as punições físicas eram aceitáveis e recomendadas como medidas para estabelecimento da ordem.

No século passado, a questão da disciplina perpassava pelo autoritarismo no ambiente de ensino, como bem explicita Aquino (1996, p.43) ao transcrever como seria um ambiente escolar adequado e ordenado, a partir das diretrizes impostas pelo documento Recomendações Disciplinares (1922): havia pouca tolerância em relação atrasos; o silêncio era imperativo em sala de aula; regras rígidas quanto à postura corporal e as correções disciplinares se faziam necessárias, tais como castigos, palmatórias, subserviência.

Fica nítido que essa estrutura escolar era hierárquica, com o professor como centralizador do poder, cabendo aos alunos o papel de subordinados.

> O professor não era só aquele que sabia mais, mas que podia mais porque estava mais próximo da lei, afiliado a ela. Sua função precípua, então, passa a ser a de modelar moralmente os alunos, além de assegurar a observância dos preceitos legais mais amplos, aos quais os deveres escolares estavam submetidos (Aquino, 1996, p.43).

A partir do processo de democratização política no Brasil, uma nova geração surgiu juntamente com uma nova concepção de educação baseada na participação, compartilhamento e responsabilidade mútua. Entretanto, encontramos duas realidades divergentes que ainda existentes na educação brasileira: uma baseada na visão burocrática e tecnicista da escola, na

qual o professor é senhor da razão e na concepção sócio crítica com a valorização da figura do aluno como agente de conhecimento e sujeito histórico (Andrade, 2006).

É inegável que, as antigas instituições de ensino tinham um caráter conservador e elitista, sendo, pois, concebidas para atender às classes abastadas da época. As camadas populares tinham seu ingresso obstruído pela própria estrutura escolar vigente do período.

Atualmente, apesar das políticas públicas contemplarem à classe proletária maior facilidade ao acesso educacional, ocorre debates em torno da questão se essa escola está preparada para atender satisfatoriamente esses indivíduos, mascarando suas deficiências sobre o fenômeno da indisciplina.

Posto que, para alguns, esse fenômeno da falta de disciplina expõe o impacto da presença de um aluno, com outras demandas, valores e vivências, numa estrutura ainda em processo de adequação para absorvê-lo integralmente.

Assim, a indisciplina não seria, exclusivamente, "culpa" do aluno, mas uma rejeição internalizada pela escola, em face da incapacidade de atender às necessidades reais desse perfil de sua clientela.

Logo, do ponto de vista sócio histórico, a indisciplina representaria uma forma legítima de resistência desse agente social ao modelo tradicional de fazer educação.

Como exemplo, há aqueles que rompem com determinado modelo de conduta educacional, não se submetendo a essa cultura, fomentando assim, um processo de resistência, sob forma da indisciplina, ressaltando que nem todos que não aceitam esse padrão são crianças ou jovens revoltados. Pois, coexistem várias formas desse aluno resistir aos valores impostos que, não necessariamente, pode ser compreendida como um ato indisciplinado.

Assim, um aluno que gosta de questionar seu professor, argumentar ou que diverge de uma norma escolar, em uma instituição mais tradicional, pode ser considerado como uma grave infração. Infelizmente, muitos profissionais da educação não são preparados para interagir dinamicamente com alunos mais contestadores. Estes, na maioria das vezes, estão apenas exercendo uma postura autônoma e crítica em face de um modelo de ensino desatualizado e com alicerce em relações de autoritarismo (praticado em alguns estabelecimentos de ensino).

A indisciplina rompe com a expressão emocional do poder ao demonstrar que a mesma não é legítima. O aluno indisciplinado mascara uma realidade em que o mesmo, não aceita o poder imposto pela figura do professor.

> Na relação entre professores e alunos, uma máscara pode ser utilizada para que o vínculo entre eles seja rompido, uma vez que o aluno reage à autoridade do professor, negando-a ou agindo de maneira indiferente. Nesse sentido, a indisciplina serviria como uma máscara para romper com a autoridade docente (Simon, 2012, p.51).

Outra vertente concebe esse assunto na ótica genericamente psicológica, sendo reflexo de uma carência psíquica do aluno. Nesta perspectiva, o reconhecimento e aceitação da autoridade do professor recaem pela interiorização de preceitos morais, anteriores à escolarização: cooperação, reciprocidade, responsabilidade, etc.

Muitos docentes se queixam que, na maioria dos casos, os alunos carecem de tais parâmetros, em maior ou menor escala, surgindo daí, perfis de desinteresse, rebeldia e agressividade.

É fato, que fica impossível que ocorra eficácia no processo de escolarização, se não ocorrer à disponibilização e aceitação do indivíduo para com seu semelhante, neste caso específico, o professor.

> Também é obvio que não há possibilidade de a escola assumir a tarefa de estruturação psíquica prévia ao trabalho pedagógico; ela é de responsabilidade do âmbito familiar, primordialmente. Nesse sentido, a estruturação escolar não poderá ser pensada apartada da família. Em verdade, são elas as duas instituições responsáveis pelo que se denomina educação num sentido amplo. Só que o processo educacional depende da articulação desses dois âmbitos institucionais que não se justapõem. Antes, são duas dimensões que, na melhor das hipóteses, complementam-se, articulam-se (Aquino, 1996, p.46).

A indisciplina, por conseguinte, seria a concretização do esfacelamento das relações familiares e da incompetência dos pais na formação moral das crianças e adolescentes.

Posto que, o núcleo familiar é responsável pela transmissão dos valores éticos e sociais, desde os primeiros anos de vida e que a escola é responsável pela continuidade na educação, preparando os indivíduos para vida em sociedade. Dessa forma, a família consistia na "célula da reprodução social por excelência, assegurava o bom andamento da sociedade civil, essencial à estabilidade do estado. Era a instância primária de formação de bons cidadãos [...]" (Falsarella, 2007, p. 35).

Logicamente, o bom desenvolvimento cognitivo da criança está estritamente relacionada à parceria escola/família e quando ocorre qualquer quebra nessa relação, o crescimento é prejudicado.

A experiência em sala de aula demonstra que apesar da evolução das percepções acerca dessa temática, ainda persiste antigos paradigmas acerca da disciplina/indisciplina baseado no modelo tradicional de ensino.

Esta pesquisa objetiva contribuir para a ampliação das discussões ao contemplar a indisciplina como uma oportunidade para que seja feita uma reflexão acerca dos sujeitos educacionais e da própria escola, ao possibilitar que o aluno repense seu papel no âmbito escolar, proporcionando seu crescimento pessoal e educacional.

3.2 A disciplina e a indisciplina no âmbito escolar

A questão da indisciplina consiste em uma das problemáticas mais relevantes que originam prejuízos no contexto escolar, tendo em vista, que com o passar das décadas, esse fenômeno tornou-se muito "visível" e consequentemente, acabou por gerar várias discussões sobre a melhor forma de combatê-lo. Logicamente, esta questão não é recente, tanto que há divergência conceitual entre os autores que tratam desse tema, isto é reflexo da sua própria complexidade tema a escassez de resultados de pesquisas e por fim, uma gama de interpretações que o assunto encerra.

Ao tratarmos dessa temática, é relevante fundamentarmos a partir da revisão da literatura, de que forma esta foi tratada no decorrer da história, sua conceituação e consequências no âmbito escolar.

> A indisciplina manifesta por um indivíduo ou um grupo, é compreendida, normalmente, como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato, traduzida na "falta de educação ou de respeito pelas autoridades, na bagunça ou agitação motora". Nessa visão, as regras são essenciais ao ajustamento, controle de cada aluno e da classe como um todo (Trevisol&Lopes, 2008, p.23).

Viver em sociedade significa o convívio entre membros de um grupo social que criam e cumprem as mesmas regras que norteiam as relações, e logo, sendo a escola também um núcleo social, esta deve ser regida por regras e normas de conduta. Assim, as normas rompem com o paradigma de instrumento de castração e assume o caráter de fator primordial para o pleno diálogo entre os indivíduos (Rego, 1996).

Teóricos como La Taille (1996) e Aquino (1996) durante a década de noventa elencaram que as possíveis causas para o estabelecimento da indisciplina foram à progressiva perda da autoridade do docente em sala de aula e o enfraquecimento da família e da escola como instituições mantenedoras das regras sociais. Aliado a essas causas, enfatizamos que da forma que se é interpretada a indisciplina gera uma série de consequências à prática pedagógica, visto que intervém não apenas nas interações constituídas com os alunos e no estabelecimento de critérios para avaliar o desempenho escolar deste, mas também no desenvolvimento dos objetivos que se pretende conquistar.

Uma sala de aula é o local propício para se tecer uma complexa rede de relações, dessa forma, quando o professor não identifica essa teia, ele acaba por centralizar o conflito em si próprio ou em alguns alunos, estabelecendo assim uma dicotomia entre aquele detentor do saber e os outros reprodutores do saber.

> O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranquilidade da permanência neste lugar. Ao mesmo tempo em que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois se, de um lado, ele tem a função de estabelecer os limites da realidade,

> das obrigações e das normas, de outro, ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida (Guimarães,1996, p.73).

Guimarães (1996) analisa que enquanto uns docentes perdem totalmente o domínio em classe, outros já possuem uma postura altamente dominadora, o que acaba por potencializar os conflitos no âmbito escolar, posto que, é notório que na sala de aula existam diferenças e instabilidade que indicam a inutilidade em um controle imposto de forma rígido.

Parrat-Dayan (2012) analisa que o conceito de indisciplina é regido pelo conceito de disciplina, sendo assim, ambas coexistem de forma que a ausência ou enfraquecimento desta última reflete a presença da primeira. É senso comum, definir a disciplina como um conjunto de regras a serem seguidas por uma coletividade e sua desobediência é punida com castigos.

> No século XIX, a escola implicava disciplina e castigo, ou seja, o ensino exigia disciplina e a disciplina exigia castigo. Quem era disciplinado era submisso e obediente, quem era indisciplinado era rebelde e desobediente. Durante o século XIX e ainda no século XX o professor era figura autoritária por excelência. Os alunos não podiam falar nem perguntar, e deviam permanecer num silêncio absoluto dentro e fora de aula. A indisciplina não era frequente, mas existia (Parrat-Dayan, 2012, p.19).

Ao longo dos anos, a própria conceituação de indisciplina foi se modificando em virtude da evolução sociocultural das sociedades, posto que esta é uma criação cultural e sob essa gênese, não poderia ser algo definido estático ou universal, assim ser indisciplinado em uma determinada cultura pode ser não ser em outra, variando do grau de insubordinação ou até mesmo representado um perfil de um aluno criativo e questionador.

Sílvia Parrat-Dayan (2012) continua sua tese sobre a questão da indisciplina ao relacioná-la com a aquisição das regras morais. Posto que, são as regras de conduta que orientam a vida em sociedade e estas não são inatas, sendo responsabilidade da família, escola, igreja, etc.

Retomando conceitos da Psicologia, é possível compreender como se processa o comportamento humano mediante as limitações morais impostas pelas regras de convivência em sociedade.

Iniciamos a discussão, como a constituição do que são as regras: primeiramente, estas devem ser assimiladas como algo corriqueiro, diário, isto é, que tenham regularidade; devem promover o respeito e a justiça igualitária entre os pares e por fim, serem aceitas e compartilhadas, pelo grupo social.

Logo, são justamente a prática, manutenção e transmissão dessas regras o que dá origem à disciplina.

O ponto chave é de que forma, podemos introduzir a disciplina no ambiente infantil?

Para responder a esse questionamento, analisaremos os pontos de vistas dicotômicos de Durkheim e Piaget, citados por Parrat-Dayan (2012). Durkheim, citado por Parrat-Dayan (2012), defendia que a criança é um ser tradicionalista e é na escola que estas devem ter as primeiras experiências com a rigidez das normas e regras.

> Na família, a tendência altruísta e os sentimentos de solidariedade predominam sobre o dever. Na escola, as regras são necessárias e constituem um instrumento insubstituível da educação moral. O professor tem a função de impor as regras. Por isso, tudo dependerá do professor. Porém, diante da autoridade da regra, a autoridade do professor deve passar para um segundo plano, porque a regra deve ser impessoal, para ser considerada regra. (Parrat-Dayan, 2012, p.33).

Nesta concepção, é permitida, além de uma disciplina forte, a aplicação de punições para aqueles que não a respeitam, a defesa da aplicação do castigo se encontra, para os seguidores de Durkheim, após sua obra póstuma, *A educação Moral, 1925,* como sendo uma prática legítima de reparação a falta cometida no desrespeito à regra.

O castigo possui, dessa forma, a essência simbólica de materializar, a reprovação do professor, em relação à indisciplina cometida, ressaltando-se que nesta teoria os castigos físicos mais severos são proibidos.

Aliado à prática disciplinadora, outro aspecto a ser desenvolvido nas crianças é a noção de apego ao grupo social de pertencimento, posto que, é defendido que a criança junta tendências altruístas e egoístas no seu ser e apenas com a conscientização sobre a coletividade, é possível educá-la.

Piaget teve uma visão oposta à de Durkheim, uma vez que ao contrário da teoria que prega o espírito da disciplina como ponto inicial da conduta da vida moral, Piaget acredita que as regras são reflexos das experiências sociais das crianças.

A partir das observações de caráter psicológico, este deduziu que as crianças respeitam múltiplas regras nos mais diversos domínios, em especial nas brincadeiras, o que originou a pedagogia moral do autogoverno ou autodisciplina.

> Para Piaget, existem dois tipos de regra e de autoridade: a regra devida ao respeito unilateral e aquela devida ao respeito mútuo. Esses dois tipos de regra chegam a resultados opostos. A regra da coação, vinculada ao respeito unilateral, é considerada como sagrada. É exterior à consciência da criança e não chega a ser obedecida de maneira efetiva. A regra devida ao acordo mútuo e à cooperação nasce no interior da consciência da criança e é praticada positivamente na medida em que se relaciona com a vontade autônoma da criança (Parrat-Dayan, 2012, p.34).

Esses dois tipos de regra atendem às exigências de dois tipos de moral, a moral sustentada no respeito unilateral entre gerações diferentes e a moral da reciprocidade estabelecida no respeito entre iguais. A distinção entre esses dois tipos de moral reflete a relação de equilíbrio entre parte/todo.

O equilíbrio é caracterizado pela moral da obrigação, a qual é sistematizada pelo predomínio do todo representado na figura dos pais ou professores e a moral da cooperação baseada na reciprocidade e na união das perspectivas individual e grupal de forma igualitária.

O desenvolvimento infantil perpassa, então pela evolução do egocentrismo/obrigação à cooperação.

Assim, a criança assume sua natureza egocêntrica quando interpreta as regras de forma individual, todavia ao enxergar as regras como lei, a criança adota uma postura da obrigação com seu correspondente respeito unilateral.

Por sua vez, alcançar o estágio da cooperação acarreta a ruptura do egocentrismo e do respeito unilateral. Resumidamente, Piaget (1998) ratifica que a coação/obrigação não é a única maneira de aquisição da consciência da moral e que a cooperação é exercida de forma espontânea entre as crianças e que esta última é mais significativa do que a primeira.

Jean Piaget (1896-1980) foi um renomado psicólogo e filósofo suíço, conhecido por seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil, continua defendendo sua tese, na perspectiva que a sociedade moderna é regida pela cultura democrática e sendo assim, substitui o respeito unilateral à autoridade pelo respeito recíproco de vontades autônomas.

Na visão de Jean Piaget (1998), as crianças são as próprias construtoras ativas do conhecimento, constantemente criando e testando suas teorias sobre o mundo. Grande parte desse conhecimento é adquirida através das zonas do conhecimento, onde os jogos e brincadeiras infantis têm sua principal influencia, onde as noções de regras são criadas, a socialização se faz presente, o simbólico é exercitado, além do físico e o mental. Fazendo uma comparação relativa com os pensamentos e a linha de trabalho de Vygotsky.

O professor não é o senhor da razão, passando a exercer o papel de colaborador e quando a disciplina não é impositiva, mais fácil será sua aceitação por parte das crianças. Daí, para que a convivência na sala de aula flua de forma harmônica, é necessário que as regras sejam negociadas e explicadas, contudo não se nega a disciplina, apenas a torna mais negociável em dadas circunstâncias.

Logicamente, o êxito dessa metodologia educacional está estritamente relacionado com o padrão da escola nova, isto é, aquela em que o aluno é autônomo no processo de ensino-aprendizagem, assim o aluno é motivado a exercer sua cidadania de forma mais consciente e não moldado através de obrigação externa e consequentemente, seu domínio moral e intelectual será bem mais fundamentado posto que seja fruto de seus próprios méritos.

Dessa forma, o respeito unilateral caracterizado pela subordinação da criança a um adulto produz a heteronomia ou moral de dever, já o respeito mútuo é aquele em há respeito entre indivíduos iguais de direito e produz a autonomia.

Logo, no ambiente escolar, a indisciplina é, muitas vezes, uma reação negativa ao um sistema de ensino arbitrário e dominador do professor, de forma que alguns estudos apontam que o desrespeito às regras surge quando o docente usa métodos de castigo totalitários. Quando as regras não são explicitas e são discordantes, os alunos acabam elaborando diferentes maneiras para contornar a lei e permanecer no sistema.

O rompimento às regras finaliza em atitudes indisciplinares ou na violência, e para prevenir, orienta-se a participação dos alunos no processo de criação de regras.

Na sociedade atual, a escola necessita analisar de forma critica o seu papel e desenvolver novos sentidos que se adaptam à realidade, não podendo se contentar em transmitir saberes em disciplinas fechadas e incutir valores e normas ultrapassados. Por fim, a educação deve ser fundamentada no respeito à liberdade individual, na democracia e no desenvolvimento crítico do cidadão.

A grande indagação atual é porque a indisciplina é hoje, considerada o problema-mor da educação? A literatura indica como possíveis respostas à generalização da violência, maior autonomia das crianças, enfraquecimento da base familiar e desaparecimento/ negação dos limites.

As causas para o aparecimento desta podem ser originadas externa ou internamente. De forma externa, ocorre a influência dos veículos de comunicação, na violência e na estrutura familiar. Fatores como o consumo de drogas, o divórcio, desemprego, ausência de valores familiares, desinteresse na educação dos filhos são alguns indícios da raiz do problema. Outra questão que leva o jovem a ser indisciplinado, está na contradição imposta pela sociedade neoliberal (consumismo, competição, etc.) com os valores preconizados pela escola (esforço, compartilhamento, etc.).

Isto acaba, por desenvolver significativos conflitos que em certo momento, desencadeia a indisciplina. Os meios de comunicação de massa e, em especial, a internet difundem uma mensagem revolucionária, em que os que rompem com as regras são considerados heróis para essa geração digital.

As causas internas são aquelas oriundas do próprio ambiente escolar e nas condições de ensino-aprendizagem, na sistemática da relação aluno/professor e na capacidade de adaptação dos mesmos às regras.

O professor, geralmente, adota dois tipos distintos de conduta para enfrentar o problema de autoridade na sala de aula: registro preventivo ou repressivo.

No registro preventivo adota uma postura conciliadora, com a delegação de poderes a um ou grupo de alunos, repetição das normas para assimilação da classe, motivação dos alunos, enquanto no registro repressivo, há a elevação do tom da voz, ameaças e castigos.

Essa gama de fatores é apenas a ponta do "iceberg", a indisciplina perpassa por outras questões que invariavelmente a sustenta: problemas psicológicos, estruturação escolar, pouco domínio do professor em sala de aula, etc.

O professor deve permitir que o aluno se expresse com liberdade, tolhê-la é o passo inicial para desencadear a revolta e inquietação no âmbito escolar. Muitos casos de rebeldia são tratados como doenças e em situações mais graves, prescritos medicamentos, quando bastava apenas dar voz a essas crianças.

Apesar de, teoricamente, estabelecer as regras aceitáveis de convívio social, muitos autores, conferem a disciplina, como uma ferramenta de submissão e perpetuação do poder, no caso específico, o poder do pai passa para o professor.

Esse poder é posto ao professor pelos pais da criança e pela sociedade que incumbe a esse profissional, o papel de orientador/doutrinador, dessa forma, a disciplina surge como uma regra coercitiva em que o aluno se submete por medo dos castigos. Outro aspecto da disciplina seria usá-la como prática de correção. Nesta perspectiva, faremos um recorte acerca do desenvolvimento conceitual da indisciplina escolar, baseada na figura de autoridade do professor.

Fundamentamos essa parte do trabalho, nas pesquisas de Richard Sennett (2001), sobre autoridade e submissão. Assim, iremos analisar, a partir de três concepções: a indisciplina como expressão do poder, relação entre desiguais e uma interpretação do poder.

A indisciplina na primeira categoria é vista na ótica da ruptura com a autoridade centralizada na expressão emocional do docente, assim Sennett (2001, p.16) salienta que "por meio de suas emoções as pessoas expressam plena consciência uma das outras. Por meio das emoções, elas tentam expressar o sentido moral e humano das instituições em que vivem".

Logo, de forma singular, o aluno indisciplinado em sala de aula está na verdade, expressando um rompimento com tudo que representa o professor e a instituição escolar, sendo, pois, uma simbologia de purgação ao quebrar e reagir com o controle e influência de um superior. Indica também, uma nova postura desse aluno para consigo e demais colegas e suas relações no âmbito escolar.

> Com isso, a indisciplina rompe com a expressão emocional do poder que define a autoridade, pois demonstra que essa autoridade não é legítima. Entendemos, assim, que a indisciplina escolar pode ser uma expressão emocional singular do aluno, ou, até mesmo, uma máscara, ou seja, um modo de defesa que o aluno busca para se proteger da influência da autoridade do professor. Com efeito, uma máscara pode ser utilizada na sala de aula pelos alunos, possibilitando uma desvinculação com a autoridade que não fosse reconhecida por eles (Simon, 2012, p.50).

Percebemos, também, que esta postura denota um desinteresse do aluno pelo conteúdo exposto em sala de aula e mudança interior, visto que a adolescência é marcada pela crise de

identidade e formação psicossocial do indivíduo e nenhum crescimento é concretizado de forma inerte.

Compreendendo a indisciplina como uma forma de repensar o "fazer educação" é uma forma de entender e trazer de volta o aluno que se desvinculou, o docente assumir que é necessário *à priori*, rever suas posturas e sua relação com classe é um passo relevante para inibir a prática da indisciplina.

A crise de autoridade, muitas vezes sentida pelos docentes, é exercida quando o aluno não aceita o papel de servo, e consequentemente se rebela e rompe com a dominação. A indisciplina é analisada como uma forma de conquista de liberdade face à oposição de um dominador (Simon, 2012).

A indisciplina torna-se um vínculo entre pessoas desiguais, caracterizadas pela relação entre o dominador e o dominado, colocando de um lado, aqueles que se realizam ao serem autoridades e do outro lado os que precisam ser guiados, por diversos fatores, assim, nesse sistema de interesse é fundamental que se tenha indivíduos em posições distintas, trazendo para o ambiente escolar, o professor é a autoridade e os alunos são os guiados.

Quando ações indisciplinares se instauram, nesse sentido, há ruptura da autoridade docente, não simplesmente com as regras que ela institui, mas também como um novo olhar para repensar a relação professor e aluno. Aqui, é oportuno, salientar que esta não se associa a presença de maior ou menor grau de autoridade, mas sim é contrária nas relações estabelecidas de forma arbitrária.

Sennett (2001) defende que os indivíduos possuem medo da autoridade, devido ameaça de se sentirem tolhidos quanto à sua liberdade e ao mesmo tempo, existe o desejo pela orientação, segurança e estabilidade.

Logo, compreendemos que a indisciplina expressa um sentimento de exclusão para e com a autoridade regida pelo professor na sala de aula, juntamente com um sentimento de inferioridade ou revolta.

> Pensando na indisciplina, afirmamos que ela pode demonstrar que a receptividade na relação entre professor e aluno, para a formação de um vínculo de autoridade, não está sendo suficiente. Também a indisciplina pode não reconhecer a desigualdade em um vínculo entre pessoas desiguais e, por isso, ele é rompido pela indisciplina (Simon, 2012, p.48).

Para que o vínculo da autoridade seja legitimado, é preciso que seja identificado, definido e em prol do bem comum. A indisciplina pode ser analisada, como uma força transformadora no relacionamento entre os professores e alunos e, sua existência pode gerar alternativas de formas de poder.

Por fim, segundo Sennett (2001) a indisciplina pode ser enfocada sob o prisma da interpretação do poder e de se rever quais mecanismos legitimam a autoridade, da mesma forma que apresenta uma autoridade ilegítima.

A autoridade é propriedade de uma relação construída entre os agentes escolares, o qual permite diferentes interpretações sobre o vínculo estabelecido entre eles.

Os estudos sobre a indisciplina, contribui para redesenhar as práticas pedagógicas existentes e oportunizar um novo modelo de autoridade baseado na compreensão mútua e legitimidade do poder em sala de aula.

Um exemplo de caso, acerca da questão da falta de autoridade escolar foi à elaboração e aprovação em 2012, na Câmara Municipal de Pelotas-RS, Brasil, a Lei do Respeito, cujo ponto central é autorizar o afastamento/transferência de docentes que foram agredidos dentro da sala de aula.

A existência de uma lei específica para esse fim dá a dimensão, da problemática em questão. Todavia, não é uma iniciativa única: cada vez mais, ocorre a necessidade de intervenções externas para resolver essa situação. Como exemplo, temos: o policiamento armado nas escolas, instalação de monitores e endurecimento das punições, o que constituem alternativas de fortalecimento da autoridade docente. Essas "pseudo" soluções, mascaram a ineficácia do estabelecimento e legitimidade da autoridade do professor. Todavia, é explicito que o respeito, só pode conquistado, através de diálogo e compartilhamento de experiências entre o aluno x professor. Sem o diálogo, criamos um ambiente antagônico ao invés de mútuo e que definitivamente, agrava ainda mais o problema (Soares, 2012).

Muitos professores lidam, de forma rotineira, com a questão da indisciplina e em muitas ocasiões não sabem como agir de forma coerente.

O papel do professor, sempre esteve associado à transmissão de conhecimentos, entretanto, verificamos, nos dias atuais, a necessidade de evoluir e, assumir a função real da gestão de sala-de-aula.

Diferentes pesquisas atestam, que as habilidades de liderança e trabalho em equipe dos professores, favorecem positivamente sua interação com os alunos.

O começo do ano letivo abre, uma indagação acerca, de como será o comportamento da turma que se iniciou e, sobretudo, se o profissional conseguirá cativá-los.

Cabe ao professor, assumir uma postura que influencie a definição desse grupo, independentemente dos níveis de egocentrismo dos membros, pois, ao se colocar como líder da sala de aula, o docente toma para si, o controle da sala, promovendo o desenvolvimento do grupo, por meio da educação.

Claramente, a interação aluno x professor, dependerá do quanto é cativante, mas seguro de si, o docente, sobretudo com crianças menores, posto que, estas só aprendem quando gostam de quem lhe transmite o conhecimento.

Bruno Gomes (2012) caracteriza o perfil do professor a partir dos seguintes aspectos:

- Autoritarismo**:** caracteriza-se pelo abuso da autoridade, pela rigidez, agressividade, repressão e prepotência, com distanciamento afetivo e inibição de debates, impera o silêncio absoluto;
- Permissivo: permite maior liberdade para os alunos, sobrepondo os interesses da turma acima dos interesses da instituição. Não há equilíbrio entre os objetivos didáticos e afetivos;
- Indiferente**:** desmotivação é a palavra que expressa o perfil desse profissional, e consequentemente ministram aulas pouco interessantes;
- Assertivo: o perfil ideal em que existe o respeito em si e para com seus alunos, sabendo elogiar e repreender quando necessário. Atua com razoabilidade, consistência e liderança.

Infelizmente, existem ainda, aqueles professores, que apelam para insultos, gritos como forma de exigir respeito por parte dos alunos, contudo, a sociedade mudou e os indivíduos também.

O professor dever ser cônscio de seu papel, como difusor do conhecimento e para tanto, dominar o conteúdo que ministra, a fim de que possa passar segurança para turma.

Como visto anteriormente, cabe ao professor tornar o aluno protagonista em sala de aula e que consiga resolver conflitos na sala, sem a necessidade da intervenção da direção, mas uma vez, o dialogo se faz vital.

> Um ponto de atenção: o desrespeito do professor em relação aos alunos também alimenta a indisciplina. Quase 25% dos estudantes afirmam ser vítimas disso de vez em quando - e mais de 12%, que o fato ocorre com frequência. Quem nunca ouviu uma criança reclamando: "Nem me ouviu e já me colocou para fora"? Outra situação corriqueira é a da desconfiança: "Você precisa mesmo ir ao banheiro ou está querendo passar? Que tipo de relação se espera formar com atitudes como essas? A análise do próprio comportamento é fundamental (Moço,2009, p.4).

Outra medida eficaz é construir um espaço cooperativo, no qual o aluno tenha vez e voz, se respeitem e sejam respeitados entre si, isso faz com que o comportamento seja aprendido naturalmente e não imposto através de sanções.

Logicamente, essa perspectiva não rompe com a sua função de exemplo moral e intelectual e coordenador do processo ensino-aprendizagem, dessa, forma a “negociação através da palavra” é fundamental e deve ser sustentada por meio da justiça e da imparcialidade, devendo ser construída de forma gradativa pelo grupo.

Cultivar a calma, mesmo em momentos de grande tensão é um outro ponto chave para manter a ordem no ambiente escolar.

> Quando um aluno insiste em conversar sobre o fim de semana durante a explicação de uma atividade, não basta fazer pequenas mudanças, como colocar a carteira do bagunceiro ao lado da sua mesa, como forma de castigá-lo, e continuar a aula normalmente. Isso não ajuda a resolver o problema em si nem leva a turma a aprender. É preciso chamar a atenção, mas sempre com respeito e mostrando que o grupo é que está sendo prejudicado, e não apenas você, pessoalmente. Tratar o estudante dessa forma faz com ele também perceba como agir em momentos de conflito (Moço,2009, p.4).

Dessa forma, é possível desenvolver nos alunos, uma atitude mais consciente sobre os seus atos individuais, fazendo com que os mesmos percebam que suas ações prejudicam diretamente todos os sujeitos da classe, e não somente, o professor.

3.3 O processo educativo e a relação familiar

Após discutimos o papel do professor no tocante a sua postura de como enfrentar à indisciplina escolar, abordaremos o papel da família como parceira da escola. O núcleo familiar representa o início do processo de ensino e aprendizagem, podendo ser influenciado positivo ou negativamente, dependendo da atuação dos pais.

A escola é formada pelos indivíduos que possuem uma boa formação na família, e por aqueles que sofreram experiências negativas, gerando assim, um ambiente amplamente ambíguo.

Todavia, a escola ainda, em sua maioria, não se encontra preparada para encarar o universo desses alunos com histórias e perspectivas diferentes. A família, ao longo dos tempos, foi se modificando, com o ingresso da mulher no trabalho, quer por necessidade, quer por realização pessoal, fez com que a rotina familiar "sofresse" uma nova concepção, na qual as crianças passam grande parte do dia, longe do convívio dos pais e tem sua atenção dividida entre a televisão e o mundo digital, ou seja, com as novas tecnologias, perdendo desta forma, o costume do diálogo e do almoço de família.

A ajuda da família é indispensável para conter a indisciplina na escola, mas para que isto ocorra, é necessário que se faça o resgate da prática do diálogo no contexto familiar, que se tenha maior participação de forma efetiva dos pais na vida escolar dos filhos. É substancial que os pais consigam impor limites, fortalecendo a autoestima de seus filhos e criando uma postura crítica frente aos problemas do dia a dia.

Esta é uma realidade que, necessita reflexão sobre como modificá-la, uma vez que, nenhum pai e/ou responsável, deseja o fracasso de seu filho seja um fracassado, mas geralmente não consegue operar nessa situação pairando entre os dois extremos: o autoritarismo e a permissividade (Benett &Da Costa, 2011).

Compreendemos que concepção da "nova família" do mundo contemporâneo, não pode ser analisada da mesma forma de antigamente em virtude das mudanças histórica e social.

Diante dessa realidade, para que se consiga compreender as novas estruturas familiares, torna-se necessário, apontar as modificações sofridas por essa instituição social, ao longo dos anos.

Além dos problemas econômicos e culturais, ocorrem os problemas de alcoolismo, o divórcio, as drogas, a violência doméstica, a permissividade sem limite e, consequentemente, a desestrutura familiar que influencia negativamente no desempenho do discente em sala de aula (Parrat-Dayan, 2012).

A atitude dos pais incluída as suas práticas de criação e educação interferem no desenvolvimento individual e influenciam no comportamento do aluno na escola.

Moreno e Cubero (1995) apontam a partir de literaturas sobre a área, três estilos de práticas educacionais paternas:

- Pais autoritários**:** pouco comunicativos, exercem grande rigidez nas relações pessoais, controladores e altamente exigente com os filhos. As condutas são analisadas de acordo com padrões preestabelecidos, há valorização da obediência e não ocorre a justificativa pelo estabelecimento de punições;
- Pais permissivos**:** valorizam o diálogo, porém não possuem controle sobre as atitudes das crianças, dessa forma são tolerantes e em certas vezes, indulgentes com relação aos desejos e impulsos infantis. Falta "pulso firme" nas questões de enfretamento contra birras ou teimosia e não costumam exigir responsabilidades de seus filhos;
- Pais democráticos: conseguem equilibrar entre a necessidade de controlar e limitar as ações infantis e o respeito aos sentimentos de seus filhos. Apresentam pais que estimulam a autonomia das crianças e ao mesmo tempo, conseguem estabelecer regras e limites claros e de fácil entendimento infantil, e consequentemente adotam uma disciplina firme e condizente com as possibilidades de seus filhos.

As autoras enfatizam que, as consequências de cada estilo de criação, influenciam significativamente o modo de ser: as que recebem uma educação mais rígida manifestam extrema obediência, timidez, baixa autoestima, tendo em vista que não recebem justificativas para as regras que lhe são impostas, tendem a agir orientados por gratificações ou para evitar castigos.

Os filhos de pais permissivos, apesar de mais soltos e altivos, não possuem respeito às regras e constantemente são imaturos e afeitos a responsabilidades, já os que têm uma educação equilibrada, além de apresentar autocontrole, autoestima, assumem responsabilidades e demonstram que os valores passados foram interiorizados.

Contudo, independentemente do tipo da estrutura familiar que a criança vive, a família abrange um contexto sociocultural e são sustentadas por vínculos afetivos entre seus membros, referências próprias e valores que formam uma espécie de cultura familiar própria.

Aquino (1998), de acordo com a visão empírica, disserta que os alunos refletem saberes anteriores apreendidos na família, do meio em que vivem que se chocam, com os saberes da escola.

Ressaltamos que os projetos de realização individual dos alunos, não se completam ou se resumem, aos pretendidos pelos projetos docentes. Surge então, a incongruência das demandas de cada um e por fim, somente com a união da família e instituição escolar em prol do bem do aluno que se forma um cidadão.

> É impossível negar, portanto, a importância e o impacto que a educação familiar tem (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral) sobre o indivíduo. [...] Como vimos, de acordo com a perspectiva histórico-cultural, o psiquismo e o comportamento humano são bem mais plásticos do que geralmente se imagina. Os traços que caracterizarão a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependerão exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens que o indivíduo realizará contextos socializadores, como na escola (Rego, 1996, p.98).

Logo, um relacionamento baseado na rigidez e autoritarismo docente, promove condutas também agressivas, e ao invés da inibição, acaba por "incitar" nos alunos tais comportamentos indisciplinares.

É importante ressaltar, o papel social da escola como ambiente propício para promover os valores sociais nos alunos, sem negar que cada escola é um local com diferentes realidades, e que é a partir do exercício comum de reflexão, que se pode intervir de forma positiva nos conflitos, sem perder a visão acerca do processo de ensino e aprendizagem.

No tocante ao desempenho da escola pública, é salutar elencar que esta deve possibilitar o acesso ao conhecimento crítico e reflexivo, levantar a bandeira da gestão democrática, como forma de ampliar a interação "escola x comunidade"; priorizar conteúdos pedagógicos, que sejam em acordo com a sua proposta pedagógica.

Parrat-Dayan (2012) acredita que a função da escola é disseminar o conhecimento aos alunos e tornar possível para que os mesmos tenham sucesso.

Assim, é fundamental que haja respeito mútuo entre as partes, no qual o professor possa exercer um "bom" relacionamento com seus educandos.

Desta forma, é importante ratificar, que a escola é regida por normas e regras de funcionamento e que estas devem ser respeitadas por todos os envolvidos no processo.

A Escola, desde o ponto de vista institucional, se equivale às práticas concretas de seus agentes e clientela, sustentada pela a relação professor-aluno.

> Desta forma, o trabalho educacional passa a ser não só a transmissão ou mediação das informações acumuladas naquele campo, mas a reinvenção do próprio modo de angariá-las: o olhar da matemática, da história, etc. O papel da escola passa, então, a ser o de fermentar a experiência do sujeito perante a incansável aventura humana da desconstrução e reconstrução dos processos imanentes à realidade dos fatos cotidianos, na incessante busca de uma visão mais dilatada de suas múltiplas determinações e dos diferentes pontos de vista sobre eles. (Aquino, 1996, p.52).

Ao discutirmos a função social da instituição escolar, estamos compreendendo a educação no seu sentido mais amplo, isto é, enquanto prática social sendo constituinte e constitutiva das relações sociais.

O ser humano, enquanto agente transformador da natureza elabora as leis, que legitimam a sua convivência em sociedade, criando estruturas sociais básicas que se fundamentam à medida que se vai sustentando sobre a forma de *locus* da conduta social.

Nessa perspectiva, a escola, sendo, pois, fruto da intervenção humana, só tem sua finalidade justificada, quando consegue cumprir seu papel de formadora de sujeitos históricos e socialização do conhecimento.

Notadamente, cabe a escola juntamente com outras esferas sociais, assegurar o desenvolvimento de um indivíduo responsável e consciente de seus direitos, assim como, dos deveres perante a sociedade.

Saviani (2000, p.35) faz esse questionamento ao abordar que: "(...) a educação visa o homem? Ou, que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?" E ressalta ainda que "(...) uma visão histórica da educação, mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem".

A escola tem pela sua própria natureza social, o papel de transmitir o conhecimento para os alunos, formando cidadãos críticos e capazes de interagir, dinamicamente com o seu meio social, rompendo com a perspectiva de desigualdade entre as camadas e reproduzindo a ideia que constitui a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros.

> A escola não deve ser tão somente usada para cumprir funções ou realizar papéis sociais, mas para difundir e exercitar a capacidade de reflexão, de criticidade e de trabalho não-alienado do sujeito na sociedade, para que ele venha desenvolver integralmente sua personalidade enquanto cidadão, tornando-se mais pensante e crítico para que, possa saber até onde pode ir com suas próprias "pernas", sem que seja um simples fantoche nas mãos de uma sociedade usurpadora de direitos (Brandão,2011, p.1).

Quando nos reportamos à função da escola pública, entendemos que esta, permite a emancipação intelectual do aluno e modificação social através da aquisição do conhecimento.

Como a "ação" que uma vez concretizada, possibilita que a formação do aluno, como um cidadão consciente, tornando-o mais participativo na sociedade. Sendo que, o ponto de partida para alcançar essa finalidade, só se alcança através de um ensino dinâmico, crítico e participativo.

Paulo Freire (1980, p.36) argumenta que "o ser cidadão, é o ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente."

Historicamente, a função clássica do educar é a difusão e assimilação do conhecimento sistematizado objetivando as habilidades, capacidades e sensibilidades de forma completa, alcançando esse objetivo, cumprirá sua ação pedagógica com êxito.

Retomando a problemática da indisciplina, é condição *sine qua non*, que a escola se estruture e planeje de forma diária para assegurar um ambiente de cooperação, valorizando o indivíduo, com o estímulo da prática do respeito.

Uma ação dinâmica para coibir essa "desordem", é a formação continuada para toda a equipe, tais como: palestras com a comunidade escolar, projetos multidisciplinares, discussões, dentre outras ações de participação efetiva dentro da escola. Todavia, é necessário antever, que conflitos sempre vão existir, posto que, é da natureza humana a inquietação.

Aragão (2009) elenca medidas conscientizadoras que, ajudam o professor em situações de conflito, tais como: assumir uma postura honesta, como "modelo" a ser seguido, manter calma, sobretudo em situações de "estresse"; reconhecer e valorizar os sentimentos de seus alunos, orientar para que se encontre uma solução para possíveis conflitos existentes em sala de aula.

A educação, também é concebida, como um ato de acolhimento, conforme podemos explicitar nas palavras de Arendt citado por Carvalho (2008, p.419): "a educação é o ato de acolher e iniciar os jovens no mundo tornando-os aptos a dominar, apreciar e transformar as tradições culturais que formam a herança simbólica comum e pública".

O acolhimento escolar se dá, a partir, do ingresso da criança na escola e sua formação e preparação para participarem na vida em sociedade, assim a atividade educacional, prima pelo abrigo e proteção infantil, ao mesmo tempo, que a familiariza ao seu espaço. É através do ensino, que emergimos no mundo e o transformamos.

Explorando o conceito de acolher, temos uma afirmativa de Mariotti (2002, p.14) que dá uma visão bem humanista dessa ação: "A arte de interagir, construir algo em comum, descobrir nossa humanidade mais profunda na relação com os outros e com o mundo natural e deixar que os outros descubram em nós sua humanidade e o mundo nos mostre sua amplitude".

Acolher reflete a interação entre alunos, professores, funcionários e coordenadores pedagógicos, e é a partir dessa interação que os sujeitos percebem sua fragilidade e limitações e ao descobrirem isso, compartilham experiências e fazem descobertas. Dessa relação de acolhimento, que surge a construção das relações interpessoais e as estratégias para fortalecer o processo ensino aprendizagem.

Claro que, o ato de acolher, está intrinsicamente relacionado ao ato do afeto. O afeto é o sentimento que humaniza o indivíduo, o torna receptivo ao outro, e permite a construção de relações sociais. Na escola, a afetividade auxilia na manutenção da disciplina, no tocante que, permite ao aluno, o ato de respeitar seu semelhante com suas diferenças, limitações e o motiva no processo de colaboração.

A indisciplina, por sua vez, compromete todo o ato de acolher, como uma resposta negativa em ser tolerante ao outro, comprometendo todos os processos educativos.

Além de ser uma ameaça ao acolhimento, o conceito de indisciplina escolar, toma uma dimensão mais ampla ao abranger algumas considerações, incutidas na mente dos professores, que usam essa denominação para expressar, de acordo com as ideias de Bernard Charlot (2002) e outros teóricos franceses, o que denominam de incivilidade.

Dentre as incivilidades rotineiras na escola, podemos citar: as desordens, as ofensas verbais, e o que se denomina de forma simplista de "falta de respeito", nessa perspectiva, algumas atitudes menos graves, seriam, pois, caracterizadas como incivilidades, e não como indisciplina, em virtude de quebrar com algumas regras ao nível pedagógico.

> As incivilidades englobam, portanto, comportamentos desafiantes que rompem regras e esquemas da vida social, sejam tácitos ou explicitados contratos sociais. Mas as chamadas incivilidades não rompem, necessariamente, com acordos, regras e esquemas pedagógicos. Antes, rompem com expectativas do que pode estar sendo tacitamente esperado como boa conduta social. [...] As incivilidades são rupturas em nível das regras e expectativas tácitas de convivência, dos pactos sociais que perpassam as relações humanas e cujo sentido muitas vezes supomos seja de domínio público desde a infância (Garcia, 2006, p.126).

Na escola, as incivilidades são manifestadas sobre diferentes aspectos, e com certa complexidade, ao promover ações contestadoras que impedem a perfeita harmonia da instituição. E é dentro dessa realidade, que os profissionais da educação possuem a responsabilidade de educar para o exercício da cidadania.

A educação brasileira é vista, como um parâmetro à construção da cidadania, de forma que amplie sua concepção, não apenas como educar para a efetiva participação social e política, mas como reafirmação da própria identidade.

Ao compararmos as multiplicidades de tensões existentes, entre a manutenção da disciplina e as incivilidades nas escolas, nos deparamos com um quadro, em que as práticas educacionais, quando relacionais no âmbito acadêmico, são severamente prejudicadas.

Em uma escala de grau de intensidade, uma ação incivilizada, seria o pontapé inicial para à indisciplina e posteriormente, prática da violência gratuita.

Essas expressões são manifestadas de forma gradativa e geralmente, nascem de conflitos não apaziguados. As relações interpessoais surgem então como eixo a ser trabalhado em sala de aula, de forma que a cada dia, se conquiste e se alcance um degrau acima até chegar ao ponto máximo: cooperação e respeito mútuo.

Um problema grave de comunicação, que interfere no processo de relação interpessoal é a constante unilateralidade, ou seja, se cobra muito de alguém e em contrapartida não se ajusta a que estava sendo cobrado.

> Levando essa questão para a escola, pode-se observar que os alunos têm uma expectativa da escola e do professor, às vezes até antagônica, porque esperam divertir-se na escola, mas ao mesmo tempo esperam que alguém lhes dê limites. [...] o professor idealiza uma classe com alunos que estão muito interessados em estudar e aprender o que lhes é oferecido, onde todos são muito corteses e educados e que aprenderão tudo que lhes for ensinado, de maneira e em tempos iguais. O choque da realidade causa intensa frustração tanto a uns quanto a outros (Jorge& Tigre, 2007, p.10).

É essencial, deixarmos de lado a visão arcaica de uma "escola homogênea", pois esta perspectiva já não condiz, com a realidade vigente, marcada por uma clientela escolar com suas singularidades e contradições. Deste modo, torna-se primordial, que se trabalhe com o concreto e não com o idealizado.

Torna-se relevante, que avistemos metas possíveis para o alcance de todos, independentemente da caminhada de cada um. A literatura menciona que um dos caminhos a serem seguidos é a busca da relação de equilíbrio entre os sujeitos sociais, alicerçada por base de afeto, comprometimento e segurança.

Mesmo parecendo ser uma utopia na contemporaneidade, marcada pelo egocentrismo, intolerância e violência exacerbada, é sim possível restabelecer os princípios de respeito e amor ao próximo, valores fundamentais para a construção de uma sala de aula dinâmica e disciplinada objetivando enfim que o processo ensino aprendizagem seja concluído de fato.

Por fim, não podemos conceber a indisciplina como um problema individual, mas ser considerada e trabalhada como um problema pedagógico, para tanto é inegável que se repense a aula, a relação professor/aluno e o próprio fazer docente, com uma prática que priorize o estabelecimento de regras de convivência explícitas, compartilhadas e negociadas a fim de que todas as necessidades dos sujeitos educacionais sejam contempladas.

3. 4. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho de caráter investigativo originou-se a partir da experiência no exercício do acompanhamento das praticas pedagógicas realizadas nas unidades educacionais da esfera municipal de São Luís. Foi perceptível, durante essa ação, várias ocorrências relacionadas com atos indisciplinares dos alunos, o que dificulta significativamente o processo de ensino aprendizagem. Em virtude dessa problemática ser algo rotineiro, principalmente nas camadas mais populares e visando uma melhor compreensão acerca da temática em curso, executou-se uma investigação na UEB João de Sousa Guimarães, através da aplicação de um questionário junto ao corpo docente e discente da referida escola.

Dessa forma, objetivou-se analisar a concepção da indisciplina na perspectiva dos alunos e professores e, a partir dessa análise, propor sugestões de práticas alternativas para sanar essa situação.

A fim de concretizarmos esse estudo, selecionamos como amostra do univeso da pesquisa, 03 turmas de 30 alunos cada e 08 professores.

Tendo em vista, o quantitativo de sujeitos envolvidos, foi salutar utilizar um questionário estruturado, ressaltando-se que foi aplicado com consentimento dos envolvidos, após os devidos esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e a preservação da identidade de cada respondente.

Os resultados obtidos foram analisados tanto quantativamente como qualitativamente, intercalando com o que versa a literatura da área.

Esse estudo foi baseado em uma pesquisa de campo, que objetiva identificar significados representativos nas falas dos sujeitos analisados.

Utilizamos a Pesquisa de Campo, como uma ferramenta para investigar uma situação, da qual se procuramos algumas respostas, como forma de descobrirmos fenômenos e validamos possíveis hipóteses (Lakatos e Marconi 2001).

Assim, descreveremos a seguir, análises obtidas mediante as informações coletadas no questionário, tanto na visão dos docentes quanto discentes e, por conseguinte, as ações pertinentes para enfrentar a problemática em curso.

3.5 Percepções dos professores sobre a indisciplina em sala de aula

A escola interfere, de forma significativa, na formação do cidadão em virtude que é nesse espaço que estabelece experiências de confrontação de ideias, diálogo e respeito mútuo.

Piaget citado por Parrat-Dayan (2012) defendia que uma um cidadão pleno era aquele que teve a oportunidade de vivenciar a disciplina, responsabilidade de forma prática e não apenas por meio de teorias.

Segundo a teoria de Jean Piaget, a construção do conhecimento ocorre quando acontecem ações físicas ou mentais sobre objetos que, provocando o desequilíbrio, resultam em assimilação ou acomodação e a assimilação dessas ações só acontece quando ocorre a construção de esquemas ou de conhecimento. Ou seja, em outras palavras, uma vez que a criança não consegue assimilar o estímulo, ela tenta fazer uma acomodação e após, uma assimilação é que o equilíbrio é então, alcançado.

"Os professores podem guiá-las, as crianças, proporcionando-lhes os materiais e situações mais apropriados de aprendizagem, mais o essencial é que, para que uma criança entenda, deve construir ela mesma, deve reinventar. Cada vez que ensinamos algo a uma criança estamos impedindo que ela descubra por si mesma. Por outro lado, aquilo que permitimos que descubra por si mesma, permanecerá com ela." (Jean Piaget).

Uma forma de possibilitar essa realidade é a transformação da escola em um espaço ativo, no qual a criança tenha autonomia para elaborar, acatar ou discordar das regras de convivência em sala de aula. Dessa forma, o ambiente escolar, tornar-se um espaço democrático para o aprendizado da cidadania.

Esta realidade, infelizmente, ainda é exceção no sistema educacional, em que impera, na maioria das vezes, o sistema centrado na autoridade burocrática legal.

E sendo, pois, este modelo o mais exercido, é notório identificar nos estudos sobre a indisciplina, na atualidade, o incentivo para transpor esse sistema burocrático para uma forma reflexiva e individualizada, fundamentada em um discurso psicopedagógico e na negociação entre as partes.

> A preocupação pela crise da autoridade adulta renova o interesse na disciplina e no governo escolar e apagam as fronteiras entre o permitido e o proibido, tanto na escola quanto na sociedade. O discurso sobre a indisciplina associa o relaxamento das normas e a crise da autoridade adulta, o incremento da delinquência juvenil e a violência escolar. Muitas vezes, o discurso sobre a indisciplina insiste no fato de a dificuldade para instaurar a lei estar vinculada à massificação do ensino médio e ao acesso de setores da população que têm outros códigos e disposições disciplinares (Parrat-Dayan, 2012, p.76).

Analisando os direitos e obrigações dos alunos vinculados à cidadania, concluímos assim, que o discurso político conforme a legislação sobre os direitos e obrigações do cidadão, é substituída por um pensamento psicológico, ressaltando a relevância da resolução de conflitos com base na conduta do dia a dia.

Contudo, geralmente, as responsabilidades que regem os regulamentos de convivência, centralizam-se basicamente, na figura dos alunos e excluído os deveres dos professores.

Parrat-Dayan (2012) discorre duras críticas em relação a essa questão, quando afirma que os menos fortes (alunos) acabam sendo alvos da regulação normativa e assim, rompe com estrutura da negociação, quando um é mais exigido do que o outro, contudo ressaltamos também, que o aluno e o professor possuem hierarquias diferentes, mas para o pleno êxito dessa relação, é necessário elaborarmos regras que deem mais autonomia ao aluno e maior responsabilidade ao professor.

A fim de compararmos a realidade vigente com o que é descrito na teoria, iniciamos a investigação com o questionamento sobre a percepção dos professores acerca dos atos indisciplinados dos alunos.

Os respectivos respondentes apontaram como maiores responsáveis para essa prática à falta de disciplina perpassada pelo núcleo familiar.

Um dos professores selecionados, afirma que "A família não influi de forma eficiente na colocação dos limites da criança/aluno". Já outro professor entrevistado, entende que, a própria escola, pelo fato de: "não haver um estabelecimento claro das regras, normas e condutas para os alunos e alunas bem como a ausência de uma estrutura pedagógica que facilite o trabalho." Outros percebem que os próprios professores são responsáveis pela essa conduta indisciplinada dos alunos, uma vez que: "não buscam metodologias capazes de prender a atenção do aluno". Por último, indicam a autoestima do aluno, relatam sobre a autoestima dos alunos, ao se sentirem desprestigiados na escola e em sala de aula.

Vários professores atestaram que foram vítimas de agressões verbais dentro da sala de aula, o que evidenciamos que em certos casos, ocorre a quebra do vínculo professor x aluno, estabelecendo-se uma relação totalmente antagônica e desgastante para ambos.

Todavia, as maiores reclamações dizem respeito à falta de melhores condições de trabalho, melhor infraestrutura, carência de profissionais qualificados para atuarem na área pedagógica da escola pesquisada. Isso denota de forma nítida como a realidade se opõe ao que versa a literatura.

Nesse ínterim, a escola necessita ofertar um espaço propício para aprendizagem, com docentes comprometidos com seu ofício, com uma metodologia diversificada, na qual a prática pedagógica seja centrada no aluno, motivando-o de forma constante pela busca do conhecimento (Silva, 2012).

Para melhor visualização das respostas, dispomos do gráfico 1, que apresenta a opinião dos docentes, referente a esse questionamento.

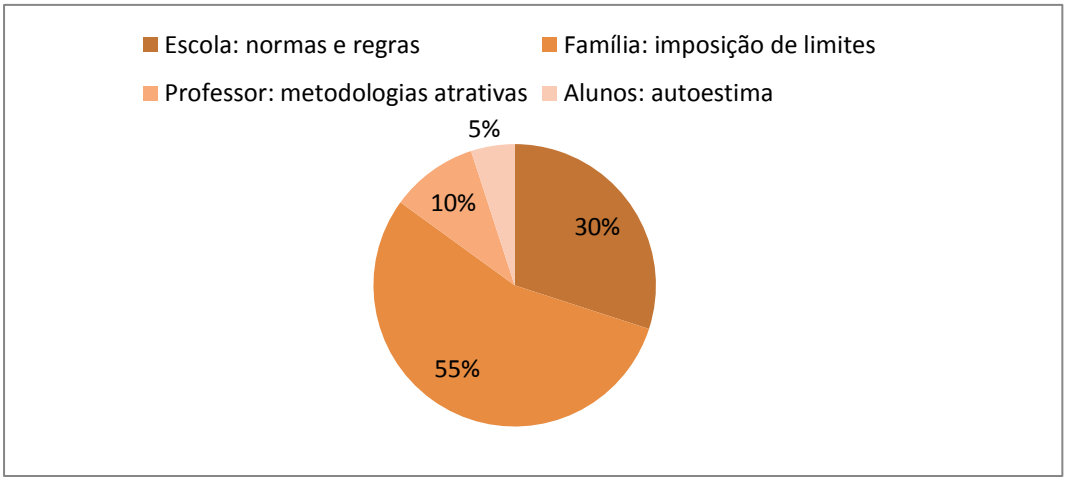

Gráfico 1 Indisciplina na visão dos professores

Antes de nos atermos ao olhar do professor sobre o tema, é oportuno destacarmos às principais mudanças ocorridas na sociedade, que logicamente, interferem no fazer pedagógico.

No âmbito familiar, outrora a repressão cede espaço para uma educação mais "maleável" que valoriza a expressão infantil. Concomitantemente, o perfil das crianças e jovens também passou por transformações, criando gerações mais audaciosas, relutante às regras e dispersas, além de interagir de forma diária com as tecnologias informacionais.

Esses fatores aliados à massificação da educação contribuíram para que o educador necessite ter aptidões de liderança, conciliador e orientador de seus alunos e que saiba trabalhar com a heterogeneidade.

O professor não pode se limitar a transmitir o conhecimento, ele precisa atuar como incentivador das crianças na construção, por elas, de seus saberes, logo seu ofício é algo puramente mutável.

De acordo com a literatura pedagógica, a evolução do perfil do educador, passou por três aspectos: inicialmente, temos a questão vocacional, associado a qualidades morais e conhecimento das diferentes disciplinas; depois vem a ser um ofício, com saberes e técnicas específicas e por fim, profissão fundamentada na capacidade reflexiva (Tardif; Lessard 2014).

O trabalho docente, nessa perspectiva, é uma prática de caráter social, porque contempla conhecimentos cognitivos e experiências curriculares que são assimiladas a partir, das suas relações profissionais. Dessa forma, a maneira como a escola é organizada, influencia diretamente na atuação do professor, posto que, a escola é um local, social por natureza, e sendo assim, abrange aspectos heterogêneos com suas vivências, comportamentais e atitudes diferenciadas onde o professor assume, assim, uma função de figura central, parceiro de seus discentes e conciliador de conflitos (Tardif; Lessard 2014).

A gestão da sala de aula envolve uma série de desafios, que foram observados na prática dos professores pelas seguintes situações: maior heterogeneidade do público escolar; multiplicidade de saberes e incerteza com relação ao que será transmitido; manutenção da disciplina; o equilíbrio para com os seus alunos, etc.

O "bom profissional docente" que possui domínio sobre essas questões, reúne às competências e habilidades inerentes a prática docente, e por fim, tem empatia e *feedback* com a sua sala de aula. A técnica, aliada ao fator afetividade, fortalece a relação aluno/professor.

Podemos conceber como, uma das principais funções do ser professor o trabalho interativo.

Tardif (2002) define como, foco do trabalho docente, o indivíduo, suas características peculiares e justamente por isso, o ato de ensinar, se torna uma ação complexa e cada turma, torna-a única.

A esfera afetiva também, se faz presente no ensino e dependendo de como se dá esse processo, expresso ou de sua ausência, atua como elemento de aproximação ou distanciamento entre o aluno e professor.

> Uma boa parte do trabalho docente é de cunho afetivo, emocional. Baseia-se em emoções, em afetos, na capacidade não somente de pensar nos alunos, mas igualmente de perceber e sentir suas emoções, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios afetivos. (Tardif, 2002, p. 130)

O docente que centraliza sua prática pedagógica, somente na transmissão de conhecimento, não condiz com a atualidade regida por profundas transformações econômicas, culturais, políticas e sociais. Da mesma forma que, a atuação de profissional com características de autoritarismo e que não priorize o diálogo em sala de aula, contribui para gerar insatisfação entre alunos e consequentemente ações indisciplinares.

No tocante, a percepção do professor sobre os alunos indisciplinados, indagou-se a seguinte situação: Como respostas aferidas, salientamos que a maioria dos professores (5 respondentes) ressaltaram a gradativa a perda de valores familiares, que refletem no cotidiano da criança na escola, indo de encontro ao discurso que, responsabiliza a família pela ruptura de antigos valores, tais como: o respeito, a obediência, a responsabilidade, tão escassos na juventude contemporânea.

Referendando-se aos fatores inerentes que desencadeiam a indisciplina na escola, o primeiro fator apontado foi a falta de estrutura da escola pública, seguido pela ineficácia das políticas publicas e pela turbulenta economia brasileira.

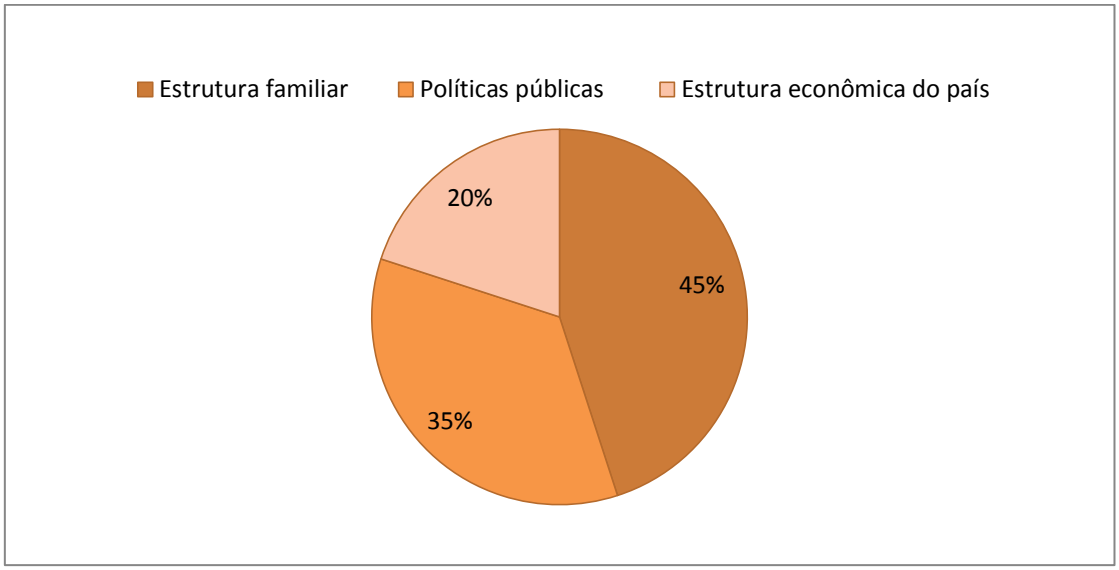

Gráfico 2 - Fatores que desencadeiam a indisciplina na escola

No gráfico 2, acima demonstrado, os professores se sentem bastante desestimulados, pois reclamam que falta muita coisa do que é básico dentro da escola. A escola não possui uma infraestrutura básica. Os professores reclamam também da falta de políticas públicas voltadas ao incentivo à educação no Brasil. "Sem o básico para garantir conforto aos professores e alunos, fica difícil ensinar e aprender".

O Plano Nacional de Educação estabelece sete itens de infraestrutura básica para as escolas, mas um estudo do Movimento Todos pela Educação revelou que só água tratada e energia existem em mais de 80% colégios. Menos da metade das escolas têm bibliotecas, acesso à internet, quadras de esporte, esgoto sanitário. E que só 8% contam com laboratórios de ciências. No Norte, menos de 1% das escolas tem todos os itens.

Essa estrutura das escolas de ensino fundamental é responsabilidade dos municípios.

O Ministério da Educação orienta que, se alguma prefeitura tiver dificuldades na disponibilização de recursos, para que a educação aconteça, esta deverá recorrer ao governo estadual e ao federal.

Os professores entendem que a escola não é apenas um lugar onde se aprende diferentes disciplinas, mas aquele lugar onde se formam cidadãos e que a família exerce ou precisa exercer o seu papel fundamental na educação de seus filhos para que a escola possa dar continuidade e trabalhar em conjunto com a mesma.

Damke (2012) analisa esse tema a partir da percepção social dos docentes, que pode ser uma analogia compreendida como a voz do professor que atribui à indisciplina um caráter de uma desordem social e que acarreta violência contra a simbologia que representa o educador e o desinteresse dos alunos pelos estudos.

A percepção social de uma coletividade abrange os valores, crenças que representam o grupo e por meio dela que o educador desenvolve implicações sobre cotidiano escolar, logo promove a forma de relacionamento entre o professor e aluno.

Damke (2012) observa que a indisciplina era considerada como sendo um rompimento dos mecanismos de regulação social e da função desempenhada pelos esquemas sociais e, esta é fruto da interferência de alguns elementos: a sociedade, a escola, o aluno e um currículo defasado.

Destacamos que os professores reconhecem a existência de regras institucionalizadas na escola, contudo sentem inoperantes para exigir que as mesmas sejam cumpridas, cabe aqui, questionarmos que paralelamente, a falta de respeito ao professor é vinculada à falta de respeito dos pais no núcleo familiar.

Exemplificando-se, temos que a falta de regras na família geraria a indisciplina na escola e consequentemente, a indiferença do aluno com o seu professor.

> O esvaziamento social de suas práticas e dos métodos apropriados para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem repercute de forma negativa em sua autoridade em sala de aula. Os professores demonstram que, apesar da exigência da instituição, está ocorrendo um esgotamento, tanto nas suas ações quanto nas da escola, em cumprir as determinações (Damke, 2012, p.131).

Outro aspecto a ser mencionado, é a existência de uma relação entre a cultura escolar e a forma que os docentes tratam da indisciplina. Essa relação é estabelecida mediante a junção da cultura formal (normas institucionalizadas da escola) com a cultura informal (interação entre coordenadores, gestores e professores no âmbito escolar). Compreendemos que a cultura escolar abrange todos os entes que formam a unidade de educação e todo o funcionamento diário realizado nessa instituição, indo do processo de ensino-aprendizagem até o convívio entre os docentes.

A escola fundamenta-se em regras rígidas para uniformizar algumas situações e atitudes e realmente entendemos que a escola necessita de normas que regem a heterogeneidade, tão intrínseca a mesma, por sua vez tais normas, não podem ser analisadas apenas sob a ótica da manutenção da ordem, mas como auxílio ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Percebemos que a discussão que envolve a percepção social dos professores e a cultura escolar, perpassa pela conduta destes, em relação ao conjunto de ações, que vão sendo incorporadas, no decorrer do exercício da profissão, juntamente com o conhecimento dos "contratos sociais" estabelecidos, através das normas das escolas, do compartilhamento de experiências com os demais e com os valores familiares.

Observamos então, que os docentes vão incorporando suas práticas, de acordo com o que se exigido na escola, sendo que, é muito comum, que os professores novos sejam influenciados pelos os que se encontram há mais tempo na casa. Salientamos que essa incorporação e internalização de práticas ocorrem de forma informal, através de diálogos, os quais servem de referência e até orientação na condução da disciplina em sala de aula.

Notamos que a indisciplina é compreendida não como causa, mas sim, produto de um contexto social, posto que, os alunos repetem no convívio escolar suas vivências e relações sociais.

Além da percepção social, podemos investigar a indisciplina a partir do perfil psicológico de professores e alunos, tendo como ponto de partida a teoria criada Jung (1991) "Tipos Psicológicos" da década de 20, norteando o estudo entre a maneira particular de cada um perceber e reagir à realidade.

É a partir de suas vivências, que o professor enquadra um aluno ou comportamento como indisciplinado, sendo comum, no ambiente escolar, ocorrerem tensões e conflitos, posto que cada um: professor e aluno possuem uma perspectiva, interpreta e lida em dada situação (Carita & Fernandes, 1999).

Diante do exposto, podemos analisar que a percepção sobre a indisciplina tem que ser vista não como sendo generalizável, mas sim como uma ação fundamentada e influenciada pelas características pessoais, expectativas e interpretações da realidade.

O docente age de acordo com sua forma de ensinar, pensar na interação com seus alunos, isto é, esperam que estes correspondam a um comportamento idealizado por ele e considerado correto, quando ocorre qualquer desvio desse padrão, o mesmo categoriza seu aluno como indisciplinado. É oportuno ratificarmos, que também devemos levar em conta as expectativas dos alunos.

Quem tem o perfil "dominado" pelo sentimento é mais emotivo, valoriza os sentimentos alheios e são preocupados com as causas sociais. Nas tomadas de decisões, além das regras tidas como corretas, costumam utilizar também valores pessoais para finalizar um argumento. Para Jung, quando ocorre uma grande desigualdade na manifestação dessas quatro funções, o indivíduo pode ter problemas de relacionamento e em casos mais graves manifestar perturbações neuróticas (Lessa, 2013).

Alguns estudiosos tentam explicar porque em uma mesma sala de aula, ocorre distinção de relacionamento de um professor para aluno. Porque alguns indivíduos tratam melhor aqueles que possuem atitude similar às suas.

> Tanto o pensar, como o sentir e o querer dependem da forma como cada um organiza suas funções psicológicas e só poderá haver verdadeiro diálogo se for possível compreender que as pessoas têm modos distintos de perceber a realidade e de reagir a ela. Tais diferenciações são

> evidentes em nosso cotidiano e proporcionam uma perigosa tendência que os autores denominam de projeto pigmaleão**,** mediante o qual se almeja transformar as pessoas, sobretudo as mais próximas, segundo nossa imagem e semelhança (Silva, 2003,p.45).

Na esfera da aprendizagem e da convivência na sala de aula, alguns perfis diferentes, tanto de professores como de alunos identificados, possibilitam esclarecer alguns aspectos importantes, sendo o principal deles diagnosticar a necessidade de se compreender os limites de cada indivíduo, respeitando-se o querer, o sentir e o pensar ético da educação, em virtude de que entre vontades, sentimentos e pensamentos, existe uma interrelação profunda e nem sempre discernido (Silva, 2003).

A complexidade sobre o assunto é tão visível, que se estabeleceu uma dicotomia que marca em muito, o ato de educar: o professor autoritário x professor bonzinho. Não se pode conceber, nos dias atuais, uma postura altamente repressora como no século XX, tão pouco um sujeito permissivo, que aceita tudo e não se impõe quanto profissional e cidadão.

A indisciplina tem que ser vista como um fenômeno que indica alguma questão a nível indivíduo ou coletivo e é observada tanto na esfera pública quanto privada. Para abarcar esse fenômeno é necessário romper paradigmas sobre a disciplina rígida.

> O aluno contesta porque não está de acordo com as exigências do professor, com os valores que ele pretende impor, com os seus critérios de avaliação, a sua parcialidade, etc. Existe entre o professor e o aluno uma relação desequilibrada. O aluno não aceita o professor ou a sua disciplina. [...] Os motivos da indisciplina podem ser extrínsecos à aula, tais como problemas familiares, inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, carências sociais, forte influência de ídolos violentos, etc. A desmotivação dos alunos é o desinteresse explícito por aquilo que se pretende ensinar ou qualquer outro comportamento inadequado, por vezes não são mais do que chamadas de atenção ao professor sobre os seus métodos de ensino ou sobre as estratégias de relação na aula. (Simões, 1996, p.1).

Além disso, a questão da aplicação de regras rígidas também, sem a devida participação dos alunos na sua concepção, acaba transparecendo certa "ditadura" no qual o professor é a lei máxima, o aluno mero servo.

Na maioria dos casos, as regras ficam ocultas e não são previamente apresentadas ao corpo discente, sendo, pois, resgatadas quando ocorre um ato contrário a mesma. Nessa perspectiva, o professor que assume uma postura autoritária, acaba por se servir dessa tática, para estabelecer em sala de aula, um clima de "opressão simbólica" enquanto que um professor, mais flexível, discute e propõe condutas aceitas por todos, enfatizamos mais uma vez, a relevância do processo de diálogo.

Consequentemente, para alguns docentes, alunos disciplinados são basicamente aqueles que seguem as regras pré-estabelecidas, a tal ponto de alguns profissionais não acatarem nem mesmo a manifestação de seus pupilos, quer seja por indagações referentes à disciplina, mesmo que seja oposição ao professor.

Observamos a reação dos professores em alguns atos indisciplinados dos alunos de acordo com o gráfico a seguir:

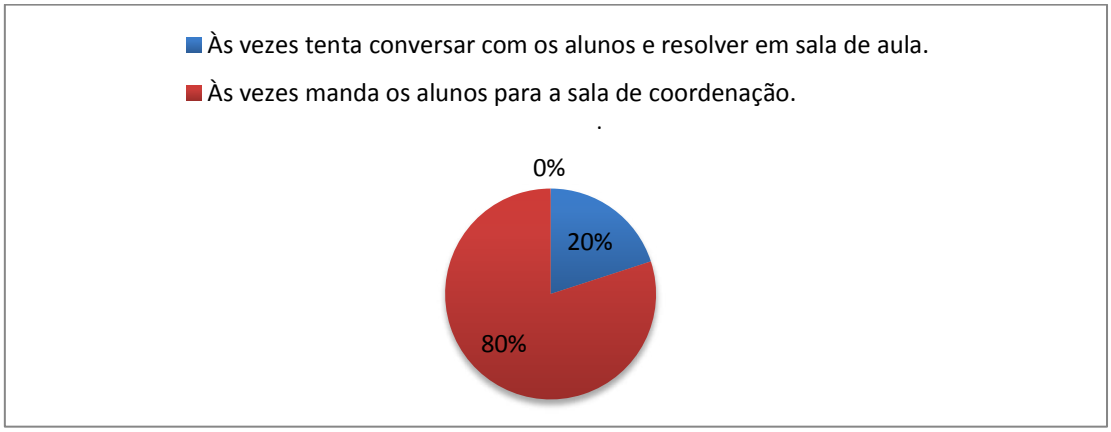

Gráfico 3 – Como os professores reagem às diversas situações de indisciplina

O gráfico 3 acima demonstrado, representa que 20% das vezes os professores tentam conversar com o aluno ou aluna indisciplinado na própria sala de aula. A coluna do meio representa que 80% das vezes, o professor manda o aluno ou aluna para a coordenação e a na minoria das vezes, ou seja, quando o quadro de indisciplina é mais grave, a coordenação e/ou direção da escola faz um relatório descritivo das ações dos alunos e este se encaminha ao Conselho Tutelar da área para que seja feita uma intervenção mais eficaz do Estado junto à família podendo esta sofrer sanções judiciais.

O ser humano, em sua gênese, é inquieto e vive em movimento, logo permanecer estático em uma sala de aula, apenas assimilando conteúdos, com o passar do tempo tornar-se uma atividade enfadonha.

O ensino criativo valoriza as aptidões dos alunos que tem um ritmo mais acelerado ao mesmo tempo em que, respeita e auxilia aqueles que possuem maiores dificuldades. Ao romper o paradigma de que o ensino só é eficiente quando um professor transmite o conhecimento e os alunos, quietos apenas o escuta sem questionar nada é retroceder ao passado. Temos que ter em mente que a educação deve ser feita com a participação de todos os alunos e o docente assume a função de facilitador do conhecimento.

> A indisciplina em sala de aula pode ser um reflexo da postura do professor, [...] Um ciclo então surge: O professor desmotivado não traz novas possibilidades e espaço para a turma, por sua vez a turma desmotivada pelo professor passa a fazer bagunça e não ter interesse pela matéria, o professor sente-se cansado em perder tanto tempo pedindo atenção e silêncio, ficando ainda mais esgotado e desmotivado (Martinez, 2016, p.1).

Todavia, ocorre uma enorme dificuldade para o professor assumir que também pode ter uma parcela “culpa” para o fomento da indisciplina. Na maioria das situações, justificam como

sendo um ato isolado ou de grupo de alunos “desajustados”, não percebendo que o mesmo, pode ser reflexo da sua própria atuação.

Nos casos de indisciplina a escola tenta conversar com o aluno, no segundo momento a escola tenta conversar com algum responsável do aluno, se não conseguir resolver e o caso for um tanto mais grave, a escola faz um relatório sobre a situação e encaminha ao Conselho Tutelar responsável pela região onde o aluno reside como já foi suscitado acima no texto da pesquisa.

Os professores sugerem então à escola junto à equipe pedagógica e da psicologia escolar, desenvolver seminários, debates e eventos que promovam à atualização constante para esse profissional, afinal para uma educação de excelência, é preciso que sejam contemplados tanto os alunos quanto os professores dando devida atenção a ambos.

Na perspectiva da atuação do professor, é possível, sim que este exiga que se cumpram as regras sem precisar apelar para métodos coercitivos, basta somente que os alunos sintam que são respeitados, que seja íntegro e que se tenha na classe reciprocidade. Sabemos que essa postura não é adquirida de um dia para noite, mas sim no cotidiano e com a participação de todos.

Parrat-Dayan (2012) assevera sobre a importância na institucionalização de um conselho de turma específico para esse fim na qual, os alunos terão oportunidade de explicitar seus problemas e de acordo com eles, estabelecer os procedimentos necessários para saná-los. Outra medida defendida por essa autora consiste na técnica da escrita como forma de reflexão, que se fundamentam na autocrítica do aluno e de responsabilização deste para com o bem coletivo.

Saber transformar a classe em um local de compartilhamento de experiências é um passo primordial para diminuir as incidências de indisciplinas.

Nos casos mais graves, requer do professor uma postura mais energética aliada à serenidade para melhor compreender a postura do aluno rebelde.

Os professores apontam que a escola sempre tenta e precisa firmar um contrato no qual se apresenta os motivos pelos quais, o aluno está sendo reeprendido e onde, este se comprometa a modificar suas atitudes.

A literatura da área sinaliza para que o docente ensine seus discentes à arte de discutir. Quando nos reportamos a isso, estamos tratando de uma ferramenta imprescindível da cidadania.

> Como ensinar a discutir? O elemento importante é que os alunos estejam interessados. Para isso, o problema que se coloca deve ser significativo para eles. Uma forma de começar essa tarefa é dizer aos alunos que se aprenderá a debater para prepará-los para as situações da vida futura em sociedade [...] As competências que os alunos deveriam adquirir, são para saber como se expressar, argumentar, compreender uns aos outros, dialogar, etc.(Parrat-Dayan, 2012, p.89)

Entender que, certas atitudes dos alunos em sala de aula, possuem uma significação própria, é o passo primordial para que se construa a aprendizagem. Logo, é fundamental que o professor não conheça os alunos não somente pelo nome, mas sim os conheça internamente, trazendo-os para junto de si e tornando-os autonômos na aquisição do cohecimento.

Dessa forma, com os alunos se sentido valorizados em suas experiências, o ambiente inclina-se a ser o mais amistoso possível.

A instuição escolar deve tomar para si, a responsabilidade de difundir uma cultura de paz, isto é, uma escola que ensine o respeito à cultura de outras etnias; expressar e permitir que os alunos expressem suas emoções e promover à conciliação.

Como visto enfretar à indisciplina no contexto escolar, requer se reivente às práticas pedagógicas, e, sobretudo a relação professor/aluno.

Os professores reivindicam da equipe escolar em relação à indisciplina, que seja feito um trabalho mais eficaz junto aos pais e responsáveis dos alunos e propõem um momento formativo com os mesmos, realização de palestras, reuniões individuais e coletivas, atividades que motivem a participação maior da família dentro da escola, como observamos no gráfico 4, a seguir:

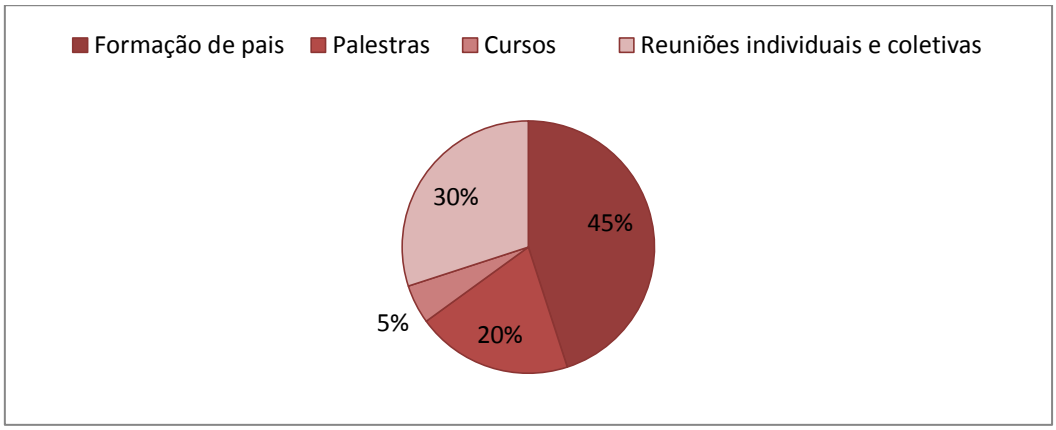

Gráfico 4 – Propostas dos Professores

3.6. Percepções dos alunos sobre indisciplina em sala de aula

A indisciplina sob o ponto de vista do aluno assinala, na maioria das vezes, um descontentamento às regras impostas em sala de aula, cabendo ao educador ter sensibilidade para saber ouvir e dar voz aos seus discentes.

Nesta perspectiva, tanto os professores quanto a escola devem assumir uma postura receptiva e acolhedora para os jovens, permitindo a estes se tornarem parte integrante do núcleo

escolar. Isso se dar por meio de metodologias que acompanhem as crescentes transformações sociais ocorridas nas últimas décadas.

De acordo com o ponto de vista dos alunos, a primeira questão abordada estava relacionada ao conhecimento das normas e regras da escola e, o grau de aceitação para obedecê-las. Mais da metade dos alunos pesquisados relataram que conhecem as regras.

Os alunos não possuem mais uma postura passiva perante o professor, posto que estes sejam reflexos de uma geração contestadora e que interage dinamicamente com as mais variadas mídias.

> O aluno que tem potencial, que aprende muitas coisas e participa de muitas atividades, pela indisciplina expressa seu descontentamento: "Para que serve isso que você fala? Como posso aplicar isso em meu dia a dia? Você não entende o que eu passo, como pode querer ter autoridade sobre o que devo ou não aprender ou fazer?" Esses questionamentos, não ocorriam nas décadas de 1970 e 80; com o advento da internet, o processo de comunicação/informação se tornou acessível e veloz, permitindo aos alunos conhecer outras realidades e, ao mesmo tempo, refletir sobre a própria condição social (Santos, 2013, p.1).

Como já visto anteriormente, a indisciplina é um processo social que denota significativas transformações no cenário educacional. Na perspectiva dos professores é considerada como um desequilíbrio entre os valores tido como adequados e atitudes inconvenientes, além de denotar a perda de autoridade deste na sala de aula juntamente com a fragmentação dos valores familiares.

La Taille (2002) analisa a indisciplina, através de uma visão como sendo o oposto da moral, e está logo, é à desobediência das normas, sendo, pois essa definição a mais aceita dentro dos conceitos existentes na literatura especializada.

> No espaço escolar, muito se fala sobre a falta de limites de alunos, crescendo as queixas a respeito da ingovernabilidade das novas gerações, associando-a ao declínio das instituições e autoridades tradicionais e às novas influências trazidas pela indústria cultural e de consumo. A disciplina e a indisciplina são produtos sociais e escolares e não devem ser consideradas boas ou más, pois isso depende do contexto e da lógica em que estão inseridas (Ratto, 2007,p.24).

É fundamental termos, também, a visão dos alunos sobre esse tema, visto que são estes os que mais sofrem as consequências do ato, mesmo não conseguindo perceber. "Não apenas professores, diretores e coordenadores, mas também pais e os próprios alunos, com o tempo, tornaram-se reféns do emaranhado de significados e valores que a indisciplina escolar comporta" (Aquino, 1996, p.7).

Logicamente, que a indisciplina não é um problema exclusivo da atualidade, todavia se faz presente de forma mais nítida com o passar dos anos, visto que as crianças e jovens de hoje, são os filhos da geração de 70/80, os quais ficaram marcados como os anos da rebeldia e de ruptura de paradigmas e valores tidos como punitivos e rígidos.

Os alunos tentam explicar sobre as causas da indisciplina no ambiente escolar. A família é apontada como o primeiro fator, que passa a delegar a maior parte da responsabilidade pela educação dos seus filhos a escola e, os pais/responsáveis deixam de acompanhar, em virtude do tempo, seu filho no ambiente escolar. O segundo fator é a escola, já que as regras, apesar de serem conhecidas, não são claramente interpretadas, ou seja, os alunos ainda sentem dificuldades de perceber a necessidade de se cumpri-las. O terceiro fator é atribuído ao papel do professor que não diversifica a dinâmica da aula e das atividades e em quarto, o próprio aluno que não possui muito interesse pelo ambiente escolar.

A disciplina, então, não pode ser considerada como um mecanismo simples de repreensão cuja finalidade moral é apenas castigar aqueles que não se enquadram nesta, mas sim ser um mecanismo para o debate, reflexão e aceitação coletiva. Antunes (2011) propõe que esta não vá de encontro ao aluno, mas que sirva para guiá-lo no mundo do conhecimento e do convívio social.

Para Aquino (1996), os conceitos de indisciplina e disciplina, foram se modificando ao longo dos tempos, tendo em vista serem uma criação cultural e por isso, não são estáticos ou uniformes.

Garcia (1999) compartilha da mesma opinião e ainda defende que este processo está sendo reinventado nas ultimas décadas.

Quando nos reportamos à questão do aluno indisciplinar, observamos e é salutar mencionarmos que é na adolescência que se manifesta uma série de transformações físicas e psicológicas no indivíduo, logo é justamente nessa idade, que o ocorre à maioria de atos indisciplinados. A puberdade, por sim só modifica completamente o pensar e o agir, a descoberta da sexualidade e a aceitação em grupos sociais definidos figuram-se com umas das maiores preocupações juvenis. A adolescência nos expede a simbologia de modificação, pois é o período de mudança do corpo humano, a transição do corpo e da mente.

> Este novo ser que surge durante a adolescência traz consigo um verdadeiro turbilhão de ideias. Produz uma confusão de conceitos e perda de certas referências. É quando começa a estabelecer a sua nova identidade, mais autônoma e personificada. Isto porque durante a adolescência as atitudes vão sendo internalizadas e descartadas. Elas serão a base dos procedimentos que irão dar forma a identidade (Caraciolo, 2010, p.13).

Em busca do conhecimento de sua própria essência, o indivíduo acaba repetindo atitudes de outros que consideram apropriadas, não tendo o discernimento adequado para questionar se é o correto ou não.

Este molda sua personalidade através das experiências e do compartilhamento de vivências com demais membros de sua esfera social. Logo, como a escola é a instituição mais vivenciada por estes, acaba sendo uma das maiores afetadas durante a “rebeldia adolescente”.

Além da visão comportamental, a indisciplina escolar é compreendida como ações de insatisfação perante dada realidade pedagógica, entre os sujeitos educacionais. Entre esses fatores, podemos citar as relações aluno x aluno; professor x aluno; aluno x escola; negação dos conteúdos estudados, etc.

Atribuímos ainda a Garcia (1999), a perspectiva de uma abordagem que não restrinja o estudo desse fenômeno apenas pelo lado do aluno, mas como um processo visto como o todo e com a participação de toda a comunidade envolvida com a escola. Assim, o aluno indisciplinado é visto e percebido como alguém que prejudica a si mesmo, não apenas à escola e outros alunos, prejudicando todo o processo de ensino-aprendizagem.

Uma parte fundamental nesse processo de enfretamento da indisciplina está centralizada no permanente diálogo entre os entes envolvidos para se estabelecer a metodologia mais adequada a cada caso. Cada aluno é um individuo único e tal qual, necessita de um acolhimento individual, respeitando-se os valores e crenças deste, e fazendo com que o professor assuma o papel de orientador no âmbito da sala de aula.

De acordo com as perspectivas educacionais vigentes, objetiva-se a formação de um aluno com criticidade e apto para exercer sua cidadania e alguns destes assumem uma postura contestadora que acaba por "bater de frente" com o professor, o qual não está preparado psicologicamente e pedagogicamente para isso.

> Um número considerável de estudos já foi realizado considerando a perspectiva dos alunos sobre a escola e sobre a indisciplina escolar. A partir de tais estudos observamos que os alunos constroem visões sobre a escola, falam, criticam, deixam transparecer a vontade que possuem de que a escola seja melhor, que ensine mais, de um jeito mais agradável e diferente. Suas falas refletem o desejo de serem ouvidos, de participarem nas decisões e nos planejamentos (Golba,2009, p. 36).

Justamente por isso, que na percepção do docente o aluno indisciplinado é aquele que é desinteressado, sem limites, desrespeitador, etc. Perfis associados a indivíduos problemáticos e abordados por Aquino (1996) como tipos enraizados ainda na prática pedagógica.

Anteriormente, o respeito do aluno, era obtido por meio de uma disciplina rígida moldada no estilo militar com regras imperativas e que denotam submissão e obediência em alto grau, hoje em dia, não cabe mais ao professor fazer uso de métodos retrógados para legitimar sua autoridade.

Sendo assim, o processo se tornou mais tênue, pois a autoridade se é conquistada por meio do domínio de conteúdo e sobre sua conduta com classe. Entretanto, alguns profissionais pararam no tempo e possuem uma metodologia castradora em que há personificação de uma figura repressora e dominante, logicamente para esse professor o bom aluno é aquele passivo e inerte em sala de aula.

> Sob esse ponto de vista, talvez a indisciplina escolar esteja nos indicando que se trata de uma recusa desse novo sujeito histórico a práticas fortemente arraigadas no cotidiano escolar, assim como uma tentativa de apropriação da escola de outra maneira, mais aberta, mais fluida, mais democrática. Trata-se do clamor de um novo tipo de relação civil, confrontativa na maioria das vezes, pedindo passagem a qualquer custo (Aquino,1998,p.7).

Observamos muitas dificuldades apresentadas pelos alunos e alunas em relação ao cumprimento e aceitação de normas e regras impostas. Eles passam maior parte do dia sem a presença dos pais ou responsáveis porque estes precisam trabalhar para sustentar a família, trabalham longe de suas residências, chegam cansados, não tem tempo para conversar e participar mais das atividades cotidianas dos seus filhos. Ganham muito pouco e seus filhos exigem muito dado ao enorme incentivo das mídias em relação ao consumismo exacerbado. O grau de instrução de muitos é inferior, muitos tem muito mau o ensino fundamental menos e alguns são analfabetos, dados relatados pela escola.

A questão da falta de conhecimento mais holístico é um fator que dificulta a convivência entre pais e filhos. A escola torna-se um local de questionamentos e descobertas e o professor assume o papel de "mocinho ou vilão" da classe, dependendo de sua postura profissional. Este período é considerado como crítico, pois é a partir deste, que o jovem busca sua autoafirmação pessoal. Para alguns, se "auto-afirmar", consiste em recusar, confrontar conselhos, ordens do núcleo familiar e da escola são os mais afetados com isso, com os adolescentes rebatendo professores e pais. "A falta de limite dos alunos, a bagunça, o tumulto, o mau comportamento, o desinteresse e o desrespeito às figuras de autoridade da escola, e também ao patrimônio, estão contidas na atual terminologia de indisciplina" (Caraciolo, 2010, p.15).

Observamos assim, que a concepção da indisciplina recai como um contraponto da disciplina pode ser compreendido, como o conjunto de condutas que divergem do controle instituído em sala de aula.

Qualquer instituição escolar alcança seus objetivos, na medida em que, se solidifica como um local para construção do conhecimento e do exercício da cidadania, logo, espaço da crítica e da utopia.

> A escola se apresenta como único lugar de possíveis convivências com grupos de crianças, adolescentes, jovens de certa idade. Portanto, é lugar oportuno para desenvolver os hábitos de socialização, necessários para a vida em comunidade, além de propiciar cultura e favorecer o acesso a bens culturais como a leitura, a escrita, as normas de conduta da instituição. No entanto, a escola não é depósito, onde se jogam os filhos, livrando-se deles por um determinado tempo (Santos, 2013, p.8).

É vital o estabelecimento de um processo dialógico entre escola, pais e filhos, no tocante ao apoio familiar, objetiva-se que esta auxilie à prática pedagógica escolar,

ao dar suporte emocional necessário para que seus filhos se desenvolvam de forma plena.

Vários os autores como Aquino (1996), Parrat-Dayan (2012), Brito (2012) dentre outros afluem ao constatar os principais fatores determinantes para a indisciplina do aluno: a família, a escola e a sociedade. Numa visão mais crítica sobre esse fenômeno, Carlos Fontes citado por Caraciolo (2010) além de elencar esse tripé de motivos adiciona outro, bastante polêmico: o Ministério da Educação.

Para Fortes, o Ministério da Educação Brasileiro imprimiu uma política de tolhimento à autoridade do professor através da Lei de Diretrizes e Bases-LDB (1996), o que proporciona em sala de aula, a inexistência de uma figura que possa conduzir de forma eficaz os conflitos existentes, o aluno não respeita mais o professor e este não tem o poder necessário para fazer-se respeitar, salientando-se que falamos de uma postura de autoridade e não de autoritarismo, em virtude de que o aluno deve ser atuante no seu meio, mas compete ao docente orientá-lo por meio de regras pré-estabelecidas.

O excesso de críticas e o mau humor do professor que recaem sobre o aluno, que exige disciplina, e em contrapartida, não mostram soluções para superá-las e "empurra matérias para a classe como exercício da disciplina" conforme a opinião de um dos alunos pesquisados.

Não podemos renegar a autoridade legitimada pelo conhecimento do professor e para tanto, as normas estabelecidas para organização do trabalho docente deve ter natureza flexível na análise de cada caso específico, mas não na sua prática e aplicação.

E, sobretudo, permitir e conscientizar o discente acerca da vida em sociedade que é naturalmente hierarquizada, cujos cidadãos possuem direitos e deveres assegurados pela Constituição.

Segundo Carvalho (2001), os alunos abstraem seus conceitos de indisciplina a partir das experiências com seus professores, internalizando os conceitos defendidos por eles. Neste contexto, o aluno considerado disciplinado é aquele obediente, curioso, atento etc. Outra vertente verificada foi que é mais aceitável, que o menino seja mais indisciplinado, posto que há a questão de gênero, a qual atribui `a figura masculina, atos mais rebeldes e questionadores, ratificando erroneamente um estereótipo masculino de transgressão. Considerando as opiniões apontamos que os alunos e professores convergem quanto relacionar o barulho de conversas como atitudes indisciplinares. No tocante, ao "se fazer silêncio", alunos citam que em alguns casos, o silêncio está evidenciando na verdade, o desinteresse pela aula.

Interessante ainda, salientarmos que as aulas teóricas ministradas são as mais frequentes em se ter essas atitudes, as quais são justificadas pela transmissão maçante dos conteúdos.

Questionados sobre o que mais os incomoda no ambiente familiar que possa desencadear a indisciplina dentro da escola, foram à falta de diálogo, a ausência dos pais e as condições financeiras da família precárias.

> A indisciplina pode surgir como uma alternativa ao seu insucesso escolar, procurando deste modo "valorizar" a sua relação com os outros. Este insucesso não se refere exclusivamente às classificações nas disciplinas, mas também em certos valores, que ele pensa serem assumidos pela comunidade, e que o aluno não vê refletido nele. A própria constituição física ou intelectual do aluno pode provocar comportamentos indisciplinados. A imaturidade, a vadiagem, a desatenção, a incapacidade de fixação, o baixo rendimento escolar, a agressividade deve ser pesquisadas como sintomas de distúrbios mais profundos [...] (Simões, 1996, p.1).

No ambiente escolar há intensa discussão sobre a compreensão das inúmeras situações de indisciplina ocorridas no cotidiano. Uma parte dos docentes e das escolas sente dificuldades para interpretar ou enfrentar um ato de indisciplina. É atribuída uma característica de ausência do tradicionalismo dos séculos anteriores, ou seja, a indisciplina é vista como um reflexo da contemporaneidade, deixando bem claro uma perspectiva saudosista do conjunto de práticas sociais e escolares.

Podemos perceber mediante o gráfico 5 que, a questão da ausência familiar é um fator de grande impacto no comportamento juvenil, posto que os jovens se sentem abandonados ou então, livres para terem qualquer tipo de conduta, por mais permissiva que seja.

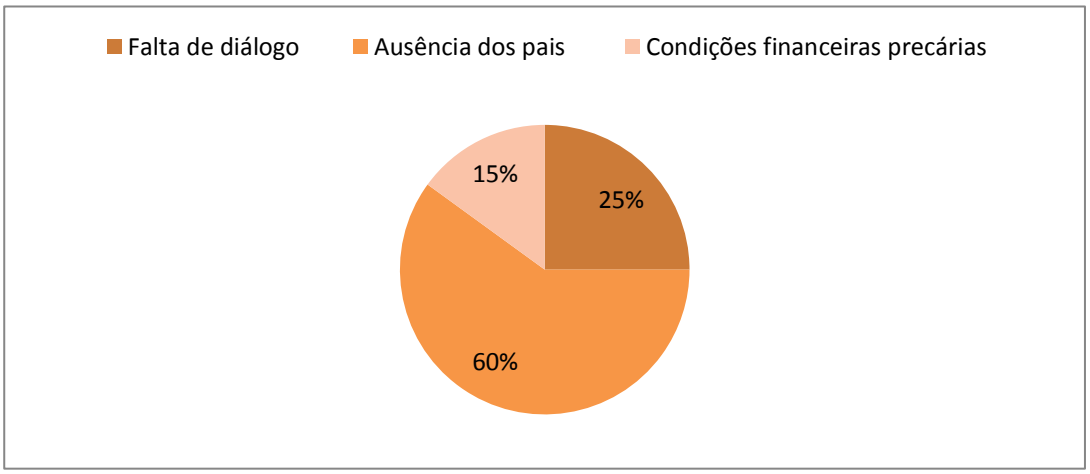

Gráfico 5 – Fatores que interferem no convívio familiar na visão dos alunos que refletem na escola

Os alunos considerados indisciplinados assumem essa postura, como forma de chamar a atenção para conflitos internos e externos à escola. Paradoxalmente, a permissividade da escola também foi apontada como fator para a infração, pois os jovens não temem as devidas consequências.

No momento que a turma percebe que o professor não tem capacidade para ministrar as aulas, tornando-a desestimulantes, nas respostas obtidas nos estudos, comprovou-se que foi mencionado para os alunos como fator desencadeante para a dispersão e indisciplina.

No entanto os alunos investigados, a maioria expressa, que a ausência dos pais e ou responsáveis no cotidiano, na realização das tarefas, na participação das atividades é fator preponderante. Outra parte dos alunos reclama da "falta de conversas", ou seja, ausência de diálogo em casa com os pais. Um grupo menor de alunos, ainda consegue um pouco de diálogo com os pais. Outros reclamam que: "às vezes meus pais não têm dinheiro para comprar as coisas dentro de casa".

Percebemos claramente que o núcleo familiar, quando é desorganizado e onde o diálogo não se faz presente, todo o desenvolvimento psicossocial da criança e logicamente o processo de ensino aprendizagem fica comprometido, o que afeta diretamente a vida escolar do aluno o que pode provocar micro incivilidades e comportamentos indisciplinados. A escola precisa estabelecer um vínculo de diálogo permanente com a família, visando conquistar maior eficácia no aprendizado do aluno.

3.7 Sugestões para o trabalho com a in (disciplina)

A disciplina escolar precisa ser incorporada no projeto político-pedagógico, não se restringindo como um conjunto de normas que direcionam o convívio na sala de aula, mas, também, como um objetivo educacional.

Conquistar a disciplina como objetivo educacional significa ter um local propício ao aprendizado cooperativo, à socialização e às condutas dos alunos, uma escola considerada disciplinada, então, prima pelo compartilhamento de ideias entre direção e alunos, afim de que estes últimos tenham consciência acerca de suas responsabilidades perante a escola.

Para tanto, é fundamental que os professores tenham uma postura mais democrática e alicerçada no diálogo e respeito e que tenham o poder de solucionar os conflitos, menos graves, de forma autônoma e, portanto, a formação continuada de professores é fundamental que seja valorizada, pois acreditamos que é o momento oportuno para se tratar do tema indisciplina, tanto no que se refere à postura dos alunos bem como a democratização da postura do professor.

Um professor democrático incute nos seus discentes, o olhar crítico sobre a realidade, promove e cria condições para a argumentação e valorização de pontos de vista diferentes.

Seria utopia, conceber que todos os professores tenham essa postura na contemporaneidade, contudo, há em décadas recentes, a preocupação na formação desse

profissional como um perfil mais flexível e mais condizente com as exigências dos dias atuais. Essa preocupação perpassa pela disciplina e em um posicionamento perante a mesma.

Portanto, os professores entendem que a harmonia e o estabelecimento da disciplina sem métodos de repressão são fundamentais que o docente consiga compreender seus pupilos, tornando-se empático, a fim de ajudá-los a redimensionar sua conduta no mundo e interagir dinamicamente com seu meio. Afinal, o ato de compreender abrange desenvolver a sensibilidade ao outro e respeitar uma postura diversa da minha para agir em certas situações.

Posto que, a inexistência de um esforço por parte do educador para respeitar a individualidade de seu aluno, torna complicado a contrução de espaço democrático e de diálogo, dificultando à aprendizagem e o comportamento adequado deste.

A questão da indisciplina no âmbito escolar pode ainda, assinalar o desconhecimento de regras ou condutas impostas na escola para a manuntenção da ordem. Quando se dá por esse motivo, a problemática pode ser sanada com o esclarecimento de tais regras e formulação destas de forma democrática, com efetiva participação de todos.

O relacionamento entre os sujeitos na escola requer, nitidamente, regras para o desenvolvimento satisfátorio do processo ensino-aprendizagem, todavia, a maneira como elas são fragmentadas na relação pedagógica, acabam por exaurir esse processo.

Essas regras devem ser elaboradas a partir do enfoque do ideal escolar respeito por si mesmo pelo outro, pelos meios e pelo trabalho.

É imprescíndivel dar o direito à palavra ao discente, sendo que se faz necessário juntamente ao exercício do direito, o cumprimento de certas obrigações, tais como aceitar uma opinião divergente; levantara mão para solicitar a fala, etc.

Todos nós, educadores temos que nos atentar que a criação de leis e regras não é algo pronto, mas nitidamente, um processo cíclico que deve ser pensando e repensado a cada fim do ano letivo.

Sabemos que é quase impossível a inexistência de conflitos, mas quando estes surgirem na classe, que sejam contornados pelo diálogo e ações pacíficas.

Do ponto de vista do aluno, ao enfretar um conflito, este acaba por amadurecer mais rapidamente, aprender a exercer o autocontrole, argumentar, procedimentos que enriquecem internamente a criança / jovem, assim se o professor assume o papel de dono da verdade e que somente ele tem autonomia para resolver o conflito, o mesmo está tolhendo a capacidade de socialização do seu alunado.

Para exercer sua prática pedagógica de forma diferenciada, o educador não deve apenas ter o domínio dos conteúdos que ministra, mas também deve ter capacidade de saber ensinar,

posto que ao assumir essa postura, contribuirá para que os alunos também sejam atores do conhecimento e, por conseguinte, se desenvolverem como sujeitos críticos.

Logo, sua função não é de comunicar seu saber, mas levar o aluno a criar suas próprias conclusões e na construção de suas respostas, fundamentado assim trocas dialéticas entre professor-aluno e aluno-professor. Contribuindo assim, para uma pedagogia construtivista que leva o aluno a adquirir conhecimento a partir de seus próprios erros e acertos, haja vista que desse modo, o indivíduo desenvolve e toma concientização de sues próprios métodos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais encontramos na escola episódios de incivilidades, que são esses "micro" comportamentos negativos que acabam tumultuando o dia a dia na escola e principalmente dentro de sala de aula, como o ato de chegar atrasado todos, situações de *bullying*, empurrar o colega, atrapalhar a aula com conversas paralelas, andar pela sala interrompendo a aula várias vezes, até se transformar em pequenas violências e que precisam ser evitados não só pelo professor de sala de aula e nem somente pela direção escolar mas por todos os que fazem parte da organização escolar, no cotidiano escolar.

Esses resultados observados apontam que os professores acreditam que onde há indisciplina há fracasso escolar e onde há disciplina há sucesso escolar. É mister entendermos que a indisciplina pode estar relacionada por problemas alheios à escola e na maioria das vezes esta se isenta das consequências que elas trazem para a educação, assim como pode ser causada pela postura autoritária do professor.

O presente estudo ratificou que a questão da indisciplina ainda é bastante complexa, tendo em vista que representa uma conjuntura de processos sociais que são formados dentro e fora do âmbito escolar. Nesta perspectiva, o diálogo é uma conduta imprescindível para que os sujeitos envolvidos (professor e alunos) consigam estabelecer um convívio baseado na compreensão e respeito e sobretudo uma forma de repensar toda a pratica pedagógica.

O processo educacional tem que ser concebido como um ato de acolhimento e construção da identidade do aluno, enquanto ser histórico-social. Nesse interim, os alunos precisam se sentir integrantes do contexto escolar e responsáveis pelo seu sucesso. Quando se instala a indisciplina, ocorre uma ruptura em todo o processo de ensino-aprendizagem, o qual fica negligenciado em segundo plano, posto que todas as atenções vão para a contenção dos atos indisciplinados e punições dos indisciplinados.

De acordo com o que foi apresentado, considera-se que na percepção de alguns docentes essa prática, é reflexo das vivencias sociais dos jovens, os quais convivem desde pequenos com a violência, descaso familiar, etc.

Em outros casos, a indisciplina é mascara o descontentamento com a postura e metodologia empregada na escola, gerando dessa forma uma incompatibilidade entre os alunos e os professores. Quando é motivado por esse motivo, às badernas, desrespeito ou indiferença são ações expressivas da insatisfação com as regras, controle que a figura do professor personifica na sala de aula.

Dessa forma, a indisciplina também pode ser definida como uma reinterpretação do poder escolar, na qual o (a) discente, não aceita ou legitima o controle total dado para o professor.

Apontar causas para a indisciplina necessita de estudos profundos e contínuos para que mais respostas surjam.

Esses comportamentos têm causado uma onda de desânimo por parte dos professores e mostram que os professores se sentem inseguros e despreparados ao enfrentar esses problemas.

De qualquer forma, o que se faz necessário e possível neste momento é fazer com que o professor, reveja a sua prática e esteja a perceber o quanto ela pode interferir de modo positivo ou negativo nestas situações disciplinares.

Amparando-se nos autores referenciados, constata-se que na literatura pertinente a essa temática, para uma parcela significativa dos professores, a indisciplina é restrita ao lado comportamental, contudo analisá-la apenas por essa visão, significa dimensiona-la apenas por uma ótica, e não perceber que esta compreende várias significações. Fora que, se o docente se ativer apenas essa ideia, acaba por se excluído de todo processo, transferido a responsabilidade para o aluno.

É notório, que visualizar a indisciplina como algo externo à escola, em nada contribui para que a mesma seja discutida e combatida.

Logo, a indisciplina no espaço escolar é uma excelente oportunidade para que a equipe pedagógica, porque entendemos que esse é um problema de todos, pare para repensar a sua prática e pôr de lado convicções que se mostram ultrapassadas. Precisamos pensar numa escola que investe em Formação Continuada de Professores, em realizações de assembleias para discutir tudo o que incomoda o aluno, o professor, a direção, a portaria, a lanchonete.

A formação dada ao professor dentro da universidade ainda não é capaz de abranger os inúmeros aspectos dando ao professor uma visão não holística e torna-se mais evidente quanto às relações no espaço escolar. As transformações educacionais ao longo do tempo alcançaram a escola e não se podem ignorar todas as consequências dessas mudanças.

Cabe ao professor, como mediador do conhecimento, ultrapassar a visão tradicional da sua postura, como centro do saber, e utilizar o espaço privilegiado da escola para a construção da cidadania, baseada em princípios de igualdade, tolerância e convivência.

A escola apresenta-se como o caminho para a introdução das novas gerações no mundo do conhecimento e tradições deixado pelas antigas gerações.

Verificamos ainda, que existente a percepção sobre o quanto é prejudicial esse ato para aprendizagem e que os autores "rebeldes" ficam excluídos, o que acaba por agravar o problema.

É muito complexo o processo de combate à questão da indisciplina, todavia, o docente não deve resignar-se perante a essa situação e, sobretudo renunciar sua responsabilidade para com seus alunos.

Lidamos constantemente com problemas, em menor e maior grau, mas temos a consciência que o motivo da indisciplina inquietar profundamente os sujeitos educacionais se situa no fato de colocar em evidência o despreparo de pais, professores e da escola em compreender às reais necessidades do jovem do século XXI.

As literaturas sobre o assunto remetem que nas escolas públicas, este processo é ainda mais circunspecto do que nas instituições públicas, contudo tendo em vista a relevância deste, existe por meio do Poder Público tem nos últimos anos, discutido nas esferas governamentais, alternativas para minimizar a indisciplina escolar.

Assim, é importante que toda a comunidade escolar se envolva plenamente na discussão acerca desse tema, objetivando traçar novos caminhos para melhorar e dinamizar o processo de ensino aprendizagem desses alunos, bem como oportunizar aos mesmos que tenham total autonomia para exercer sua cidadania.

A comunidade escolar (pais, alunos, professores) deve estar ciente de toda a problemática que envolve a indisciplina e acreditamos que não deve ser tratada como um fenômeno isolado.

Não podemos, simplesmente, olhar esse fenômeno apenas como uma ação isolada de transgressão, pois esta sinaliza uma multiplicidade de conceitos e significações que norteiam todo o fazer pedagógico.

"A indisciplina escolar é muito mais do que uma revolta contra as regras, é uma indicação de que a atual escola não conseguiu se adequar ao momento histórico ao qual vivenciamos" (Jesus & Maia, 2010, p.15).

O bom relacionamento e respeito mútuo é a chave-mestra para qualquer vínculo a ser desenvolvido, quer seja nas esferas familiar, educacional e profissional.

Portanto é necessário e urgente fomentar cidadãos éticos e participativos, cônscios de seus direitos e deveres enquanto cidadãos e resgatar a essência da educação e construir novas

perspectivas futuras e para tanto, é mister compreendermos, essa geração tão questionadora e atuante, cabendo ao educador propiciar um ambiente acolhedor ao compartilhamento de experiências, respeito gerando assim, conhecimento.

No tocante, as considerações diagnosticadas na conclusão do presente estudo deixa nítida a necessidade em se ampliar as discussões inerentes ao tema, com a produção de mais pesquisas comparativas para um diagnóstico mais aprofundado, assim como para apresentar experiências disciplinares bem-sucedidas nas instituições escolares. Destaca-se ainda, que esse fenômeno não é restrito a uma cultura isolada, sendo perceptível em vários países da América, Europa e também do Oriente, todavia ressalta-se que em cada lugar as especificidades sociais possuem forte influência da forma pelo qual a mesma é praticada, se em maior ou menor grau de violência.

Nesta premissa, sabemos dos desafios existentes para que se incorpore uma "cultura de paz" nas escolas, tendo em vista que a indisciplina envolve a interação entre indivíduos, e logicamente, toda relação social é complexa. Contudo, não devemos, enquanto educadores, desistir de almejar uma realidade em que impere o respeito, compartilhamento de experiências e a construção dinâmica do processo de ensino aprendizagem sem as interferências que esse ato traz. Para tanto, é fundamental que se desenvolva um novo pensar pedagógico com vistas à promoção da autodisciplina, autonomia do discente e fortalecimento da identidade do professor, posto que somente o comprometimento de toda a comunidade escolar que se é possível atingir o êxito educacional, com cada um desempenhando plenamente sua função na cena pedagógica e sobremaneira ficando laços de parceria e construtores do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

Antunes, C. (2011). *Professor bonzinho x aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula.* (9a ed.). Petrópolis: Vozes.

Aquino. J. G. (1996). *Indisciplina na escola*. São Paulo: Summus.

Aquino, J.G.(1997). *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas.* São Paulo, Summus.

Aquino, J. G.(1998) A indisciplina e a escola atual. *Rev. Fac.Educação*, 24, (2), pp.181-204.

Aragão, A. (2009). Projeto institucional: repensar a indisciplina. [versão eletrônica] *Gestão Escolar*, (226). Recuperado em 15 julho 2016 de: http://gestaoescolar.org.br/aprendizagem/repensar-indisciplina-gestao-equipe-comportamento-respeito-autonomia-504350.shtml.

Arendt, H. (1978). *A dignidade da política*. São Paulo: Perspectiva.

Arendt, H. (1978). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

Arendt, H. (1997). *A condição humana.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará,

Ausubel, David P., Novak, Joseph D., H., Helen (1980). *Psicologia educacional*. Tradução Eva Nick. Rio de Janeiro: Interamericana.

Azanha, J.M.(1988). Proposta pedagógica e autonomia da escola. *Cadernos e História e Filosofia da Educação*, II, (4), pp.11-21.

Benette, T. S. & Da Costa, L.P. (2011). *Indisciplina na sala de aula: algumas reflexões*. Recuperado em 12 julho 2016 de: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2186-8.pdf

Boarini, M. L. (2013).Indisciplina escolar: uma construção coletiva. *Psicol. Esc. Educ.,* 17, (1), pp.123-131.

Brandão, J. (2011). *Função social da escola nos dias atuais*. Recuperado em 15 julho 2016 de: ttp://profinglesmcz.blogspot.com.br/2011/12/funcao-social-da-escola-nos-dias-atuais.html.

Braz, C. dos S. *et al*. (2013) Indisciplina em sala de aula: visão de alunos e professores.*Diversa Prática*,1, (2). Recuperado em 03 agosto de 2016 de: http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica

Brito, Clóvis. (2012*) Indisciplina Escolar: antigo problema, novas discussões*. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Caraciolo, J. I. S. (2010). *O adolescente e a indisciplina em sala de aula*. Recuperado em 02 agosto 2016 de: http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.10.pdf.

Carita, A.& Fernandes, G.(1999). *Indisciplina na sala de aula: como prevenir? Como* remediar? (2a ed.). Lisboa: Presença.

Carvalho, J.S. (1997). *A formação de professores e os valores da cidadania*. (Serie documentos Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância).São Paulo: USP/IEA

Chaui, M.(1998) *Ética e violência. Colóquio internacional com Marilena Chaui*. Londrina (mimeo.)

Cifali, M. (1999). Educar, uma profissão impossível: dilemas atuais. In: Estilos da clínica, IV, (7). São Paulo: Instituto de Psicologia/USP.

Damke, A. S.(2012). A percepção social da indisciplina na escola: as vozes dos professores. In: C. Brito**.** *Indisciplina escolar: antigo problema, novas discussões*. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Dantas, H. (1992). *A infância da razão*. São Paulo: Manole.

Dantas, H.(1993). *Emoção e ação pedagógica na infância* Contribuição de Wallon. In: Temas em Psicologia, 3.

Dantas, H. & Prado, E.C. (1994). Alfabetização: responsabilidade do professor ou da escola? In: Azevedo & Marques (Orgs.). *Alfabetização hoje*. São Paulo: Cortez.

Dias, A. R. F.(1996) *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: Educ/Cortez.

Erikson, E. (1987). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Estrela, M. T. (1992). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Porto: Porto,

Faria, N. (2013).*Os professores têm de ser ensinados a gerir a indisciplina nas salas de aula.* Recuperado em 04 setembro 2016 de : https://www.publico.pt/portugal/jornal/os-professores-tem-de-ser-ensinados-a-gerir-a-indisciplina-nas-salas-de-aula-27255162

Ferrari, A.& Almeida, M. A. de. (2012). Corpo, gênero e sexualidade nos registros de indisciplina. *Educ. Real*., 37, (3), pp .865-885. Recuperado em 06 setembro 2016 de : http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000300009.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2006).*Ditos e Escritos* (Coleção Ética, Sexualidade, Política). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Freire, P. (1980). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freller, C. C. (2001). *História de Indisciplina Escolar.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Fukui, L. (1991). Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais de São Paulo. *Cadernos de pesquisa*, 79, pp. 68-75.

Galvão, I (2004). *Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não*. São Paulo: Vozes.

Garcia,J. (1999) *Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, (95),pp.101-108.

Garcia, J.(2001) *A gestão da indisciplina na escola.* Anais do Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE/AIPELF. 11, Lisboa, p.11.

Garcia, J. (2006*). Indisciplina, Incivilidade e Cidadania na escola***.** *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, 8, (1), pp.121-130.

Godinho, E. M. (1995). *Educação e Disciplina*. Rio de Janeiro:Diadorim.

Gomes, B. P. (2012). *Prevenir e lidar com a indisciplina em sala de aula* **:** *encontros com professores.* Recuperado em 14 julho 2016 de: http://aconversacompais.blogsport.com.br/2012/04/prevenir-e-lidar-com-indisciplina-em.html.

Gomes, J.V. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, pp.5-6. Anped.

Guimarães, A. *Escola e violência: relações entre vigilância, punição e depredação escolar.* Dissertação de Mestrado, Pontifice Universidade Católica,Campinas, SP, Brasil

Guimarães, A (1990). *A depredação escolar e a dinâmica da violência*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Guimarães, A. (1996). *Indisciplina e violência: ambiguidade dos conflitos na escola. In: J. G. Aquino* (Org.) *Indisciplina na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus.

Guimaraes, M.E.(1992) Cotidiano escolar e violência. In: A. Zaluar, (Org.). *Violência e educação*. São Paulo: Tatu/Cortez.

Jesus, G.& Maia, G. Z. A (2010). Indisciplina Escolar: reflexões. *Revista de Iniciação Cientifica da FFC.*.10, (1). Recuperado em 10 set. 2016 de:. http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/307/252

Jorge, S. R. de M. & Tigre, M. das G.s do E. S. (2007) *Indisciplina, Incivilidade e Violência na escola*: *causas, conceitos e possibilidades de enfretamento*. Recuperado em 12 julho 2016 de: 3http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/34-4.pdf 2007.

La Taille, Y. de. (1992).Desenvolvimento do juízo moral e a afetividade na teoria de Jean Piaget. In: Y. La Taille, (Org.) *Piaget, Vygotsky, Wallon*: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus.

La Taille, Y. (1996) *A indisciplina e o sentimento de vergonha*. In.: J. G. Aquino (Org.) *Indisciplina na escola*: *alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2001) *Fundamentos metodologia científica.* 4.ed. São Paulo: Atlas.

Lessa, E (2013). *A Teoria dos Tipos Psicológicos*.Recuperado em 26 julho 2016 de: http://www.jung-rj.com.br/artigos/tipos_psicologicos.htm.

Lewin, K. (1973). Experimentos com espaço social. In: ID. *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix.

Madeira, F. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, (58).

Mariotti, H. (2002). *Acolhimento: o pensar, o fazer, o viver*. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde.

Martinez, J. B. (2016). *Novos olhares sobre a indisciplina escolar*.Recuperado em 25 julho 2016 de: https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/novos-olhares-sobre-a-indisciplina-escolar.

Moço, A. (2009). *Como se resolve a indisciplina?*. Recuperado em 12 julho 2016 de: http://novaescola.org.br/formacao/formacao-continuada/como-resolve-indisciplina-autoridade-moral-convencao-cooperacao-autonomia-503230.shtml?page=3.

Moreno, M.& Cubero, R.(1995). Relações sociais nos anos pré-escolares: família, escola, colegas. In: C. Coll, J Palacios & A Marchesi. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Morin, E. (1998) et al. *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo: Palas Athena.

Oliveira, R. *O fenômeno da violência em duas escolas: estudo de caso*. Dissertação de mestrado UFRGS/FE, Porto Alegre, RS, Brasil.

Parrat-Dayan, S. (2012). *Como enfrentar a indisciplina na escola*. São Paulo: Contexto.

Picado, L. (2009). *A indisciplina em sala de aula*: *uma abordagem comportamental e cognitiva*. Recuperado em 06 set. 2016 de: http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0484.pdf.

Ratto, A. L S. (2007).*Livros de Ocorrência*. São Paulo: Cortez.

Rebelo, R. A. A. (2002). *Indisciplina Escolar: causas e sujeitos.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Rego, T. C.(1996). A indisciplina e o processo educativo: uma analise na perspectiva vygotskiana. In: J. G. Aquino.(Org.) *Indisciplina na escola*: *alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.

Rios, T. (2001) *A Ética e competência.* São Paulo: Cortez.

Rios, T.(2001) *Compreender e ensinar*: *por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez.

Saffioti, B.(1998) A síndrome do pequeno poder. In: M. G. Azevedo.*Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Ed. IGLU.

Santos, M. 2004). *A indisciplina no contexto escolar*: *um olhar sobre o colégio Estadual Dulce Coelho de Sousa*.

Santos, C. M. (2013).*Indisciplina: uma forma de aprendizagem*. 2013. Recuperado em 02 ago 2016 de: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0390.html

Saviani, D.(2005). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas, SP: Autores Associados.

Saviani, D.(2008). *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) *Apresentação dos temas transversais*, *ética*. Brasília, MEC/SEF.

Scheffler, I. (1978) *A linguagem da educação*. São Paulo: Edusp/Saraiva.

Sennett, R. (2001). *Autoridade.* Rio de Janeiro: Record.

Silva, A. B. M. (2012). Refletindo e atuando sobre a indisciplina no contexto escolar. *Caderno pedagógico*. Campo: Secretaria de educação do Paraná.

Silva,M. (2003).O referencial de Kersey e Bates como um dos fundamentos da ação docente. *Revista Mirandum*.Portugal, (14), pp.41-51, Recuperado em 20 julho 2016 de http://www.hottopos.com/mirand14/malu.htm

Silva,M. V.; Ferreira, J. L.& Galera, J. M. B.(2008). *A indisciplina escolar enquanto desafio na formação do professor: uma realidade posta na sociedade contemporânea.* Recuperada em 26 de julho de 2016 de htpp://WWW.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/126_429.pdf.

Silva, L. C. da. (2007). *Disciplina e Indisciplina na Aula*: *uma Perspectiva Sociológica*. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Silva, L. C. da & Matos, D. A.(2014). *As Percepções dos estudantes mineiros sobre a incidência de comportamentos de indisciplina em sala de aula*: um estudo a partir dos dados do SIMAVE/PROEB 2007. 2014. Recuperado em 02 set. 2016. de: http://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/as_percepcoes_dos_estudantes_mineiros_sobre_indisciplina.pdf.

Simões, A. (1996).Indisciplina na aula. Recuperado em 10 setembro de: http://www.prof2000.pt/users/folhalcino/formar/outros/indisciplina.htm. Acesso

Simon, I.(2012). O conceito de indisciplina a partir da autoridade. In: C. Brito. (Org.) *Indisciplina Escolar: antigo problema, novas discussões*. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Soares, W. (2012). *A ilusão da lei do respeito*. Recuperado em 11 julho 2016 de: http://novaescola.org.br/formacao/ilusao-lei-respeito-686295.shtm.

Sposito, M. P. A.(1998). Instituição escolar e a violência. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo 104, pp.58-75.

Tardif, M. (2002). *Saberes Docentes e Formação Docente*. Petrópolis: Vozes.

Tardif, M.& Lessard, C.(2014). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência.* São Paulo: Vozes.

Trevisol, M. T. C.& Lopes, A. L. V. (2008)**.** *A (in)disciplina na escola***:** *sentidos atribuídos por profissionais da educação*.Recuperado em 20 julho 2016 de: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/909_555.pdf 2008.

Wallon, H. (1934). *As origens do caráter na criança*. São Paulo, Nova Alexandria (1995).

Wallon, H. (1945). *As origens do pensamento na criança*. São Paulo, Manole (1989).

Wallon, H. (1959). *O papel do outro na consciência do eu*. In: J. Nadel-Brulfert &, M.J.G Werebe. (Org.). São Paulo: Ática (1986).

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

Sobre as principais percepções dos professores:

1 – Como, você professor, reage diante de um ato indisciplinar de um aluno?

Tira logo o aluno de sala e manda para sala da direção escolar?

SIM ☐

NÃO ☐

2 - Você tenta conversar para entender o motivo da indisciplina e resolver o problema sem uma interferência de autoridade maior?

SIM ☐

NÃO ☐

2 – Quais acontecimentos no seu entendimento professor, que desencadeiam a indisciplina dos alunos?

Fator sócio econômico ☐

Investimento (políticas públicas) ☐

Ambiente familiar (negação de limites) ☐

Crise de autoridade do professor ☐

3 – O que mais o professor observa dentro da sala de aula, em relação à família, como fator indicativo das atitudes indisciplinadas dos alunos?

Ausência dos pais ☐

Falta de diálogo ☐

Falta de recursos financeiros ☐

Outras situações, tais como: drogas, divórcio dos pais, alcoolismo dos pais, etc.

_____

_____

4 – Quais são as estratégias, observadas pelos professores, utilizadas pela escola em relação à indisciplina dos alunos?

_____

_____

5 - A escola trabalha com projetos temáticos, didáticos pedagógicos, interdisciplinares?

SIM ☐

NÃO ☐

6 – Sobre as estratégias práticas observadas pelo professor, utilizadas pela escola, em relação à indisciplina dos alunos, direcionadas aos pais, a família, aos responsáveis dos alunos:

- Há periodicidade das reuniões de pais e/ou responsáveis dos alunos?

SIM ☐

NÃO ☐

- Acontece alguma formação de pais e/ou responsáveis dos alunos dentro da escola?

SIM ☐

NÃO ☐

- Existe algum projeto realizado dentro da escola direcionado aos e/ou responsáveis dos alunos?

SIM ☐ NÃO ☐

7 – Que atividades são trabalhadas com os alunos, pela escola, para combate a indisciplina, observadas pelos professores? Descreva.

_____

_____

_____

Sobre as principais percepções dos alunos.

1 - O professor consegue parar para ouvir os questionamentos dos alunos?

SIM ☐

NÃO ☐

Outras observações:

_____

_____

2 - A escola não é um espaço atrativo?

SIM ☐

NÃO ☐

Outras observações:

_____

_____

3 - O aluno não gosta de ir para a escola? Porque?

_____

4 - O aluno tem interesse pela aula? Porque?

_____

5 - O que mais os alunos gostariam que os pais fizessem para eles dentro de casa?

7 Conversar mais? ☐

8 Mais condições financeiras? ☐

9 Presença maior dos pais dentro de casa? ☐

Outras observações:

_____

_____

6 – O que o aluno acha sobre a ausência dos pais na vida pessoal e na vida escolar deles?

_____

_____

_____

7 – O que o aluno gostaria que mudasse dentro do seio familiar ou dentro da escola para que melhorassem seus comportamentos?

_____

_____

_____

_____

APÊNDICE 2 – PLANO DA AULA DE MATEMÁTICA DE 50 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE 50 MINUTOS
PLANO DA AULA DE MATEMÁTICA DE 100 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE 100 MINUTOS

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): SÉRGIO MENDES	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** CAUBI SILVA NASCIMENTO
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 28 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 50 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
MATEMÁTICA / FRAÇÃO	- Identificar o conceito sobre o que é fração; - Compreender as formas de representação das frações; - Relacionar os conceitos dos termos aplicados às frações. - Resolver situações-problema que envolvam aspectos estudados sobre de frações a partir da aula anteiror.	- Resgate dos conteúdos da aula anteiror; - Fração : Termos, conceitos e representações.	- Quadro Branco; - Data show; - Folhas de papel em branco;	- A avaliação se dará mediane participação dos nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização

- Resolução de situações-problema individualmente no quadro branco;

Sumário: Exercícios de fixação em folha e no quadro branco utilizando situações do cotidiano.

RELATÓRIO
Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): Sérgio Mendes	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Caubi Silva Nascimento
Aluno(a): Adriana Gama de Oliveir Bispo	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** MATEMÁTICA	**Data:** 28/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 50** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de MATEMÁTICA foi "FRAÇÕES". Fizemos um resgate dos conteúdos abordados na aula anterior. A aula foi dialogada e realizamos exercícios utilizando o quadro branco individualmente. Os alunos e alunas foram ao quadro resolver exercícios de fixação. Resolvemos vários exercícios relacionando com o cotidiano dos alunos e a realidade social. A aula foi diversificada e divertida. Chegou um momento que tivemos que diminuir o ritmo para ajudar uma aluna que estava com problemas de escrita. A aluna não conseguia fazer o número 4. Então paramos a aula até que a aluna conseguisse fazer o número e concluísse a sua participação e consequentemente a sua aprendizagem. Ela estava muito nervosa e tímida. Mas mesmo assim, alcançamos sucesso. Fora isso, tudo correu dentro do planejado.

Paulo Freire nos aponta para respostas, para caminhos possíveis contidos na sua práxis pedagógica, que é a resolução prática do que o autor Dussel chama de "Ética da Libertação".

> Freire, diversamente de todos os autores citados, define precisamente as condições de possibilidade do surgimento do nível do exercício da razão ético-crítica (...) como condição de um processo educativo integral. Por isso, o educando não é só a criança, mas o adulto e, particularmente, o oprimido, culturalmente analfabeto, dado que a ação pedagógica se efetua no horizonte dialógico intersubjetivo comunitário mediante a transformação real das estruturas que oprimiram o educando. Este se educa no próprio processo social, graças ao fato de emergir como "sujeito histórico " (Dussel, 2000:435).

REFERÊNCIA

DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis, RJ, Editora Vozes. 2000.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): SÉRGIO MENDES	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** CAUBI SILVA NASCIMENTO
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 28 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 100 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
MATEMÁTICA / FRAÇÃO	- Identificar o conceito sobre o que é fração; - Compreender as formas de representação das frações; - Relacionar os conceitos dos termos aplicados às frações.	**-** Números e Operações - Números racionais e sua forma fracionária. **-** Numerador; **-** Denominador	- Quadro Branco; - Data show; - Folhas de papel em branco;	- A avaliação se dará mediane participação dos nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização **Apresentação da professora Adriana Gama, assim como os mestres orientadores, Profa. Dulcina Almeida e Prof. Sérgio Mendes à turma do 6.º ano.** **- Explicar aos alunos e alunas da turma o porquê da aula diferenciada mostrando que se trata de uma aula de estágio do Mestrado em Educação.** **- Aplicação de atividade diagnóstica e revisão de conhecimentos básicos e prévios dos alunos e alunas, sobre o tema: FRAÇÃO** **- Introdução dos alunos na temática através de exemplos do cotidiano.** **- Aula expositiva através do uso do quadro brnco e diálogo com a turma;** **- Aplicação de exercício de fixação do conteúdo;** **- Atividade: Distribuição de folhas aos alunos e alunas com atividade xerocada com exercício de fixaçao.**
Sumário: **- Estudo das frações.** **- Discussões sobre o tema.**

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): Sérgio Mendes	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Caubi Silva Nascimento
Aluno(a): Adriana Gama de Oliveir Bispo	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** MATEMÁTICA	**Data:** 27/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 100** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de MATEMÁTICA foi "FRAÇÕES". Conversei com o Professor Caubi titular da turma para que se manifestar a respeito do conteúdo. Ele concordou até porque já havíamos observado que este conteúdo pertence à grade curricular do ensino fundamental II direcionado a Educação de Jovens e Adultos 6° e 7.º ano. Tive acesso a Apostila utilizada na Educação de Jovens e Adultos e os conteúdos não fugiam ao contido na apostila. Para a primeira aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema. A princípio levantamos os conhecimentos prévios da turma acerca das frações, se eles conheciam ou se ouviram falar. Alguns sim e outros não sabiam responder. Então começamos a aula chamando os alunos ao quadro para identificarem qual fração estavam relacionadas com as figuras as quais eu havia desenhado. A todo o momento, eu estava fazendo referência a exemplos da vida cotidiana deles. Assim como os mesmos lembravam outros exemplos. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. A aula foi animada e divertida. O nível desses

alunos é muito baixo e qualquer novidade trás estímulo e acréscimo positivo. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária.

Paulo Freire nos aponta para respostas, para caminhos possíveis contidos na sua práxis pedagógica, que é a resolução prática do que o autor Dussel chama de "Ética da Libertação".

> Freire, diversamente de todos os autores citados, define precisamente as condições de possibilidade do surgimento do nível do exercício da razão ético-crítica (...) como condição de um processo educativo integral. Por isso, o educando não é só a criança, mas o adulto e, particularmente, o oprimido, culturalmente analfabeto, dado que a ação pedagógica se efetua no horizonte dialógico intersubjetivo comunitário mediante a transformação real das estruturas que oprimiram o educando. Este se educa no próprio processo social, graças ao fato de emergir como "sujeito histórico " (Dussel, 2000:435).

O cotidiano da escola, considerando que estamos nos referindo à escola pública onde as condições estão ***a quem*** do que se espera se uma boa escola, em termos estruturais, observou-se um bom funcionamento da mesma, a nível organizacional, bom relacionamento de todos e tivemos uma excelente acolhida da equipe pedagógica. A equipe gestora é presente, o que propicia uma relação de proximidade escola e alunos. Em se tratando das adversidades cotidianas no ambiente escolar não registramos nenhum conflito que pudesse ser levado em consideração.

REFERÊNCIA

DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis, RJ, Editora Vozes. 2000.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** Maria Cristina Garcia Araújo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 27 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 50 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
HISTÓRIA / LENDAS MARANHENSES	- Reconhecer as lendas maranhenses como Patrimônio oral; - Reconhecer as características das lendas (ficção+ realidade); - Compreender as origens e a finalidade das Lendas Maranhenses; - Identificar as principais lendas do Estado do Maranhão; - Caracterizar uma época a partir dos elementos de uma lenda.	**Resgate dos conteúdos da aula anterior.** - Patrimônio Oral; - Ficção / MITO /REALIDADE; - Realidade maranhense nos séculos XVII, XVIII e XIX	- Quadro branco; - Data show; - Folhas de papel em branco.	- A avaliação se dará mediane participação dos alunos e alunas nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização

Resgate dos conteúdos da aula anteiror: LENDAS MARANHENSES através da releitura

- Aula expositiva e dialogada.

Sumário:

- Análise, discussão e reconto sobre as lendas do Estado do Maranhão.

APÊNDICE 3 - PLANO DA AULA DE HISTÓRIA DE 50 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE 50 MINUTOS
PLANO DA AULA DE HISTÓRIA DE 100 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE 100 MINUTOS

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Maria Cristina Garcia Araújo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** HISTÓRIA	**Data:** 27/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 50** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de HISTÓRIA foi "LENDAS MARANHENSES". Planejamos para essa aula uma recapitulação da aula anterior. Conversamos e refletimos um pouco sobre todas as lendas que lemos na aula anterior. Ficção, mito e realidade, características de cada uma, época e período histórico. A ênfase maior foi o contexto político. Aproveitamos ao máximo o tempo da aula, já que só tínhamos 50 minutos e pedimos que os alunos e alunas recontassem as lendas e que falassem sobre as caractéristicas que mais lhes chamaram atenção. A lenda mais contada certamente a mais popular é a da Carruagem da Ana Jansen. O que chamou muito a atenção dos alunos foram algumas pesquisas que fiz e trouxe a turma sobre a história de vida dessa mulher. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram

fundamentais.

Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo (2010), entra nas discussões sobre a história local, historiografia e ensino, colocando entre suas ideias que a história local pode ser entendida como uma modalidade de estudos históricos.

> Dessa maneira, entende-se que, no curso dessa dinâmica, os conhecimentos históricos da localidade devem estar relacionados, de forma que eles tornam possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas que dizem respeito às relações sociais que se quer conhecer. Nesse sentido, a história local é entendida aqui como uma modalidade de estudos históricos que, ao operar em diferentes escalas de análises, contribui para a construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas de como os atores sociais se constituem historicamente. Ou seja, interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados, na contemporaneidade, pelo poder político e econômico, sob a forma estrutura de 'bairros' e 'cidades'. (TOLEDO, 2010, p. 751).

REFERÊNCIA

TOLEDO, M. A. L. T. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. Disponível em: < http:// www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=3632463>. Acesso em 01 mai. 2012.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** Maria Cristina Garcia Araújo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 26 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 100 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
HISTÓRIA / LENDAS MARANHENSES	- Reconhecer as lendas maranhenses como Patrimônio oral; - Reconhecer as características das lendas (ficção+ realidade); - Compreender as origens e a finalidade das Lendas Maranhenses; - Identificar as principais lendas do Estado do Maranhão; - Caracterizar uma época a partir dos elementos de uma lenda.	- Patrimônio Oral; - Ficção / MITO /REALIDADE; - Realidade maranhense nos séculos XVII, XVIII e XIX	- Quadro branco; - Data show; - Folhas de papel em branco.	- A avaliação se dará mediane participação dos alunos e alunas nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização **- Apresentação da professora a turma do 6.º ano.** **- Explicar aos alunos e alunas da turma o porquê da aula diferenciada mostrando que se trata de uma aula de estágio do Mestrado em Educação.** **- Aplicação de atividade diagnóstica e revisão de conhecimentos básicos e prévios dos alunos e alunas, sobre o tema: LENDAS DE SÃO LUÍS;** **- Aula expositiva e dialogada;** **- Aplicação de exercício de fixação do conteúdo;** **- Atividade: RECONTO DAS LENDAS. Cada aluno deve escolher uma das lendas da aula.** **LENDAS: CARRUAGEM DA ANA JANSEN, LENDA DA MANGUDA, LENDA DO MILAGRE DE GUAXEMDUBA, LENDA DA SERPENTE DE SÃO LUÍS, LENDA DA PRAIA DO OLHO D'ÁGUA, LENDA DO MILAGRE DE SÃO JOÃO BATISTA, LENDA DO PALÁCIO DAS LÁGRIMAS.**
Sumário: **- Análise e discussão sobre as lendas do Estado do Maranhão.**

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Maria Cristina Garcia Araújo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** HISTÓRIA	**Data:** 26/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 100** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de HISTÓRIA foi "LENDAS MARANHENSES". Mostramos aos alunos e alunas a diferença entre ficção, mito e realidade no conto das lendas maranhenses, caracterizando a época e suas principais características e período histórico. A ênfase maior foi o contexto político a qual o Maranhão estava passando, considerando que as lendas aconteceram entre os séculos VII, VIII, XIX, período este que o Maranhão enfrentava grandes batalhas pela sua colonização e posse de terras. Fizemos os alunos despertarem e conhecerem as características dessa época. Antes, porém, talvez seja prudente (ou até mesmo produtivo) um breve *tour* histórico/etimológico por esse contexto verbal. Lenda vem do latim legenda, coisas para se ler, etimologicamente moldando-se ao feitio das narrativas e fatos desfigurados ou transfigurados pela imaginação popular. Para o homem primitivo, ou do povo, brota de complexos culturais e se destina a explicar, a mentalidade que não ultrapassou um certo grau de cultura, se preocupa com objetos que no céu e na terra são capazes de lhe causar espanto ou temor, forças da natureza, poder de certos homens, prognósticos, presságios, superstições. Esse conteúdo pertence à grade curricular na Educação de Jovens e Adultos no capítulo de História do MARANHÃO. É comum sempre nos depararmos com duas versões da história: a verdadeira, factual e a lendária, muitas vezes as duas interpenetradas uma na outra, confundidas, de modo que se torna difícil (quando não impossível) dissociá-las, tal é à força da Tradição Popular. Para a primeira

aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema. A princípio refletimos sobre os conceitos de lenda e mito e fizemos a leitura de algumas lendas da cultura popular maranhense. Tais como, a lenda de Ana Jansen, a lenda da Manguda, do Milagre de Guaxenduba, da Serpente de São Luís, da Praia do Olho D'água, do Milagre de São João Batista e do Palácio das Lágrimas. Percebemos que os alunos já tinham ouvido sobre a de Ana Jansen e a da Serpente, mas não sabiam detalhes e as demais eles não sabiam nada. Os alunos se divertiram muito com as histórias fantasiosas e algumas engraçadas. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. O nível desses alunos é muito baixo e o cansaço atrapalha muito. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária.

Segundo Schmidt e Garcia (2008, p. 42) permitem que os investigadores,

> [...] vejam a escola não somente como um lugar de reprodução, mas também de criação, de produção de si própria, porque entendem que esta tem a capacidade de se auto-definir e, assim, de se transformar, na mesma forma que a sociedade dispõe de uma capacidade de criação simbólica, que permite se construir e se reproduzir nos seus sentidos, bem como seu sistema de orientação das condutas. O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. (BRASIL, 1998, p.19).

REFERÊNCIA

GARCIA, T. M. F. B.. História e educação: diálogos em construção. In: SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F. B.; HORN, G. B. (Org.). Diálogos e perspectivas de investigação. Ijuí: Unijuí, 2008.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** Marcos Vinicius Melo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 28 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 50 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
GEOGRAFIA / ALIMENTAÇÃO	- Conhecer a evolução da agricultura, a distribuição de alimentos e sedentarização do homem na formação das sociedades humanas complexas; - Compreender como o homem se apropriou dos recursos naturais, extrativismos, por meio da domesticação de semente e animais (desenvolvimento de técnicas e tecnologias) e, aos poucos, esta atividade vem apresentando aumento da interferência humana externa e internamente à planta; - Identificar conceitos sobre Agricultura, Pecuária e suas características.	- Resgate dos conteúdos trabalhados na aula anterior. A produção de alimentos: - Extrativismo; - Agricultura; - Pecuária; - Agropecuária no Brasil.	- Quadro Branco - Data show; - Folhas de papel em branco.	- A avaliação se dará mediane participação dos alunos e alunas nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização
- Novas reflexões acerca dos conteúdos da aula anterior.

Sumário:
- Discussão sobre o tema e realização de atividade xerocada.

APÊNDICE 4 - PLANO DA AULA DE GEOGRAFIA DE 50 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE GEOGRAFIA DE 50 MINUTOS
PLANO DA AULA DE GEOGRAFIA DE 100 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE GEOGRAFIA DE 100 MINUTOS

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): SÉRGIO MENDES	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Marcos Vinicius Melo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** GEOGRAFIA	**Data:** 28/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 50** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de GEOGRAFIA foi "ALIMENTOS". Retomamos os conteúdos trabalhados na aula anterior acerca do tema. Novas discussões e situações vivenciadas deram início à aula. Proporcionamos aos alunos alguns exercícios para melhor entendimento sobre o assunto. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. Percebemos o interesse dos alunos pelo tema assim como um bom nível de aprendizagem.

A incorporação da 'visão geográfica' de Josué de Castro, requer que se compreenda a alimentação como expansão da inter-relação entre clima, solo, organização econômica e características biológicas dos indivíduos. Desta forma a geografia seria o instrumento adequado para a compreensão da relação entre o biológico e o social:

> Só a geografia que considera a terra como um todo e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema de alimentação, como fenômeno ligado, através de influências recíprocas à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte do trabalho. (CASTRO, 1937 apud MAGALHAES, 1997, p. 41).

REFERÊNCIA

MAGALHÃES, Rosana. Fome uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro/RJ: Fiocruz. 1997.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** Marcos Vinicius Melo
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 27 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 100 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
GEOGRAFIA / ALIMENTAÇÃO	- Conhecer a evolução da agricultura, a distribuição de alimentos e sedentarização do homem na formação das sociedades humanas complexas; - Compreender como o homem se apropriou dos recursos naturais, extrativismos, por meio da domesticação de semente e animais (desenvolvimento de técnicas e tecnologias) e, aos poucos, esta atividade vem apresentando aumento da interferência humana externa e internamente à planta; - Identificar conceitos sobre Agricultura, Pecuária e suas características.	A produção de alimentos: - De onde vêm os alimentos; - Extrativismo; - Agricultura; - Pecuária; - Agropecuária no Brasil.	- Quadro Branco - Data show; - Folhas de papel em branco.	- A avaliação se dará mediane participação dos alunos e alunas nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização **Apresentação da professora Adriana Gama, assim como os mestres orientadores, Profa. Dulcina Almeida e Prof. Sérgio Mendes à turma do 6.º ano.** **- Explicar aos alunos e alunas da turma o porquê da aula diferenciada mostrando que se trata de uma aula de estágio do Mestrado em Educação.** **- Aplicação de atividade diagnóstica e revisão de conhecimentos básicos e prévios dos alunos e alunas, sobre o tema: ALIMENTOS.** **- Aula expositiva e dialogada;** **- Aplicação de exercício de fixação do conteúdo.**
Sumário: **- Estudo sobre Alimentos.** **- Discussões sobre: De onde vêm os alimentos?**

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): Sérgio Mendes	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Marcos Vinicius Melo
Aluno(a): Adriana Gama de Oliveir Bispo	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** GEOGRAFIA	**Data:** 27/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 100** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de GEOGRAFIA foi "ALIMENTOS". Os conteúdos relacionados ao tema da aula estão em coerência com a proposta curricular da disciplina, com a série e análise da Apostila utilizada na Educação de Jovens e Adultos. Para a primeira aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema. A princípio levantamos os conhecimentos prévios da turma acerca da origem e produção dos alimentos. Assistimos a um vídeo sobre a origem dos alimentos desde o Período Neolítico, do homem primitivo e a forma como esse homem começou a obter e cultivar seus alimentos. Após o vídeo, demos continuidade à aula expositiva e dialogada. Conversamos sobre as diversas formas de extrativismo, agricultura e pecuária. Na oportunidade, relacionamos o tema a realidade e vida cotidiana dos alunos. Do cultivo de alimentos, produção até a chegada dos alimentos a mesa. Tratamos sobre importação e exportação de alimentos. Refletimos sobre a enorme quantidade de alimentos produzidos diariamente no Brasil e no mundo e porque ainda contamos com dados estatísticos de mais de 1 milhão de pessoas no mundo todo que ainda passam fome. Em relação a isso refletimos sobre o Capitalismo que impera no mundo onde o lucro é o foco principal das grandes empresas, consequentemente a falta de interesse público em medidas e projetos sociais de combate a fome no mundo, considerando terras inférteis. Os recursos didáticos

utilizados foram: quadro branco, papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. O nível desses alunos é muito baixo e qualquer novidade trás estímulo e acréscimo positivo. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária.

Para Attico Chassot, o ensino na área das ciências deve: "contribuir para a compreensão de conhecimentos, procedimentos e valores que permitam aos estudantes tomar decisões e perceber tanto as muitas utilidades da ciência e suas aplicações na melhora da qualidade de vida, quanto as limitações e conseqüências negativas de seu desenvolvimento". (CHASSOT, 2003, p. 99).

REFERÊNCIA

Chassot, A. (2003). Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. Revista Brasileira de Educação, 9(22), 89-100.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** Nilma de Jesus Abreu Barros
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 27 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 50 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
LÍNGUA PORTUGUESA / NARRATIVA DE LENDAS MARANHENSES	- Incentivar os alunos e alunas a conhecerem os diveros TIPOS e Gêneros Textuais; - Conhecer o Gênero Textual , NARRAR, através das principais lendas maranhenses e seus personagens, a partir da leitura em voz alta de cada lenda; - Facilitar o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos de NARRAÇÃO, considerando-se as modalidades oral e escrita, em nível básico, para que o aluno possa adquirir novos conhecimentos sobre a produção textual em Língua Portuguesa.	**Resgate dos conteúdos trabalhados na aula anterior:** GÊNEROS LITERÁRIOS - Tipos; - Narração; - Produção Textual.	- Quadro branco; - Data show; - Folhas de papel em branco.	- A avaliação se dará mediane participação dos alunos e alunas nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização
- Reorganização das discussões da aula anterior e atividades com foco na leitura e escrita.

Sumário:
- Produção textual a partir do gênero narrativa.

APÊNDICE 5 - PLANO DA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA DE 50 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA DE 50 MINUTOS
PLANO DA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA DE 100 MINUTOS
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA DE 100 MINUTOS

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Nilma de Jesus Abreu Barros
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** LÍNGUA PORTUGUESA	**Data:** 27/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 50** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de LÍNGUA PORTUGUESA foi "GÊNERO TEXTUAL – A NARRATIVA DAS LENDAS MARANHENSES ". O gênero textual **Narração,** é um dos diversos gêneros, é uma modalidade em que se conta um fato, fictício ou não, que ocorreram num determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Começamos a aula com a releitura das lendas: de Ana Jansen, a lenda da Manguda, do Milagre de Guaxenduba, da Serpente de São Luís, da Praia do Olho D'água, do Milagre de São João Batista e do Palácio das Lágrimas. Feito isto, conversamos sobre Produção textual. As características de uma produção textual, porém nada muito complexo. Pedi aos alunos que escrevessem sobre alguma lenda, alguma que mais lhe chamou atenção, e que nessa escrita constassem suas percepções pessoais. O tempo foi curto e alguns não conseguiram entregar a tempo. Levaram para fazer em casa.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental/Língua Portuguesa (PCNLP):

> O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. (BRASIL, 1998, p.19).

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, 1998.

PLANO DE AULA

IPP/PES

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto da Guarda

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof.(ª)/Educador(a) Cooperante:** Nilma de Jesus Abreu Barros
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Nível de Ensino: 6.º do Ensino Fundamental / Fundamental II	**Data:** 26 DE AGOSTO DE 2015
Turma/Grupo: TURMA DE DOCÊNCIA GRUPO:01	**Tempo: 100 min**

Área/Tema	Objetivos	Conteúdos	Recursos	Avaliação
LÍNGUA PORTUGUESA / NARRATIVA DE LENDAS MARANHENSES	- Incentivar os alunos e alunas a conhecerem os diveros TIPOS e Gêneros Textuais; - Conhecer o Gênero Textual , NARRAR, através das principais lendas maranhenses e seus personagens, a partir da leitura em voz alta de cada lenda; - Facilitar o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos de NARRAÇÃO, considerando-se as modalidades oral e escrita, em nível básico, para que o aluno possa adquirir novos conhecimentos sobre a produção textual em Língua Portuguesa.	GÊNEROS LITERÁRIOS - Tipos; - Narração; - Produção Textual.	- Quadro branco; - Data show; - Folhas de papel em branco.	- A avaliação se dará mediane participação dos alunos e alunas nas atividades escritas e orais.

Processos de Operacionalização **- Apresentação da professora ADRIANA GAMA, assim como os mestres orientadores, Profa. Dulcina Almeida e Prof. Sérgio Mendes à turma do 6.º ano.** **- Explicar aos alunos e alunas da turma o porquê da aula diferenciada mostrando que se trata de uma aula de estágio do Mestrado em Educação.** **- Aplicação de atividade diagnóstica e revisão de conhecimentos básicos e prévios dos alunos e alunas, sobre o tema: NARRATIVA DE LENDAS MARANHENSES** **- Aula expositiva e dialogada;** **- Aplicação de exercício de fixação do conteúdo;** **- Atividade: Distribuição de folhas em branco para que os alunos e alunas produzam um texto baseado nas características de uma REDAÇÃO. Nessa redação avaliaremos o nível de conhecimento dos alunos sobre produção textual.**
Sumário: **- Análise do gênero textual NARRATIVA através da leitura das lendas maranhenses.**

RELATÓRIO

Reflexão de aula da prática de ensino supervisionado

Prof.(ª) Orientador(a): DULCINA ALMEIDA	**Prof. (ª)/Educador(a) Cooperante:** Nilma de Jesus Abreu Barros
Aluno(a): ADRIANA GAMA DE OLIVEIRA BISPO	**Local de Estágio:** UEB João de Sousa Guimarães
Nível de Ensino: Fundamental II **Disciplina:** LÍNGUA PORTUGUESA	**Data:** 26/08/2015
Série: 6°/7.º ANO	**Tempo: 100** min

O conteúdo programático abordado nas aulas de LÍNGUA PORTUGUESA foi "GÊNERO TEXTUAL – A NARRATIVA DAS LENDAS MARANHENSES ". O gênero textual **Narração,** é um dos diversos gêneros, é uma modalidade em que se conta um fato, fictício ou não, que ocorreram num determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Então planejamos utilizar os textos narrativos das Lendas Maranhenses para aprendermos sobre esse gênero. Existem muitos outros gêneros textuais que ao longo do bimestre serão trabalhados, pois esse conteúdo pertence à grade curricular na Educação de Jovens e Adultos e os conteúdos não fugiam ao contido na apostila. Para a primeira aula planejamos o decorrer para 100 minutos na ministração do tema. A princípio refletimos sobre os conceitos de lenda e mito e fizemos a leitura de algumas lendas da cultura popular maranhense. Tais como, a lenda de Ana Jansen, a lenda da Manguda, do Milagre de Guaxenduba, da Serpente de São Luís, da Praia do Olho D'água, do Milagre de São João Batista e do Palácio das Lágrimas. Percebemos que os alunos já tinham ouvido sobre a de Ana Jansen e a da Serpente, mas não sabiam detalhes e as demais eles não sabiam nada. Os alunos se divertiram muito com as histórias fantasiosas e algumas engraçadas. Observamos que houve aprendizado dos alunos sobre o que é narrativa. Os recursos didáticos utilizados foram: quadro branco,

papéis em branco. A aula foi expositiva dialogada e a participação dos alunos e alunas foram fundamentais. O nível desses alunos é muito baixo e o cansaço atrapalha muito. A maioria trabalha de dia e estuda a noite. A maioria são senhoras que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo conforme a faixa etária.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental/Língua Portuguesa (PCNLP):

> O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. (BRASIL, 1998, p.19).

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, 1998.

ANEXOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL
UEB. Profº. João de Souza Guimarães
Av. Argentina nº 94 – Divinéia – São Luís /MA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SÃO LUÍS - MA
2010

MISSÃO DA ESCOLA

A missão da escola deve estar em consonância com a Filosofia da Escola e que se reflete na resposta às seguintes questões: Que tipo de aluno, formaremos? Que tipo de cidadãos, queremos formar? E para que queremos formar? Para responder a estes questionamentos precisamos ter em mente que queremos formar: um aluno criativo, participativo e que seja capaz de construir seu próprio conhecimento e consequentemente estaremos primando por um cidadão que dotado de visão crítica saiba exercer seus direitos e seus deveres sem extrapolar os dos seus semelhantes.

Toda e qualquer Instituição de Ensino deve fazer valer a sua função social. Sendo assim, nesta Unidade não poderia ser diferente, almejamos uma escola que exerça realmente a sua função social e que esteja de portas abertas para a comunidade diagnosticando os seus problemas e agindo justamente para a melhoria desta realidade. A partir de uma Proposta Pedagógica sintonizada com as rápidas mudanças do mundo globalizado oferecendo serviços de qualidade e acreditando numa educação transformadora que vise formar cidadãos críticos-reflexivos, capazes de enfrentar os desafios da pós-modernidade.

A inclusão social é outra característica da educação atual. Não podemos nos recusar em aceitar as diferenças em suas mais variadas formas. Precisamos construir uma sociedade mais igualitária e mais fraterna, e este desafio perpassa por uma escola inclusiva e acolhedora.

FILOSOFIA DA ESCOLA

Acreditamos numa escola que resgate os bons valores sociais e éticos e que contribua de forma positiva para o crescimento do País, que exerçam sua cidadania de forma consciente e saibam discernir sobre os seus direitos e deveres. Enfim esta Escola está em sintonia com a filosofia educacional brasileira expressa na LDB 9394/96, PCN'S e Proposta Curricular de São Luís / MA. O salto qualitativo na educação pública de São Luís é visível, nos últimos anos as escolas públicas municipais se destacaram no cenário nacional. A merenda escolar feita e planejada por nutricionistas, os

professores todos concursados e em processo de Formação Continuada, sem falar da estrutura física com escolas adequadas à inclusão social de pessoas com necessidades especiais. Sendo assim a UEB Profº. João de Souza Guimarães se orgulha de fazer parte deste grande projeto educacional para o município de São Luís, que busca garantir a formação de um alunado voltado para a leitura e a escrita.

CLIENTELA

A UEB Profº de Souza Guimarães está situada na comunidade da Divinéia, entretanto recebemos alunos das comunidades adjacentes, Vila Luizão, Sol e Mar e Turu. A escola começou a funcionar no dia 30 de agosto de 2007, pertencente à rede das Escolas do Município de São Luís que estão sendo construídas, como homenagem póstuma ao ex-secretário de Educação e Cultura de 1986 a 1988, falecido em 14 de setembro de 2005.

DADOS SOBRE A APRENDIZAGEM:

Aproveitamento dos alunos do 1º ciclo de alfabetização Ano 2009

Ciclo	*Matrícula Inicial*	*Admitidos após mês de março*	*Afastados por Abandono*	*Afastados por Transferência*	*Matrícula Final*	*Avaliação*				*Taxa de Progressão*				
						PD	*PAD*	*Promovido*	*Retido*	*PD*	*PAD*	*Promovido*	*Retido*	*Abandono*
I Etapa	131	04	15	03	113	64	49	113	--	49%	37%	88%	--	12%
II Etapa	193	01	11	07	176	114	61	175	01	59%	33%	92%	1%	7%
III Etapa	161	--	02	08	151	127	20	140	11	79%	13%	92%	7%	1%
TOTAL	484	05	28	18	443	305	130	435	12	63%	27%	90%	3%	7%

PD = Progressão Direta **PAD** = Progressão com Apoio Didático

Aproveitamento dos alunos do 2º Ensino Fundamental do ciclo Ano 2009

Ciclo 2º Ciclo	*Matrícula Inicial*	*Admitidos após mês de março*	*Afastados por abandono*	*Afastados por transferências*	*Matrícula Final*	*Aprovados*	*Reprovados*	*Taxa de Aprovação*	*Taxa de Reprovação*	*Taxa de Abandono*
I etapa	192	11	05	11	187	182	05	95%	2%	2%
II etapa	256	03	20	06	236	203	33	79%	13%	8%
TOTAL	448	14	25	17	423	385	38	86%	8%	6%

Fonte: Ata de Resultados Finais - 2009

Aproveitamento dos alunos do Ensino Fundamental do 3º ciclo Ano 2009

Ciclo 2º Ciclo	*Matrícula Inicial*	*Admitidos após mês de março*	*Afastados por abandono*	*Afastados por transferências*	*Matrícula Final*	*Aprovados*	*Reprovados*	*Taxa de Aprovação*	*Taxa de Reprovação*	*Taxa de Abandono*
I etapa	248	--	18	--	230	219	11	88%	5%	7%

Ciclo 2º Ciclo	*Matrícula Inicial*	*Admitidos após mês de março*	*Afastados por abandono*	*Afastados por transferências*	*Matrícula Final*	*Aprovados*	*Reprovados*	*Taxa de Aprovação*	*Taxa de Reprovação*	*Taxa de Abandono*
II etapa	201	--	17	02	182	173	09	88%	4%	8%
TOTAL	449	--	35	02	412	392	20	88%	4%	8%

PD = Progressão Direta **PAD =** Progressão com Apoio Didático

Aproveitamento dos alunos do Ensino Fundamental do 4º ciclo Ano 2009

Ciclo 2º Ciclo	*Matrícula Inicial*	*Admitidos após mês de março*	*Afastados por abandono*	*Afastados por transferências*	*Matrícula Final*	*Aprovados*	*Reprovados*	*Taxa de Aprovação*	*Taxa de Reprovação*	*Taxa de Abandono*
I etapa	143	--	08	02	133	125	08	89%	6%	5%
II etapa	95	--	10	--	85	83	02	87%	2%	11%
TOTAL	238	--	18	02	218	208	10	88%	4%	8%

Fonte: Ata de Resultados Finais - 2009

RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS:

A relação escola e família é um dos aspectos mais desafiadores da realidade educacional uma vez que a participação direta destes na educação dos filhos repercute positivamente nos resultados das aprendizagens dos alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõem que as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Um estudo realizado pelo Convênio Andrés Bello - acordo internacional que reúne 12 países das Américas - chamado A Eficácia Escolar Ibero-Americana, de 2006, estimou que o "efeito família" é responsável por 70% do sucesso escolar. No Brasil, o acesso em larga escala ao ensino se intensificou nos anos 1990, com a inclusão de mais de 90% das crianças em idade escolar no sistema. Para as famílias antes segregadas do direito à Educação, o fato de haver vagas, merenda e uniforme representou uma enorme conquista. A escola foi criada para servir à sociedade. Por isso, ela tem a obrigação de prestar contas do seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos. É papel da família, incentivar o comportamento de estudante nos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem e incentivando a pesquisa e a leitura. Na UEB Profº João de Souza Guimarães o acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos ocorre tanto no que se refere a reuniões periódicas, como também através de um monitoramento sistematizado onde os pais são convocados a comparecer na escola para colaborar na educação dos filhos, toda vez que os mesmos apresentam problemas de comportamento ou de rendimento escolar.

Com o intuito de indicar caminhos para a participação mais efetiva das famílias, o projeto *Educar para Crescer*, iniciativa da Editora Abril e da Universidade Anhembi Morumbi, vai lançar a partir de 26 agosto o *Guia da Educação em Família*, que será encartado em diversas publicações da editora. Esse material, assim como o folheto *Acompanhem a Vida Escolar dos Seus Filhos*, do Ministério da Educação, traz orientações simples sobre como os pais podem trabalhar com a escola. Entre as dicas, estão:

- Ler para as crianças ou pedir para que elas leiam para eles;
- Conversar sempre com os filhos sobre assuntos da escola;
- Acompanhar as lições de casa e mostrar interesse pelos conteúdos estudados;
- Verificar se o material escolar está completo e em ordem;
- Zelar pelo cumprimento das regras da escola;
- Participar das reuniões sempre que convocados;

- Conversar com os professores.

Atitudes que favorecem o sucesso dos filhos*

1. Fale sempre bem da escola para criar em seu filho uma expectativa positiva em relação aos estudos.
2. Abrace-o e deseje coisas boas a ele quando estiver de saída para a aula.
3. Na volta, procure saber como foi o dia dele, o que aprendeu e como se relacionou com todos.
4. Conheça o professor e converse com ele sobre a criança e o trabalho dela na escola.
5. Em caso de notas baixas, não espere ser chamado: vá à escola para saber o que está acontecendo.
6. Mantenha uma relação de respeito, carinho e consideração com todos os professores.
7. Resolva diretamente os problemas entre você, seu filho e o professor e só recorra a outros em último caso.
8. Crie o hábito de observar os materiais escolares e ajude nas lições de casa.
9. Quando seu filho estiver com problemas, compartilhe-os com a escola sem omitir fatos nem julgar atitudes.
10. Comente com amigos e parentes os êxitos escolares dele, por menores que sejam, para reforçar a auto-estima e a autoconfiança.

*adaptado da cartilha elaborada por Antonio Carlos Gomes da Costa e Odelis Basile para a EE Rodrigues Alves, em São Paulo.

RECURSOS FÍSICOS

A UEB. Profº João de Souza Guimarães, é uma escola de caráter público, funciona em prédio escolar situado à Av. Argentina nº 94 Divinéia. É uma Unidade de Ensino que foi inaugurada no dia 30 de agosto de 2007, com uma boa estrutura física, capaz de atender à Comunidade Escolar . Existe atualmente, as seguintes dependências todas padronizadas ao oferecimento de serviço educacional:

Dependências	Quantidade
DIRETORIA/SECRETARIA	01
SALAS DE AULAS	10
ALMOXARIFADO	01
BANHEIROS	04 (02 adaptado à pessoas com necessidades especiais)
PÁTIO PARA RECREAÇÃO	01
COZINHA	01
BIBLIOTECA	01
REFEITÓRIO	01
ESTACIONAMENTO	01
SALA DE PROFESSORES	01
QUADRA POLIESPORTIVA	01

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Cargo/Função	Matutino (07:30 – 11:30h)	Vespertino (13:30 – 17:30h)	Noturno (18:30 – 21:30h)	Total
Diretor Geral	X	X	--	01
Diretor Adjunto	X	X	--	01
Coordenador Pedagógico	X	X	--	02
Secretário (a)	X	X	X	03
Coord. de Anexo	X	X	--	02

Administrativo	X	X	X	16
Professores 1ºe 2º Ciclo	X	X	X	22
Professores 3º e 4º Ciclo	--	X	--	29
Auxil.Serv.Diversos	X	X	X	10
Vigilante Empresa Privada	X	X	X	04
Merendeira	X	X	X	06

AVALIAÇÂO PEDAGÓGICA

Discentes

PROBLEMAS	OCORRIDOS/SOLUÇÕES PROPOSTAS

➢ Alunos com baixo rendimento, por conta das dificuldades de alfabetização; ➢ Alunos com baixa freqüência; ➢ A baixa participação da família no processo ensino-aprendizagem; ➢ A indisciplina dos alunos; ➢ Aluno com sintomas de doenças, infecto-contagiosas; ➢ Alunos com carência de conteúdos das etapas anteriores dificultando assim, a assimilação de novos saberes; ➢ Alunos sem suporte técnico para valer-se das novas tecnologias da comunicação e da informação; ➢ Evasão / Retenção dos alunos por desinteresse e falta de aptidão nas etapas em estudo.	➢ Propomo-nos a acompanhar a aprendizagem dos alunos com baixo rendimento, através da implementação do grupo de apoio didático e atividades que priorize a leitura e escrita. ➢ A Equipe Escolar da U.E.B Prof.º João de Souza Guimarães estará semanalmente acompanhando a frequência escolar dos alunos, em caso de baixa frequência os pais ou responsáveis serão imediatamente informados. Podemos contar também com apoio do Conselho Tutelar para minimizar a evasão escolar. ➢ O Gestor juntamente com a equipe escolar da U.E.B, informará aos pais sobre todas as atividades a serem realizadas na escola, bem como nas reuniões é enfatizado sobre o importante papel da família na aprendizagem dos alunos. ➢ A equipe escolar estará acompanhando diariamente o comportamento dos alunos, será feito um trabalho para detectar as causas da indisciplina, utilizamos também o livro de ocorrências, onde será registrado o devido delito com a assinatura do responsável e as medidas a serem adotadas pela escola de acordo com o regimento escolar. ➢ A escola irá firmar parceria com o posto de saúde mais próximo, para o devido diagnóstico juntamente com o responsável, bem como a realização de palestras na escola para esclarecimentos da comunidade escolar. ➢ A Escola realizará um diagnóstico inicial para verificar o nível de rendimento dos alunos e aprofundar os conteúdos e as práticas em diferentes momentos; ➢ Assim que seja feito o conserto das maquinas e que tivermos um instrutor, disponibilizaremos o laboratório de informática para ampliação do conhecimento dos alunos em informática e sobretudo para articulação do domínio à prática diária. ➢ Acompanhamento diário para identificação dos alunos faltosos, comunicar aos pais a real situação e em caso reincidência idearemos uma relação mensal para o Conselho Tutelar.

PÓLO E ANEXOS

ESCOLAS	PROBLEMAS

Escola Pólo	✓ Esgotamento da fossa; ✓ Retelhamento; ✓ Conserto da rede elétrica; ✓ Troca de fechaduras; ✓ Armário de aço c/ prateleiras; ✓ Falta de material de expediente e limpeza.
Anexo I **(Escola Criança Esperança)**	✓ Falta d'água; ✓ Retelhamento; ✓ Pagamento do aluguel do prédio; (*) ✓ Conserto da rede elétrica; ✓ Ventiladores de parede; ✓ Quadro branco; ✓ Cadeiras e mesas p/ lanche dos alunos; ✓ Guarda Armado para o diurno; ✓ Armário de Aço c/ prateleiras; ✓ Falta de material de expediente e limpeza.
Anexo II **(Escola Alegria do Saber)**	✓ Pagamento do aluguel do prédio; (*) ✓ Ventiladores de parede; ✓ Quadro branco; ✓ Cadeiras e mesas p/ lanche dos alunos; ✓ Armário de aço c/ prateleiras; ✓ Falta de material de expediente e limpeza; ✓ Guarda Armado para o diurno e noturno. ✓ Pintura total do prédio

<u>AÇÕES E METAS DO PDE</u>

Nome da Escola: UEB PROFº. JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Objetivo Estratégico: Atividades voltadas para maior proximidade entre a família e a demais segmentos da escola
Líder do Objetivo: Gestor e Especialista
Estratégia: Realização de eventos na escola com a participação da comunidade escolar **Meta: Aumentar de 88% para 95% o índice de aprovação dos alunos do Ensino Fundamental.**
Acompanhamento do Plano de Ação: Diretor Adjunto e Secretária
Indicador da Meta: Elevar o nível de rendimento dos alunos
Gerente do Plano de Ação: Gestor
Início: 16/04/2010 **Revisão: Bimestral** **Término: 21/12/2010**
Relatório nº: 01 **Data: 03 / 14 2010** **Responsável pelo preenchimento: Gestor e Especialista**
Setor:
***Item 01*:**

Nº	*AÇÕES*	*PERÍODO DE REALIZAÇÃO*		*RESPONSÁVEL*	*RESULTADO ESPERADO*	*RESULTADO ALCANÇADO*	*CUSTO REALIZADO*	
		INÍCIO	*TÉRMIN*				*CAPITAL*	*CUSTEIO*
01	- Realizar reunião com pais de aluno para apresentar o quadro de funcionários da escola, falar de horário escolar, fardamento, documentação de alunos, material escolar,	26/09	Gestor/Especialista e demais funcionários.	-Melhora na organização da rotina da escola, e boa relação escola-família.	------	-----	-----	-----
02	regimento interno, livro didático e bolsa família.	20/12	Gestor/Especialista		-----	-----		-----
03	- Realizar reuniões por bimestre, com pais de alunos, professores, diretor e coordenação	30/04	Diretor.Adj./Especialista	-Melhora para os alunos com baixo rendimento.	------	------	------	------
04	pedagógica para análise de rendimento por aluno. - Eleger representantes de alunos por turma (líder)		Gestor/Especialista	-Melhor funcionamento da rotina escolar.	------	------	------	------
05	- Realizar reunião de conselho de classe para	20/12	Gestor/Especiali	-Melhor apoio para	-----	-----	-----	-----

Nº	*AÇÕES*	*PERÍODO DE*	*RESPONSÁVE*	*RESULTADO*	*RESULTADO*	*CUSTO REALIZADO*
06	análise do rendimento dos alunos. - Desenvolver atividade de formação para professores e os demais segmentos da escola. - Organizar encontros com professores e funcionários da escola e dos anexos, para avaliar a rotina e discutir sobre os principais entraves no processo ensino aprendizagem;	14/12 22/12	sta Gestor/Especialista e demais funcionários. Gestor/Especialista e demais funcionários	os alunos baixo rendimento escolar. -Informar a comunidade escolar -Melhor eficiência na execução da ativ. Administrativo. -Maior qualificação docente. -Melhor o clima escolar.	------ ------ ----- -----	------ ------ ------ -----	------ ------

<u>AÇÕES E METAS DO PDE</u>

Nome da Escola: UEB PROFº. JOÃO DE SOUSA GUIMARÃES
Objetivo Estratégico: Organização, planejamento e execução de atividades pedagógicas
Líder do Objetivo: Gestor, Especialista e professores
Estratégia: participação coletiva dos docentes **Meta: planejamento de atividades**
Acompanhamento do Plano de Ação: Diretor Adjunto e Secretária
Indicador da Meta: Possibilitar a aprendizagem dos alunos
Gerente do Plano de Ação: Gestor
Início: 21/01/2008 **Revisão: Bimestral** **Término: 30/12/2008**
Relatório nº: 01 **Data: 18 / 04/ 2008** **Responsável pelo preenchimento: Gestor e Especialista**
Setor:

***Item 01*:**

Nº	*AÇÕES*	*PERÍODO DE REALIZAÇÃO*		*RESPONSÁVEL*	*RESULTADO ESPERADO*	*RESULTADO ALCANÇADO*	*CUSTO REALIZADO*	
		INÍCIO	*TÉRMINO*				*CAPITAL*	*CUSTEIO*
01 03	Execução do Plano de curso por etapa, baseado nas capacidades de 1º ,2º,3º e 4º ciclo; Realização de formação continuadas, planejamentos, reuniões coletivas e individuais com pais ou responsáveis de	ABR JAN	DEZ DEZ	Gestor/Especialista e Professores; Especialista/Professores; Gestor./Especialista/ Professores;	- Aplicação do Plano de Curso, Calendário 2008 p/ prática docente em sala de aula; -Participação, entendimento e organização dos trabalhos	- Construção do Plano de Curso voltado para o ciclo. -Participação efetiva da Comunidade Escolar c/ troca de experiências;	----- ----- -----	-----

Nº	*AÇÕES*	*PERÍODO DE REALIZAÇÃO*		*RESPONSÁVEL*	*RESULTADO ESPERADO*	*RESULTADO ALCANÇADO*	*CUSTO REALIZADO*	
04 05 06	alunos; Projetos Didáticos sobre datas comemorativas, descriminadas no calendário escolar; Projetos Didáticos sobre saúde a ser desenvolvido em quatro etapas: Higiene Corporal, Meio-Ambiente, Alimentação e Sexualidade, (II - FEIRA CIENTÍFICO-CULTURAL); Atendimento individual de professores, no horário de Ed. Física, para discussão sobre: Capacidades do Ciclo de Alfabetização, Rotina, Registro Reflexivo, Atividades Ocasionais etc....	JAN ABR ABR AGOS	DEZ NOV DEZ DEZ	Gestor/Especialista/ Professores; Especialista/Professores/Alunos; Gestor/ Comunidade Escolar.	docentes; -Valorização das datas que se manifestam em nossa Cultura Popular; -Conscientização do alunado sobre os cuidados básicos com a saúde; prevenção de doenças e preservação do meio-ambiente; -Acompanhamento das atividades desenvolvidas em sala de aula, melhora no rendimento escolar dos alunos. - Envolvimento da turma para melhora do rendimento escolar.	-Empenho e organização na realização dos trabalhos; -Envolvimento dos professores, dos alunos e da comunidade escolar na execução e apresentação das atividades; -Diálogo entre técnico e professores para melhor organização de situação didáticas.	------ ----- ------ --- -- -----	

ROTINA DE ATIVIDADES DA GESTÃO ESCOLAR

Turno matutino

Horário	Setor Responsável	Atividade Desenvolvida
07:00 às 11:30	Gestores, Administrativos, Vigilantes.	✓ Receber os alunos diariamente na escola; ✓ Dar informações pertinentes sobre o funcionamento da escola; ✓ Executar diariamente as atividades administrativas e gerencias da escola.
06:30 às 12:00	Operacionais	✓ Garantir a limpeza da escola; ✓ Atender ao alunado quando solicitado (a); ✓ Executar diariamente as atividades operacionais da escola.
07:15 às 11:30	Professores	✓ Cumprir o horário escolar; ✓ Executar o planejamento escolar; ✓ Ministra aulas; ✓ Participar dos encontros de formação continuada e reuniões com a comunidade escolar
		✓ Cumprir o horário escolar; ✓ Acompanhar o planejamento e rendimento escolar; ✓ Promover os encontros formativos com a equipe escolar;

07:15 às 11:30	Coordenador Pedagógico	✓ Atender aos pais ou responsáveis de alunos.

ROTINA DE ATIVIDADES DA GESTÃO ESCOLAR

Turno vespertino

Horário	Setor Responsável	Atividade Desenvolvida
13:00 às 17:30	Gestores, Administrativos e Vigilantes.	✓ Receber os alunos diariamente na escola; ✓ Dar informações pertinentes ao funcionamento da escola; ✓ Executar diariamente as atividades administrativas e gerencias da escola.
12:30 às 18:00	Operacionais	✓ Garantir a limpeza da escola; ✓ Atender ao alunado quando solicitado (a); ✓ Executar diariamente as atividades operacionais da escola.
		✓ Cumprir o horário escolar; ✓ Executar o planejamento escolar; ✓ Ministra aulas;

13:15 às 17:30	Professores	✓ Participar dos encontros de formação continuada e reuniões com a comunidade escolar
13:15 às 17:30	Coordenador Pedagógico	✓ Cumprir o horário escolar; ✓ Acompanhar o planejamento e rendimento escolar; ✓ Promover os encontros formativos com a equipe escolar; ✓ Atender aos pais ou responsáveis de alunos.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Rotina do Gestor:

- ✓ Observar diariamente se as condições físicas e naturais são propícias à execução das atividades escolares;
- ✓ Manter um bom relacionamento com a comunidade escolar;
- ✓ Realizar reuniões formativas;
- ✓ Acompanhar juntamente com o coordenado a rotina em sala de aula;
- ✓ Identificar os alunos com problemas de aprendizagem;
- ✓ Chamar os pais ou responsáveis para discutir assuntos referentes ao baixo rendimento, indisciplina, infrequência e retenção;
- ✓ Acompanhar assiduamente a pontualidade dos funcionários;
- ✓ Manter contato direto com a Secretaria;
- ✓ Buscar parcerias externas para realização de projetos educativos;

- ✓ Informar pais ou responsáveis sobre as atividades desenvolvidas na escola;
- ✓ Observar o andamento das atividades nos anexos;
- ✓ Manter um bom relacionamento com o conselho tutelar;
- ✓ Desenvolver projetos que visam o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos;
- ✓ Reunir constantemente com a equipe pedagógica;
- ✓ Disponibilizar a organização de espaços na escola, para realização eventos religiosos e programas sociais;
- ✓ Manter um canal aberto de diálogo como os professores;
- ✓ Acompanhar o fornecimento da merenda escolar;
- ✓ Verificar o empenho dos demais funcionários no cumprimento das atividades;
- ✓ Identificar e resolver problemas que impedem o desenvolvimento das atividades na escola.
- ✓ Participar de reuniões promovidas pela SEMED ou com órgãos parceiros.
- ✓ Reunir o conselho de classe.

ROTINA DA SECRETÁRIA ESCOLAR

- ✓ Organizar o arquivo escolar;
- ✓ Manter atualizado o quadro de funcionários
- ✓ Coordenar as atividades administrativas;
- ✓ Responder pela escola na ausência dos gestores;
- ✓ Expedir declaração e histórico escolar;
- ✓ Elaborar atas de resultados iniciais e finais
- ✓ Elaborar o movimento escolar;
- ✓ Mantém-se atualizada sobre as atividades desenvolvidas na escola;

- ✓ Participa das reuniões e de encontros para melhoria do desempenho profissional;

ROTINA DOS ADMINSTRATIVOS:

- ✓ Realizam atividades solicitadas pelos gestores e pela secretária;
- ✓ Preenchem o boletim escolar;
- ✓ Fornecem materiais necessários ao desenvolvimento das atividades docentes;
- ✓ Colaboram na elaboração do PDE;
- ✓ Fornecem os dados necessários para o censo escolar;
- ✓ Informam a comunidade sobre o funcionamento da escola;
- ✓ Realizam matrículas;
- ✓ Arquivam documentos emitidos e recebidos;
- ✓ Organizam o dossiê e documentos da escola;
- ✓ Participam de reuniões e encontros formativos;
- ✓ Acompanham as atividades recreativas da escola;
- ✓ Coordenam as atividades na escola na ausência dos gestores

ROTINA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Atividades permanentes

- ➢ Definição de cronograma para realização das atividades da escola (datas comemorativas; culminância de projetos)
- ➢ Analisar os instrumentos de registro (cadernetas, caderno do professor, planos mensais etc.);
- ➢ Observar as atividades desenvolvidas em sala de aula através do planejamento e visitas ocasionais visando acompanhar o processo ensino-aprendizagem;
- ➢ Garantir meios juntamente com os professores para preparar os alunos para o Prove Brasil e Provinha Brasil; (aplicação de simulados, metodologias voltadas para alcançar as capacidades);

- Analisar as questões das avaliações realizadas, verificando sua relação com as capacidades esperadas para o respectivo Ciclo de Aprendizagem;
- Orientação aos professores da realização do apoio didático para favorecer a aprendizagem dos alunos;
- Planejamento de ações mensais trabalhadas pelos professores;
- Atendimento de pais ou responsáveis;
- Elaboração de devolutivas.
- Acompanhamento de alunos faltosos;
- Agendamento de reuniões (Gestor, Professores e Técnicos da SEMED);

ATIVIDADES SEQUÊNCIAIS:

- Orientar a realização de atividades avaliativas relacionadas às capacidades trabalhadas, assim como, a realização de registro reflexivo e síntese conclusivo de fato significativo;
- Controle do demonstrativo do rendimento escola;
- Formação Continuada;
- Planejamento
- Orientar e acompanhar o desenvolvimento das modalidades organizativas (Projetos e sequências didáticas);
- Orientação aos professores da realização do apoio didático para favorecer a aprendizagem dos alunos com pouca leitura e escrita;

ATIVIDADES OCASIONAIS:

- Atendimento dos alunos por motivos variados, tais como: sensibilização sobre o comportamento dos alunos, sobre a não realização de atividades, faltas, higiene pessoal e etc.
- Observação da sala de aula na ausência temporária do professor;
- Conversas não agendadas com pais ou responsáveis;

- Intervenções em sala de aula quando necessário

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, o Ensino Fundamental no país objetiva a formação básica do cidadão para o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como princípio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o que inclui a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes, dos valores em que se fundamenta a sociedade, para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, assim como o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os objetivos do ensino fundamental dos 1º ao 4º Ciclos correspondem aos conteúdos previstos, respeitando o currículo adotado na Rede Municipal de Educação, consoante o preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Assim, as diretrizes gerais para a organização dos currículos do ensino fundamental, abrangem, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil; sendo que o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos; alertando que a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, enfatizando que o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia, considerando a implementação da Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que inclui no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade do trato da questão étnico-racial, propiciando a formação de professores/as para uma prática docente compatível com o referencial teórico que dá sustentação ao processo de ensino e aprendizagem construído pela rede, lembrando que a parte diversificada do currículo inclui, obrigatoriamente, a partir do 3º ciclo, o ensino de pelo de menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. Nos PCN's, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Ensino Religioso, Educação Física, Arte, Língua Estrangeira e Filosofia são componentes curriculares que, pela dimensão social que

a aprendizagem cumpre no percurso de construção da cidadania, inter-relacionadas aos temas transversais, têm relevância social para o desenvolvimento de capacidades no alunado da nossa rede.

Assim, considerando a proposta expressa nos documentos de orientação da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, são propósitos da escola nos ciclos iniciais:

- Fazer de cada sala de aula um ambiente de trabalho colaborativo e respeito mútuo, para que os alunos possam enfrentar sem medo os desafios colocados, sabendo que o erro faz parte do processo de aprendizagem e que contam com apoio do professor e dos colegas para melhor engajamento no processo;
- Garantir o direito de expressão do pensamento e das ideias dos alunos, mesmo que divergentes, do pensamento do professor e dos colegas, e o exercício de discutir diferentes convicções e opiniões, defender e fundamentar as suas próprias e modificá-las quando for o caso;
- Fazer da escola um lugar de legítimo respeito aos modos de falar que os alunos trazem de suas comunidades de origem e, ao mesmo tempo, de experimentação dos modos mais formais de uso da linguagem oral, aprendendo a adequá-la às várias situações de comunicação;
- Organizar um amplo projeto de formação de leitores (que articule as ações voltadas para a ampliação da experiência de leitura dos profissionais, as diferentes propostas consideradas adequadas para envolver as crianças, o uso dos recursos disponíveis na comunidade e as práticas de incentivo dos familiares para que leiam também), de modo que a leitura possa se tornar cada vez mais uma atividade valorizada e necessária para todos;
- Garantir o acesso dos alunos a diferentes portadores de texto, a textos de diferentes gêneros, a situações diversificadas de leitura e escrita nas diferentes áreas do conhecimento e aos propósitos reais que caracterizam socialmente as práticas de ler e escrever, buscando a máxima coincidência possível entre o que acontece dentro e o que acontece fora da escola;
- Assegurar que os alunos possam exercer os seus direitos de leitores e escritores em atividades relacionadas às diferentes áreas de conhecimento. Isso significa que, como leitores, podem fazer antecipações quando leem, formular interpretações próprias e verificar sua validade, perguntar o que não sabem, questionar as intenções do autor, emitir opinião sobre o assunto lido, dentre outros. E, como escritores, precisam produzir textos que

façam sentido, em situações de comunicação real, com tempo suficiente para escrever e revisar conforme a necessidade, podendo solicitar ajuda quando preciso e elegendo leitores para analisar a qualidade dos próprios textos, dentre outros;

- Comprometer os alunos com propostas que extrapolem os limites da sala de aula: estudos de meio, exposições, museus, espaços históricos e eventos culturais e científicos; campanhas na comunidade; correspondência com os meios de comunicação para opinar sobre problemas da atualidade; solicitações a instituições; intercâmbio com outras escolas por meio da escrita; sempre que possível fazendo uso também da Internet;
- Criar contextos – projetos, atividades de comunicação real, situações de publicação dos escritos - que justifiquem a necessidade da escrita correta e da adequada apresentação final dos trabalhos;
- Transformar aulas rotineiras em ambientes de investigação, com propostas pautadas no trabalho com situações-problema, hipóteses, conjecturas ou suposições as quais os alunos poderão: testar, validar ou refutar, experimentando formas diversificadas de pensar, de aprender e de se expressar em diferentes linguagens;
- Expandir as possibilidades dos alunos compreenderem o mundo e o cotidiano, por meio da ampliação do conhecimento sobre as dimensões temporais e espaciais presentes em suas vivências pessoais e nos acontecimentos históricos, sobre o ambiente, as diferentes produções humanas, os dramas humanos mais complexos, as ciências, a tecnologia, os temas da atualidade;
- Favorecer o contato sensível com os símbolos próprios de grande parte das tradições religiosas como a água, as plantas, o ar, o fogo, a terra, as obras de arte, as múltiplas expressões da vida, aguçando a sensibilidade e ampliando a compreensão de diferentes manifestações das culturas humanas;
- Assegurar um trabalho com a cultura corporal, o movimento e a arte que parta das experiências vividas e do repertório cultural local e, ao mesmo tempo, garanta o acesso a experiências que os alunos não teriam fora da escola e a participação na organização das atividades e na tomada de decisões sobre encaminhamentos individuais e coletivos, sempre com a perspectiva de ajustar as práticas às reais necessidades de aprendizagem de todos;
- Ampliar os referenciais culturais dos alunos, valorizando com o mesmo grau de importância as suas produções artísticas e os objetos de arte das culturas popular e erudita e estabelecendo uma relação entre o conhecimento conquistado na prática artística proposta pelos professores e o que existe, nos diversos espaços que a escola e a cidade oferecem: bibliotecas, Internet, feiras populares, museus, centros culturais etc.;

- Acolher a expressão artística dos alunos como tradução de seus pensamentos, sentimentos e ideias, nem sempre convergente com o padrão social comumente aceito ou com a estética dos professores, favorecendo a construção da identidade no contexto da diversidade, seja pelo trabalho em colaboração, o que possibilita a troca de experiências e a socialização de descobertas, seja pelo trabalho individual e introspectivo, o que favorece formas pessoais de expressão;
- Destinar o tempo necessário, na rotina diária, para que os alunos possam alcançar o melhor desempenho possível em Língua Portuguesa e Matemática, o que significa – além da programação básica de conteúdos – aproveitar toda e qualquer situação potencialmente favorável como uma oportunidade de trabalho cotidiano com a leitura, a escrita e os conteúdos matemáticos.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As capacidades apresentadas a seguir, como expectativas de aprendizagem, são as capacidades possíveis de serem desenvolvidas pela maioria dos alunos quando a proposta de ensino é organizada segundo os pressupostos que orientam este documento.

Evidentemente, a defesa de expectativas como as que aqui se seguem não significa a padronização das possibilidades da criança, que, afinal de contas, é protagonista do seu processo de aprendizagem: há alunos/as que com certeza irão muito além do que está estabelecido e há os que talvez não tenham condições de conquistar o que se prevê. Isso é natural como se pode verificar, por exemplo, comparando-se uma criança que aprendeu a ler aos quatro ou cinco anos de idade e outra cuja família é analfabeta, sem escolaridade anterior e com um ritmo mais lento de aprendizagem. No primeiro caso, certamente a criança irá superar em muito a expectativa, porque já terá chegado à escola com um conhecimento mais avançado do que o previsto para o final da Etapa. E no segundo caso, pode ocorrer, embora não necessariamente, da criança não conseguir avançar conforme se espera, pois apresenta três características que, reunidas, tendem a tornar mais lento o processo de aprendizagem – o próprio ritmo de aprendizagem, a falta de escolaridade anterior e o fato de viver em um ambiente familiar pouco estimulante em relação a leitura e escrita, visto que a família é analfabeta.

Entretanto, a clareza a respeito dessas diferenças, naturais e inevitáveis, não justifica a "não" apresentação de indicadores de referência que dizem respeito à maioria e que podem orientar o trabalho pedagógico dos/as professores/as.

Na Rede Municipal de Educação de São Luís, as expectativas de aprendizagem colocadas para as duas primeiras Etapas não são indicadores de promoção/retenção, uma vez que são referências internas a um ciclo da escolaridade com progressão continuada, diferente da última Etapa, quando há a necessidade de decidir pela promoção ou retenção do/a aluno/a no ciclo. Por essa razão, após a indicação das capacidades que se constituem em expectativas de aprendizagem, são apresentados também os critérios de avaliação, que, de modo geral, representam os 'mínimos' considerados aceitáveis para a promoção, tendo em conta essas capacidades.

A esse respeito, há algumas considerações importantes a fazer:

- O desempenho do/a aluno/a evidentemente deve ser analisado no conjunto – e não em um único componente curricular;
- É preciso entender que sobre as disciplinas: Educação Física, Arte e Ensino Religioso, os alunos não poderão ser conceituados com eventual desempenho, insatisfatório, no qual se constitua em impedimento para avançar na escolaridade se ele tiver conceitos satisfatórios nos demais componentes curriculares;
- Em se tratando de Ciências, História e Geografia, como os temas de estudo nem sempre são os mesmos nas diferentes escolas, os critérios de avaliação propostos neste documento são capacidades relacionadas a conceitos e temas mais amplos e essenciais dessas áreas de conhecimento e que, portanto, devem ser trabalhados com todos os/as alunos/as da Rede;
- A avaliação do desempenho dos/as alunos/as pressupõe ter em conta não só os resultados obtidos nos momentos específicos de avaliação, mas também (e principalmente) o conhecimento prévio que eles tinham sobre aquilo que se pretendia ensinar, o percurso de aprendizagem de cada um e a qualidade das propostas (atividades, agrupamentos, intervenções) para poder redirecioná-las quando os resultados não forem satisfatórios. Dessa perspectiva, o processo de avaliação deve apoiar-se em três tipos de procedimento do/a professor/a:

- Análise das produções – observação criteriosa do conjunto de produções do/a aluno/a, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas;

- Análise do desempenho em atividades específicas de avaliação: verificação de como o/a aluno/a se sai nas situações planejadas especialmente para avaliar os seus conhecimentos prévios sobre o que se pretende ensinar e para avaliar o quanto aprendeu sobre o que já foi trabalhado. Nesse caso é

importante, em primeiro lugar, garantir que essas atividades sejam semelhantes às situações de aprendizagem propostas em sala de aula (isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas); em segundo lugar, é importante deixar claro o que se pretende avaliar (e por que razão), para que o/a aluno/a procure "dar o melhor de si" nesses momentos.

E, se o objetivo é verificar os conhecimentos que ele já construiu, devem ser atividades propostas para que realize sozinho e sem ajuda (a menos que se pretenda analisar justamente como o/a aluno/a procede em parceria com os demais colegas ou com a ajuda da professora). A chamada 'prova' (uma atividade específica para avaliar) é, portanto, um dos instrumentos possíveis de avaliação, mas não o único e nem o mais adequado, a depender do tipo de conteúdo. A prova, se bem planejada, é um recurso que pode ser oportuno para avaliar o conhecimento do/a aluno/a sobre fatos e conceitos, mas nem sempre servirá para avaliar atitudes e procedimentos, que são conteúdos de grande importância no início da escolaridade. A observação sistemática é essencial para avaliar atitudes e procedimentos e a análise das produções dos alunos, é necessária para verificar a evolução do seu conhecimento, sem o que não há como o/a professor/a atribuir conceitos ou notas de forma razoável.

Por fim, é importante destacar que, para avaliar adequadamente a aprendizagem, é preciso ter como referência três parâmetros, tomados simultaneamente como critério geral: o/a aluno/a em relação a ele mesmo, em relação ao que se espera dele e em relação aos demais colegas que tiveram as mesmas oportunidades escolares.

Avaliar o/a aluno/a em relação a ele mesmo significa considerar o que ele sabia antes do/a professor/a ensinar o que foi ensinado e comparar esse nível de conhecimento prévio com o que ele demonstra ter adquirido no processo.

Avaliar o aluno em relação ao que se espera dele pressupõe ter expectativas de aprendizagem previamente definidas e utilizá-las como referência para orientar as propostas de ensino e de avaliação (nesse sentido, este documento é um subsídio fundamental).

E avaliar o aluno em relação aos demais que tiveram as mesmas oportunidades escolares é apenas uma forma de complementar as informações obtidas a partir dos dois primeiros parâmetros: a comparação do desempenho dos/as alunos/as só tem alguma utilidade se contribuir para entender melhor porque eles aprenderam ou não o que se pretendia ensinar.

Tomar esses três parâmetros como referência é fundamental para avaliar de maneira justa.

CONCEPÇÕES METODOLOGICAS:

Adotamos a metodologia Sócio-Construtivista, pois, acreditamos na construção do conhecimento pelo aluno e atendemos ao que já está legitimado na LDB 9394/96, PCNS e na Proposta Curricular da SEMED, Desta forma, o professor é visto como profissional compromissado com o processo aprender-aprender onde busca alcançar a sua práxis-pedagógica dentro de um processo dialético promovendo as mudanças necessárias ao desenvolvimento de nossos educandos.

Em todos os nossos projetos educacionais, nosso papel é o de criar situações de aprendizagem e acompanhar a atuação do educando. Para tanto, a metodologia é uma ferramenta muito importante que contribui para uma aprendizagem significativa. É nesse sentido que desenvolvemos uma metodologia sócio-construtivista procurando sempre integrar a família, a escola e a comunidade resgatando os valores sociais e o respeito pelo próximo.

CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM:

Acreditamos numa aprendizagem significativa capaz de desenvolver as várias habilidades e competências dos educandos nos aspectos: cognitivo, afetivo, físico, psicomotor e social. Consideramos os conteúdos curriculares não apenas como conceituais, mas também os procedimentais, atitudinais e factuais de acordo com a LDB 9394/96 e com a Proposta Curricular de São Luís – MA. Iniciamos o ano letivo com a execução da Jornada

Pedagógica, onde discutimos questões referentes ao rendimento anual dos alunos, os principais entraves da escola para melhoria da aprendizagem, ssim como a organização e planejamento do primeiro semestre e a construção do PDE – 2009.

PROJETOS EDUCATIVOS

Projetos desenvolvidos na escola no primeiro semestre de 2009:

Projetos Educativos	Metodologia de Execução
Caminhando para prevenção da violência	✓ Trabalho de pesquisa; ✓ Construção de painéis com a participação dos pais; ✓ Aplicação de questionário na Comunidade sobre a situação do Idoso; ✓ Elaboração de uma cartilha para prevenção de acidentes de trânsito; ✓ Apresentação de um telejornal ✓ Palestra sobre violência com a participação da Vereadora Rose Sales.
Simulado II etapa do 2º Ciclo	✓ Realização de aulas expositivas sobre os conteúdos da Matriz de referência da Prova Brasil- SAEB; ✓ Realização de Simulados com os alunos
Prova Brasil / Provinha Brasil	✓ Exploração da Provinha Brasil através da correção em sala de aula; ✓ Simulados elaborados por professores da II Etapa do 2º Ciclo; ✓ Simulados realizados pela SEMED

Datas Comemorativas (carnaval, dia das mães, festas juninas)	✓ Trabalho de pesquisa; ✓ Confecção de mascaras carnavalesca; ✓ Realização do baile de carnaval; ✓ Confecção de lembranças para as mães; ✓ Recital de Poesias; ✓ Sorteio de brindes; ✓ Produção de brincadeiras juninas; ✓ Realização do Arraial do João de Souza;

Projetos desenvolvidos na escola no segundo semestre de 2009:

Projetos Educativos	Metodologia de Execução
Trabalhando os gêneros textuais	✓ Trabalho de pesquisa; ✓ Construção de painéis com a participação dos professores e alunos;
Prova Brasil / Provinha Brasil	✓ Exploração da Provinha Brasil através da correção em sala de aula; ✓ Simulados elaborados por professores da II Etapa do 2º Ciclo; ✓ Simulados realizados pela SEMED
Simulado II etapa do 2º Ciclo	✓ Realização de aulas expositivas sobre os conteúdos da Matriz de referência da Prova Brasil- SAEB; ✓ Realização de Simulados com os alunos
Datas Comemorativas	✓ Trabalho de pesquisa;

(Semana da Pátria, Dia do Soldado, Dia das Crianças etc.)	

Projetos desenvolvidos na escola no primeiro semestre de 2010:

Projetos Educativos	Metodologia de Execução
África: onde tudo começou	✓ Trabalho de pesquisa; ✓ Construção de painéis com a participação dos professores e alunos; ✓ Passeio ao Centro Histórico

Simulado II etapa do 2º Ciclo	✓ Realização de aulas expositivas sobre os conteúdos da Matriz de referência da Prova Brasil- SAEB; ✓ Realização de Simulados com os alunos
Provinha Brasil	✓ Exploração da Provinha Brasil através da correção em sala de aula; ✓ Simulados realizados pela SEMED
Datas Comemorativas (Carnaval, Dia das Mães, Páscoa)	✓ Trabalho de pesquisa; ✓ Apresentação de atividades realizadas com os alunos

Projetos desenvolvidos na escola no segundo semestre de 2010:

Projetos Educativos	Metodologia de Execução
8 África: onde tudo começou	✓ Apresentação de atividades de dramatização dos alunos no Produto Final

9 Simulado II etapa do 2º Ciclo	✓ Realização de aulas expositivas sobre os conteúdos da Matriz de referência da Prova Brasil- SAEB; ✓ Realização de Simulados com os alunos
10 Provinha Brasil	✓ Exploração da Provinha Brasil através da correção em sala de aula;
11 Datas Comemorativas (Dia do Folclore, Dia do Soldado, Semana da Pátria, Semana das Crianças, Dia da Bandeira)	✓ Trabalho de pesquisa; ✓ Projeto realizado com os alunos do 1º e 2º Ciclos ✓ Apresentação de atividades realizadas com os alunos

FOTOS

DIRETORIA – 1

SALA DE AULA - 2

OS ALUNOS – 4

A FAMÍLIA - 5